



PROJETO DE REABILITAÇÃO DO ENTORNO
DO CONVENTO DE SÃO BERNARDINO DO SENA EM ANGRADOS REIS.

Andressa Pazianelli Leite

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Antônio Santos Lima Carlos

Rio de Janeiro
Dezembro 2017

PROJETO DE REABILITAÇÃO DO ENTORNO
DO CONVENTO DE SÃO BERNARDINO DO SENA EM ANGRADOS REIS.

Andressa Pazianelli Leite

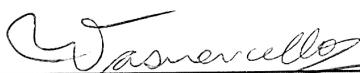
Orientador: Prof. Dr. Claudio Antônio Santos Lima Carlos

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovada por:


Presidente, Prof. Dr. Claudio Antonio Santos Lima Carlos


Prof. Dra. Andréa da Rosa Sampaio


Prof. Dra. Virgínia Maria Nogueira de Vasconcellos

Rio de Janeiro
Dezembro 2017

Pazianelli Leite, Andressa.

Projeto de Reabilitação do entorno do Convento São Bernardino de Sena em Angra dos Reis. Andressa Pazianelli Leite. - Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2017.

xi, 156f.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Claudio Antônio Santos Lima Carlos

Dissertação (mestrado profissional em projeto e patrimônio) – UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2017.

Referências Bibliográficas: f. 143-148.

1. Entorno. 2. Convento São Bernardino de Sena. 3. Patrimônio Cultural I. Lima Carlos, Claudio Antônio Santos II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Título.

AGRADECIMENTO

À Deus pelas oportunidades e pela direção,
ao meu amado Vanderson pela parceria da vida, incentivo e compreensão,
aos meus queridos pais, José e Seloni, pela dedicação e amor sem medida,
aos meus caros colegas de trabalho, Tainara e Jonathan, pelo apoio e disponibilidade,
aos meus colegas de mestrado por terem tornado essa jornada mais leve
e aos Professores Claudio Antônio e Noêmia Barradas pela orientação e amizade.

RESUMO

PROJETO DE REABILITAÇÃO DO ENTORNO DO CONVENTO SÃO BERNARDINO DO SENA EM ANGRADOS REIS.

Andressa Pazianelli Leite

Orientador: Prof. Dr. Claudio Antônio Santos Lima Carlos

O objetivo principal dessa pesquisa é a análise e intervenção na área de entorno do Convento São Bernardino de Sena, com vistas a restabelecer as condições de fruição e percepção das ambiências deste monumento. Apesar do bem cultural em questão possuir suma importância para a identidade paisagística da Cidade de Angra dos Reis, o adensamento do seu entorno, caracterizado por ocupações irregulares, interfere negativamente na sua percepção e fruição pelos habitantes da Cidade. Dessa forma, a questão que conduziu o presente estudo está relacionada aos possíveis significados e interferências que os entornos imediatos de monumentos podem assumir. Para tanto, a partir de uma breve análise dos conceitos de ambiências e obsolescência, foram realizadas análises que basearam a proposta de delimitação e diretrizes para o entorno do Convento São Bernardino de Sena, além de intervenções urbanas em seus acessos.

Palavras-chave: Entorno, Convento São Bernardino de Sena, Patrimônio Cultural

Rio de Janeiro
Dezembro 2017

ABSTRACT

RHEABILITATION PROJECT - SETTINGS OF THE CONVENTO SÃO BERNARDINO DE SENA, ANGRA DOS REIS

Andressa Pazianelli Leite

Orientador: Prof. Dr. Claudio Antônio Santos Lima Carlos

Abstract of Professional Masters' Dissertation in Project and Heritage submitted to the Post-graduation Programme in Architecture, Architecture and Urbanism Faculty, Federal University of Rio de Janeiro – UFRJ, as a part of the requirements to achieve the title of Master in Project and Heritage.

The main objective of this research is the analysis and intervention in the settings of the Convento São Bernardino de Sena, with a purpose to restoring conditions of fruition and perception of the ambiances in this monument. Although the cultural asset in question is of great importance to the landscape identity of the city of Angra dos Reis, the density of its setting, characterized by irregular occupations, interferes negatively in its perception and fruition by the inhabitants of the city. Thus, the question that led to the present study is related to the possible meanings and interferences that the immediate settings of monuments can assume. Therefore, from a brief analysis of the concepts of ambience and obsolescence, analyzes were carried out that based the proposal of delimitation and guidelines for the setting of the Convento São Bernardino de Sena, besides to urban interventions in its accesses.

Keywords: setting of monuments, ambiances, obsolescence

Rio de Janeiro
Dezembro 2017

SUMÁRIO

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ANEXOS

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 01 - CONCEITO	20
1.1. Entorno	21
1.1.1. O Entorno e o Monumento	23
1.1.2. Centro Histórico.....	30
1.1.3. Cidade Contemporânea.....	33
1.2. Percepção e Significado	35
1.3. Obsolescência	43
1.3.1. Permanência x Obsolescência	43
CAPÍTULO 02 – DIAGNÓSTICO.....	52
2.1. Trajetória Urbana	52
2.2. Análise Normativa	79
2.2.1. Legislação Municipal.....	79
2.2.2. Legislação Federal.....	88
2.3. Análise da Significação e Percepção.....	90
2.3.1. O Entorno do Convento São Bernardino de Sena como um Lugar	90
2.3.2. Integração do Convento São Bernardino de Sena com a Paisagem Urbana de Angra dos Reis.....	93
2.4. Proteção Física	106
2.5. Problemas e Potencialidades.....	107
CAPÍTULO 03 - PROPOSTA.....	112
3.1. Delimitação do Entorno.....	112
3.1.1. Área de Entorno.....	114
3.1.2. Área de Proteção	115
3.1.3. Zona de Amortecimento	118

3.2. Gestão do Entorno.....	120
3.2.1. Dispositivos do Estatuto da Cidade	120
3.2.2. Mobilidade.....	125
3.2.3. Engenhos Publicitários.....	127
3.2.4. Sinalização Interpretativa e Direcional.....	128
3.3. Intervenção.....	132
3.3.1. Largo do Cruzeiro.....	133
3.3.2. Escadaria.....	136
3.3.3. Aqueduto	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143
ANEXOS.....	149

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Viela no fim da Rua São Bernardino nos fundos do Convento São Bernardino de Sena, foto da autora, 2017.....	48
Figura 2 Apresentação da Orquestra Sinfônica em 2016 na nave do Convento São Bernardino de Sena. Fonte: site Diário do Vale, acesso outubro de 2017	50
Figura 3. Publico escasso na apresentação da Orquestra Sinfônica. Fonte: site Diário do vale, acesso outubro de 2017.....	50
Figura 4 - Recorte do centro de Angra dos Reis referente ao entorno do Convento São Bernardino de Sena, imagem de satélite a partir do Google Earth (2017) com alterações da autora.	55
Figura 5. Mapa com esquema de crescimento sobre base do mapa do século XVIII do Museu Nacional de Portugal, autor desconhecido. Legenda: 1) Convento do Carmo, 2) Igreja de Santa Luzia, 3) Igreja Matriz de N.S. da Conceição, 4) Convento São Bernardino de Sena, 5) Antigo Convento Franciscano, 6) Igreja da Lapa e da Boa Morte, 7) Casa Beneditina.	56
Figura 6. Mapa destacando a Rua Direita do Comércio e a Rua do Cruzeiro. Alterações sobre base do mapa do século XVIII do Museu Nacional de Portugal, autor desconhecido. Legenda: 1) Convento do Carmo, 2) Igreja de Santa Luzia, 3) Igreja Matriz de N.S. da Conceição, 4) Convento São Bernardino de Sena, 5) Antigo Convento Franciscano, 6) Igreja da Lapa e da Boa Morte, 7) Casa Beneditina.....	57
Figura 7 - Litografia de Ludwing&Briggs tomada do Morro da Bica da Olaria, 1845, com alterações da autora. Fonte: Biblioteca Nacional	58
Figura 8 - Vista área do Centro da Cidade de Angra dos Reis, provavelmente anterior à 1920. Fonte: Acervo Marcelo de Barros Souza.	59
Figura 9 – Convento São Bernardino de Sena, início século XX. Fonte: Acervo Marcelo Barros.....	60
Figura 10 Vista aérea realizada por meio de drone sobre o Convento São Bernardino de Sena, 2016. Fonte: VBC imagens aéreas.	60
Figura 11. Mapa com esquema de crescimento de Angra dos Reis sobre base de mapa de 1858, da Biblioteca Nacional, autores: Pedro de Alcântara Bellegarde e Conrado Jacob Niemeyer. Legenda: 09) Santa Casa de Misericórdia, 10) Bica da Carioca.....	62
Figura 12. Mapa com esquema do crescimento de Angra dos Reis sobre base do mapa da formação urbana da Cidade em 1917, elaborado por João Carlos da Silva Sarmiento para o livro “Ouro, Incenso e Mirra” de Alípio Mendes. Legenda: 11) Mercado do Peixe	63
Figura 13. Vista da Cidade a partir do mar. Em destaque o Convento São Bernardino de Sena, 1922. Fonte: Ateneu Angrense de Artes e Letras	64
Figura 14 – Vista do Centro de Angra dos Reis a partir da Baía da Ilha Grande. Em destaque, o Convento São Bernardino de Sena . Década de 1930. Fonte: IHGB.....	64

Figura 15 – Vista da Cidade de Angra dos Reis a partir do Morro do Bulé. Em destaque o Convento São Bernardino de Sena e a Ilha dos Porcos, que foi unida ao continente com a ampliação do Porto de angra dos Reis. Década de 1920. Fonte: Acervo Marcelos de Barros Souza.	65
Figura 16 – Vista da Cidade de Angra dos Reis a partir do Morro do Carmo. Observa-se o aterro que ampliou o porto e uniu a Ilha dos Porcos ao continente. Em destaque a posição do Convento São Bernardino de Sena na visada. Provavelmente no final da década de 1920. Fonte: Marcelo de Barros Souza.	65
Figura 17 – Mapa com esquema de crescimento de Angra dos Reis sobre base de mapa de 1941, Fonte: IBPC, autores: Fred Cummerow.	66
Figura 18 – Postal com vista aérea de Angra dos Reis. Em destaque, o Convento São Bernardino de Sena. Provavelmente década de 1950. Fonte: acervo Marcelo de Barros Souza.	67
Figura 19 - Vista aérea do Convento São Bernardino de Sena. Provavelmente início da década de 50. Fonte: Prefeitura de Angra dos Reis.	67
Figura 20 – Igreja Matriz de Angra dos Reis. Acredita-se ser posterior à chegada de energia elétrica na Cidade. Fonte: acervo Marcelo de Barros Souza.	69
Figura 21 – Igreja Matriz de Angra dos Reis. Acredita-se ser anterior à chegada de energia elétrica na Cidade. Fonte: acervo Marcelo de Barros Souza	69
Figura 22 – Igreja Matriz de Angra dos Reis, 2017, foto da autora.	69
Figura 23 – Postal da Igreja Matriz de Angra dos Reis, provavelmente década de 1950. Fonte: acervo Marcelo de Barros Souza	69
Figura 24 – Obras para o aterro onde será a Avenida Júlio Maria. Década de 1980. Fonte: acervo Marcelo de Barros Souza.	70
Figura 25 - Mapa com esquema de crescimento de Angra dos Reis sobre base de mapa de 1967, Fonte: Ateneu de Letras Angrense, autores: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.	71
Figura 26 – Mapa indicando as edificações demolidas em 2002 hachuradas na cor laranja. Recorte da planta cadastral com alterações da autora.	73
Figura 27 Mapa de parcelamento e da ocupação dos lotes no recorte urbano do entorno do Convento São Bernardino de Sena com a marcação das diferentes épocas de ocupação.	76
Figura 28 – Vista aérea do entorno do Convento São Bernardino de Sena em dois momentos: na década de 1920, fonte Acervo Manoel de Barros Souza e em 2017, fonte VBC imagens aéreas. Observa-se a trajetória da ocupação das quadras vizinhas ao Morro Santo Antônio a partir do Rio do Choro (atrás da Igreja Matriz)	78
Figura 29 - Mapa do estudo de gabaritos para a Cidade de Angra dos Reis elaborado por Lia Motta., 1981, desenho Rafael Nascimento	81
Figura 30 - Mapa gabarito atual do recorte urbano da área de entorno do Convento S. Bernardino de Sena	87
Figura 31 – Velas acesas no Cruzeiro no Dia de Finados. 2017. Acervo da autora.	90
Figura 32 – Mapa com a marcação das visadas das fotos dos percursos realizados na análise visual.	95

Figura 33 – A, Rua Coronel Carvalho em direção à Rua São Bernardino de Sena, Google Street View, 2012.	97
Figura 34 – B, Rua Coronel Carvalho na altura da Rua São Bernardino de Sena à direita, Google Street View, 2012.....	97
Figura 35 – C, Início da Rua São Bernardino de Sena, Google Street View, 2012.....	98
Figura 36 – D, Largo do Cruzeiro, Google Street View, 2012.	98
Figura 37 –E, Largo do Cruzeiro em direção Ladeira do Convento São Bernardino de Sena, Google Street View, 2016.	99
Figura 38 - F, Ladeira do Convento S. Bernardino de Sena, Google Street View, 2016	99
Figura 39 – G, Rua Coronel Carvalho, Google Street View, 2012.....	100
Figura 40 – H, Rua Coronel Carvalho, perspectiva a partir da única edificação de um pavimento da Rua. Google Street View, 2012.....	100
Figura 41 – J, Rua Honório Lima, no trecho que leva à escadaria. Google Street View, 2017.....	101
Figura 42. I, Esquina entre a Rua Coronel Carvalho e a rua Honório Lima, no trecho que leva à escadaria. Google Street View, 2012.....	101
Figura 43 – L, Rua Honório Lima, no início da escadaria. Google Street View, 2017.....	102
Figura 44 –M, Final da Escadaria que dá acesso ao Convento. Google Street View, 2017.....	102
Figura 45. N, Rua São Bernardino de Sena, Google Street View, 2012.....	103
Figura 46 – O, Rua São Bernardino de Sena, entrada da viela à esquerda, Google Street View, 2012.....	103
Figura 47 – R, Vista do Convento a partir da Viela, acervo da autora, 2011.....	104
Figura 48 – P, Entrada da Viela que dá acesso ao aqueduto, acervo da autora, 2017.	104
Figura 49 – S, Espaço atrás da capela mor da nave principal do Convento, acervo da autora, 2011.....	105
Figura 50 – T, Vista a partir do nível mais baixo para os vãos da escada que dá acesso ao pavimento superior do Convento, acervo da autora, 2011.	105
Figura 51 – U, Vista a partir do nível mais alto do espaço onde se vê os resquícios do aqueduto e as edificações do Morro Santo Antônio sobre a Viela, acervo da autora, 2011.	105
Figura 52 - Deslizamento no Morro da Carioca, em Angra dos Reis, 2009. Em destaque, o Convento São Bernardino de Sena. Fonte: site uol notícias, acesso out. 2017	106
Figura 53 - Embasamento do aqueduto tomado pelo Capim Colonião. Fonte: site IPHAN, sem data.....	106
Figura 54 - Foto aérea feita por drone. Observar a expansão das edificações sobre os limites do Convento. Autor: VBC imagens aéreas, 2016.	110
Figura 55 - Interferência de percepção do imóvel vizinho ao Cruzeiro, foto da autora, 2015	110
Figura 56. Expansão de edificações "cinturão verde" na frente do Convento S. Bernardino de Sena interferem na percepção das ambiências do patrimônio. Foto da autora. 2017.	110
Figura 57 - Foto aérea feita por drone. Observar o adensamento desse recorte urbano.Autor: VBC imagens aéreas, 2016.....	110

Figura 58 - Mapa de delimitação de entorno e setores	113
Figura 59 –	120
Figura 60 - Estacionamento na esquina entre a Rua Honório Lima e a Rua Coronel Carvalho. Foto da autora. 2017.	120
Figura 61 - Edificações de ocupação irregular no entorno do Convento S. Bernardino de Sena. Recorte da foto de autoria de VBC imagens aéreas. 2016.	121
Figura 62 - Largo do Cruzeiro e garagem vizinha que interfere na percepção do Convento. Foto da autora. 2015.....	121
Figura 63 - Mapa com as vagas de estacionamento	126
Figura 64 - Mapa com a localização das placas interpretativas	129
Figura 65 - Modelo Placa interpretativa para o monumento	130
Figura 66 - Modelo da placa interpretativa da região.....	131
Figura 67 - Mapa com a localização das intervenções.	132
Figura 68 - Proposta de intervenção para o imóvel desapropriado.....	134
Figura 69 - Proposta de intervenção para o Largo do Cruzeiro.	134
Figura 70 - Proposta de intervenção para a calçada que dá acesso a escadaria	136
Figura 71 – Proposta de praça infantil próxima à escadaria.	136
Figura 72 - Plataforma elevatória para escada Surimex. Foto divulgação.	137
Figura 73 - Estado atual do acesso à escadaria. Fonte: Google Street View. 2017.	138
Figura 74 - Proposta para o espaço urbano que dá acesso à escadaria.....	138
Figura 75 – Corte esquemático da escadaria	138
Figura 76 - Proposta de praça infantil para aqueduto	139
Figura 77 - Contenção do terreno com taludes.....	139
Figura 78 - Talude para conter o terreno e acesso ao Convento	140
Figura 79 - Acesso ao Convento e vista geral	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro com o resumo das taxas urbanas que incidem sobre o zoneamento onde se situa o Convento São Bernardino de Sena, conforme a Lei 146/1981.	79
Tabela 2 - Quadro com o resumo das taxas urbanas do zoneamento onde se situa o Convento São Bernardino de Sena conforme o Plano Diretor de 1989.....	83
Tabela 3 - Quadro com o resumo das taxas urbanas que incidem sobre o zoneamento onde se situa o Convento São Bernardino de Sena conforme a Lei de Zoneamento de 2009.	86

LISTA DE ANEXOS

Anexo A- Processo nº 371 – T - IPHAN	114
---	-----

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata dos possíveis significados e interferências que os entornos imediatos de monumentos podem assumir. Tendo como objeto de estudo o Convento São Bernardino de Sena, objetivo principal é restabelecer as condições de fruição e percepção das ambiências deste bem.

O interesse pela escolha do tema se deu por conta da experiência pessoal como angrense e por ter atuado como arquiteta na Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, no Convento São Bernardino de Sena. Naquela oportunidade, pude vivenciar o cotidiano desse monumento e entrar em contato com os problemas que o cercam: sua subutilização, sua “invisibilidade” e sua degradação.

O Convento São Bernardino de Sena é um bem cultural protegido em nível federal desde 1947. Construído em 1763, durante praticamente um século foi plenamente usado pelos frades franciscanos. A partir de 1831, por conta da crise que as Ordens Religiosas vinham enfrentando desde o início do século XIX, deu-se o início do seu processo de abandono e a sua edificação passa a ser requisitada para diversas funções como, por exemplo, de enfermaria em epidemias que assolaram a Cidade e como liceu de meninos. Porém, sem um uso contínuo e sem manutenções preventivas, o seu processo de degradação foi inevitável, culminando em seu arruinamento.

Na década de 1970 a Prefeitura Municipal alugou as ruínas do Convento por tempo indeterminado com o objetivo de transformá-lo em um espaço de cultura. Muitos projetos foram elaborados para o Convento São

Bernardino de Sena com essa mesma destinação, mas nenhum foi executado. Atualmente, seu coro foi adaptado para servir como uma repartição pública, sua nave principal é usada para esporádicos eventos e as ruínas do claustro são abertas para a visitação.

Além de ser um dos marcos da funda o da Cidade, durante muito tempo o Convento São Bernardino de Sena manteve papel de destaque na paisagem urbana de Angra dos Reis e ainda hoje representa um símbolo de religiosidade¹, que é expresso nos festejos e ritos que continuam a acontecer neste lugar. Entretanto, por mais que este bem cultural possua suma importância para a identidade de Angra dos Reis, ele é pouco conhecido e frequentado.

¹ Apesar de a Ordem Terceira permanecer funcionando normalmente com suas atividades , o convento não exerce essa mais essa fun o eclesiástica, mas se mant m como símbolo,

Desde a década de 1940, a Cidade de Angra dos Reis passa por um grande processo de adensamento urbano por conta dos empreendimentos industriais e as atividades turísticas que são implementados na região desde então, atraindo muitas pessoas em busca de emprego. Como o aumento do contingente populacional urbano não foi acompanhado por políticas habitacionais, nem planejamento urbano, as encostas que envolvem a Cidade foram sendo ocupadas continuamente, tanto que, a pesquisa do IBGE sobre aglomerados subnormais, baseada no CENSO de 2010, classificou o Município de Angra dos Reis como o décimo do País e primeiro no Estado em propor o de domicílios em favelas.

O Convento São Bernardino de Sena está intimamente ligado a essa questão urbana.

Situado sobre o Morro Santo Antônio, o abandono progressivo da sua edifica o

coincidiu com o início do processo de expansão e adensamento urbano da Cidade o que pressionou a ocupação da propriedade franciscana de forma drástica.

Atualmente, observa-se que a condição do entorno do Convento São Bernardino de Sena prejudica a sua percepção e fruição, afetando a relação histórica e simbólica existente entre o bem cultural e a Cidade.

Como em seu processo de tombamento não foi feita qualquer observação sobre seu entorno e a Legislação urbana Municipal também não leva em consideração essa questão, os objetivos específicos deste trabalho são a delimitação da área de entorno do Convento São Bernardino de Sena, a elaboração de diretrizes gerais de uso e ocupação deste espaço e a proposta de intervenções urbanas em seus acessos com vistas à valorização do

bem cultural e sua reinserção na dinâmica urbana de Angra dos Reis.

A pesquisa se estrutura em três partes: conceito, diagnóstico e proposição de intervenção através de projetos urbanos pontuais.

Na primeira parte, pretende-se compreender os conceitos que embasam a proposta, através da análise das correntes teóricas sobre patrimônio cultural e das cartas patrimoniais.

Realiza-se uma análise panorâmica da evolução do debate sobre o patrimônio urbano e seu reatamento na expansão do conceito e atributos da área de entorno de um bem cultural imóvel.

A partir disso, são analisados brevemente os conceitos de ambiência, lugar e obsolescência. Sobre o conceito de ambiência, parte-se da definição do conceito das Recomendações de Nairóbi e da Declaração de Xi'An (2015), além

do pensamento de Thibauld (2015). O conceito de lugar encontra-se nos estudos de Noberg-Schulz (1997) e Tuan (1983) e o de obsolescência é extraído nos estudos de Jane Jacobs (2011), sobre a vitalidade das Cidades, e de Carmona (2003).

Na segunda parte, realiza-se o diagnóstico da área de entorno do Convento São Bernardino de Sena a partir de análises que têm como objetivo entender os conflitos e problemas, assim como as potencialidades e características que dão identidade do espaço urbano. Essas análises foram divididas em:

- Análise da Trajetória Urbana, conforme a metodologia proposta por Panerai (2006). Analisam-se as transformações da Cidade, principalmente no recorte do Convento de São Bernardino de Sena, a fim de compreender seu crescimento, identificar a forma como se deu a apropriação do entorno e compreender as

relações morfológicas deste recorte no território da Cidade.

- Análise Normativa das legislações que incidem na área, como as Leis municipais de uso, ocupação do solo e zoneamento que fazem parte do Plano Diretor vigente e suas antecessoras, como também, as relativas ao órgão de tutela do bem, que neste caso é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

- Análise da Percepção e Significado. Para esta análise foram utilizados os conceitos de legibilidade e percepção visual de Gordon Cullen (1983) através da observação das sensações geradas pelas imagens captadas em percursos pré-estabelecidos que dão acesso ao Convento São Bernardino de Sena.

- Análise da Proteção Física, identificando os possíveis fatores no entorno do bem que põem em risco a sua integridade.

Por fim, na terceira parte da dissertação, apresenta-se um plano de reestruturação urbana e paisagística do entorno do Convento São Bernardino de Sena que inclui a regulamentação da sua ocupação, por meio de setorização, e projetos de intervenções urbanas voltadas à valorização da sua arquitetura e proteção do sítio arqueológico.



1. CONCEITO

1.

Nesse capítulo traça-se uma breve análise do conceito de patrimônio cultural relacionando-o à conservação de áreas urbanas protegidas, especificamente as áreas que são limítrofes a grandes monumentos.

O termo “entorno” remete à ideia de “estar em torno”, na “vizinhança”. No texto de algumas Leis é comum que o entorno seja definido através da delimitação de uma circunferência com um raio arbitrado a partir da localização do bem, ou até mesmo como, simplesmente, uma área de vizinhança.

Porém, o entorno de um bem cultural não está associado apenas à materialidade do espaço físico, abrange, também, outros aspectos como, fruição, identificação do bem na paisagem por parte do observador e de apropriação por parte da população.

Os conceitos de patrimônio e de entorno estão diretamente associados. Observa-se que as áreas de entorno tiveram significados diferentes conforme o conceito de patrimônio era interpretado. Primeiramente, o monumento excepcional era visto como o principal objeto de cuidados especiais, evoluindo mais tarde para as áreas de entorno, com ênfase na exaltação do monumento. Após, a percepção de patrimônio passou a abranger o conjunto formado pela arquitetura modesta e os monumentos, e o “ambiente”, muito ligado ao aspecto

volumétrico, passa a ser o enfoque dado às áreas envoltórias. Atualmente, através do conceito de ambiência a área de entorno é considerada o lugar que se vincula ao patrimônio cultural através das relações e experiências que dão seu significado.

Para sistematizar esta análise, visto que o monumento e seu entorno fazem parte de um mesmo “organismo”, um espaço urbano, foi adotada a periodização citada por Prata (2009, p.24) para abordar a questão urbana no campo do patrimônio cultural, que são: a monumentalista, a centro-histórica e a cidade contemporânea.

1.1.1. O ENTORNO E O MONUMENTO

O conceito de patrimônio surgiu com base no monumento isolado, valorizado na sua

antiguidade ou beleza, normalmente representante da cultura erudita de grupos sociais dominantes. É somente a partir da Revolução Industrial, quando as cidades antigas sofrem um drástico processo de transformação, que a dimensão urbana passa a ser inserida no debate sobre a conservação do patrimônio. Rufinoni (2013, p. 29) cita que “entre tantos valores, o papel das alterações da cidade antiga será crucial nesse processo, quer pelo desejo de compreender e preservar as cidades que se dissolviam, quer pela busca de soluções estruturais e sociais para atender às suas novas funcionalidades”.

Os efeitos negativos da Revolução Industrial, como o adensamento populacional, resultado da intensa migração do campo para a cidade, e as precárias condições de vida urbana fomentaram

intervenções como a proposta por Haussman (1809 – 1891) que empreendeu um plano urbano na cidade de Paris com o objetivo de eliminar a insalubridade e a degradação dos bairros e melhorar a circulação no interior da cidade. Entre outras ações, criou eixos viários destruindo partes da malha urbana consolidada a fim de proporcionar efeitos de perspectiva em nome da revalorização dos monumentos, sem levar em consideração que estas ações estariam alterando totalmente a ambiência do entorno destes bens. Sua proposta polêmica repercutiu na Europa e levantou diversas vozes que questionaram sua ação.

Uma delas foi a de John Ruskin (1819 – 1900), ao evidenciar a importância dos conjuntos formados pelas casas simples e a paisagem natural, Ruskin discorreu sobre a relação entre o patrimônio e

seu contexto, evidenciando a dinâmica social na Cidade antiga e enriquecendo o conceito de patrimônio histórico (RUFINONI, 2013, p. 46).

Camillo Sitte (1843-1903) também contribuiu para este debate ao abordar os atributos estéticos da cidade antiga. Através da análise da morfologia urbana da cidade antiga, defendeu a manutenção da sua essência compositiva, da relação original da escala estabelecida entre a arquitetura e seu entorno e criticou veementemente as ações que alteravam a malha urbana antiga a fim de destacar monumento através do isolamento visual (LIMA CARLOS, 2016, p.09). Porém, diferentemente de Ruskin, Sitte admitiu a necessidade de adaptação da cidade antiga frente às suas inevitáveis transformações, contanto que fosse mantida sua

essência, viabilizada pela releitura e adaptação de soluções tradicionais às demandas modernas.

Alois Riegl (1858 – 1905), por sua vez, ao analisar os diversos valores atribuídos ao monumento abre caminho para a ampliação do que pode ser considerado artefato patrimonial. Ao considerar a atribuição de valores como um ato de cultura, já que dependem da percepção de determinado grupo, em um determinado tempo e lugar, diversos bens considerados menores puderam ser identificáveis como patrimônio, como os artefatos urbanos, contribuindo para valorização de conjuntos edificados mais modestos. (RUFINNONI, 2013, pág. 03).

Nesse contexto, Gustavo Giovannoni (1873 – 1947) elaborou estudos voltados à inserção, na pauta do discurso urbanístico do tema da conservação do patrimônio, refletida nos tecidos

urbanos tradicionais, buscando compreender e organizar as relações entre a cidade moderna e a cidade antiga. Segundo Prata (2009, p.28), Giovannoni “avançou em relação aos teóricos anteriores, que, ou defendiam a cidade pré-industrial, ou consideravam a cidade antiga como algo do passado, ou ainda, a consideravam um objeto frágil a ser protegido”.

Assim, propõe que o plano diretor considere os bairros antigos e novos como um único organismo, dando importância tanto à gestão da cidade antiga quanto à expansão da cidade moderna. As especificidades da cidade antiga quanto à sua escala, morfologia e características artísticas e históricas exigiam critérios de atuação e usos apropriados, o que viabilizaria a integração de áreas urbanas tradicionais ao restante da cidade, através de uma estrutura de

circulação. Sua postura se contrapôs às intervenções urbanas realizadas em sua época por considerar que estas, ao arrasar o tecido urbano em busca de uma maior salubridade, não levavam em consideração as especificidades volumétricas e morfológicas dos núcleos urbanos antigos.

Para ele, as péssimas condições de higiene da “cidade antiga” eram causadas pelo adensamento populacional desproporcional à sua escala e estrutura. Por isso, propõe o *diradamento edilizio* ou o desbastamento, que consistia na realização de demolições pontuais para a abertura de espaços que permitiriam a desobstrução da circulação local, a conservação do aspecto artístico e o atendimento das necessidades higiênicas da cidade (RUFINONI, 2009, p. 73). Porém, assim como Sitte,

Giovannoni alerta para o perigo da “obsessão pelo isolamento”, intervenções que tem como objetivo criar um efeito visual de isolamento de determinadas edificações, colocando-as em destaque, que, segundo ele, “alterariam as relações compositivas entre as massas construídas e prejudicaria o efeito estético do conjunto urbano” (RUFINONI, 2013, p. 97). Nesse sentido, Giovannoni (APUD RUFINONI, 2013, p.98) destacou que:

Outros temas relativos ao restauro de liberação são aqueles urbanísticos. A liberação pode compreender edifícios secundários insignificantes, que ocultem o monumento: mas frequentemente desvia-se, no desejo de isolá-lo e honrá-lo num grande espaço, e com isso altera as condições exteriores da arquitetura, feita para visuais limitadas, para efeitos de

contrastes, para associação da obra maior com a menor.”

Giovannoni inclui o conceito de “entorno” na abordagem que faz sobre o conceito de “ambiente”. Conforme Cabral (2015, p. 39), a noção de ambiente descrita em sua obra é “relativa a duas escalas: a escala do entorno mais direto de um monumento e uma escala mais ampla, urbana, que poderia abarcar todo um agrupamento”. Desta forma, Giovannoni (apud RUFINONI, 2013, p.92) afirma que:

Uma nova consciência sobre essa ordem de ideias foi amadurecendo nas últimas décadas. Agora, em contrapartida, apercebemos-nos de duas verdades: uma, é que um grande monumento tem valor em seu ambiente de visuais, de espaços, de massas, de cor no qual foi erigido [...]; a outra, é que o aspecto típico das Cidades ou povoados e o seu

essencial valor de arte e de história com frequência residem, sobretudo, na manifestação coletiva dada pelo esquema topográfico, nos agrupamentos construtivos, na vida arquitetônica expressa nas obras menores.

Assim, ao conjunto formado pela “arquitetura menor” pode ser atribuído um valor ambiental se seu conjunto caracterizar um monumento coletivo em si, se existir uma relação entre esse conjunto de edificações e um monumento principal mais grandioso, ou se este agrupamento expressar um caráter histórico.

Giovannoni participou ativamente na elaboração de Leis e cartas patrimoniais. A reunião que originou a Carta de Atenas, de 1931, contou com a importante contribuição dos representantes italianos, em relação ao tema do planejamento urbano, com destaque para Giovannoni, mesmo

que na redação final da mesma não tenham sido incorporadas a totalidade de suas observações. Em sua fala, Giovannoni aborda a integração do planejamento urbano e da conservação do patrimônio construído, além da valorização ambiental do conjunto urbano como um único monumento, em detrimento ao conceito de entorno de um monumento principal (RUFANONI, 2009, p. 82).

A Carta de Atenas (1931) é o primeiro documento internacional sobre conservação do patrimônio cultural. Apesar de ter dado ênfase à questão dos monumentos, defende o respeito ao “caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais”. Mesmo não absorvendo em sua redação toda dimensão urbana presente no

discurso dos representantes da delegação italiana, é relevante sua contribuição ao considerar o valor da relação entre o monumento e seu entorno. Além de propor medidas de proteção, a carta de Atenas dá ênfase ao atributo da visibilidade do entorno, destacando que:

Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo. Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda a publicidade, de toda presença abusiva, de postes ou fios tele gráfico, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos de arte ou de história (IPHAN, 2004).

No Brasil, sobre influência da Carta de Atenas de 1931, o Decreto-Lei 25/ 1937 pode ser considerado o ponto de partida para o entendimento da relação entre o monumento e seu ambiente, contribuindo para ampliação gradativa da tutela de sítios urbanos e paisagens culturais.

Ao usar o termo “vizinhança da coisa tombada”, estabeleceu critérios de intervenção, enfatizando a preservação da visibilidade dos bens patrimoniais, conforme pode ser verificado em seu artigo 18º:

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a **visibilidade**, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob a pena de ser mandada destruir a obra ou

retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. (IPHAN, 2004, grifo nosso)

Contemporaneamente ao Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos em 1931, aconteceu em 1933, também em Atenas, o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (IV CIAM) que resultou na Carta de Atenas do CIAM. Esta carta se posicionou de forma díspare em relação à Carta de 1931 ao colocar a renovação e o desenvolvimento urbano, acima da manutenção patrimônio urbano. Para os modernistas, o conceito de patrimônio se restringia às edificações notáveis, não relacionando o monumento ao seu contexto urbano, admitindo total interferência e, até mesmo, destruição de sua ambiência secular:

É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destruía a ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiaram amplamente (IPHAN, 2004).

Choay (in RIEGHL, 2006, p. 08) considera essas duas Cartas de Atenas (1931 e 1933) como “o paradigma de uma ambivalência que caracterizou nossa época” em relação à questão da conservação nas cidades antigas.

No cenário brasileiro, o debate sobre o patrimônio cultural nacional ganhou destaque no Movimento Modernista que buscava “resgatar

nossa identidade para que a modernidade no Brasil estivesse ancorada naquilo que poderia constituir o genuinamente nacional” (BORGES, 1999, p.114). Esse resgate foi materializado na criação do SPHAN no contexto do nacionalismo promovido pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Seu objetivo, conforme Massucate (2007, p. 2), “era de eleger um acervo que representasse a tradição brasileira e a imagem do passado no imaginário da nação, criando, desta forma, um ideal de brasilidade.” Dessa forma, era de se esperar que a Carta do CIAM de 1933 tivesse exercido algum tipo de influência nas ações iniciais da instituição. Lia Motta (2004, p.17) comenta essa influência especificamente na abordagem do entorno, observada ao longo das décadas de 1940 até o final de 1980, citando como exemplo as intervenções “no Outeiro da Glória, na década de 1940; na demolição

significativa da Lapa, para dar visibilidade ao aqueduto da Carioca, nos anos de 1970 e a discussão sobre o entorno dos prédios tombados do atual Arquivo Nacional (Casa da Moeda) e da casa de Deodoro, no final da década de 1980, que versou sobre a opção de se restituir a volumetria perdida com a demolição do casario na sua vizinhança ou de se aproveitar a área demolida para criar uma superfície verde (MOTTA, 2004, p.17).”

1.1.2. CENTRO HISTÓRICO

A abordagem do patrimônio urbano restrita ao monumento e seu entorno seria questionada nas primeiras décadas do século XX diante dos efeitos devastadores das Guerras Mundiais sobre as cidades europeias. A perda de grandes territórios, e com eles, os estratos e referências da história e da cultura de seus habitantes,

trouxe à tona outros questionamentos em relação ao patrimônio, como a relação entre o antigo e o novo diante do desejo de recompor aquilo que foi perdido. Além disso, o patrimônio urbano passa a ser visto como um monumento coletivo e autônomo, não se resumindo mais apenas aos monumentos excepcionais (RUFINONI, 2015, p. 112).

A questão de como se intervir na preexistência foi intensamente debatida neste período. Destaca-se a postura de um dos teóricos ligados ao restauro crítico: o italiano Roberto Pane (1897 – 1987), influenciado por Giovannoni, cujo discurso se baseava no debate da relação entre monumento e ambiente e na “tutela de cidades antigas no confronto com a crescente invasão da construção contemporânea”(CABRAL, 2012, p. 106.).

Roberto Pane entendeu a cidade como “um monumento único, e não somente como a soma de grandes monumentos e seus entornos” (RUFINONI, 2013, p. 116) e a reconhece como resultado de uma contínua sobreposição de estratos temporais, caracterizando-a como obra inacabada e coletiva. Assim, defende a existência do diálogo entre o antigo e o novo na cidade, contanto que as intervenções contemporâneas sejam subordinadas à análise do seu contexto, mantendo uma relação harmônica, respeitando a média das alturas das edificações antigas.

A diferença da interpretação do conceito de ambiente entre Pane e Giovannoni é explicada por Ruiz (1997, p. 129) na forma como cada teórico interpretou a unidade estabelecida entre o monumento e seu ambiente. Para Giovannoni, essa unidade estava baseada no caráter estético

existente entre monumentos e seus espaços circundantes. Para Pane, a unidade residia na existência de valores próprios e inerentes ao ambiente, que refletem a civilização e a cultura de determinada sociedade, na qual fundamenta o conceito de literatura arquitetônica. A fim de evitar a especulação imobiliária, Pane propôs a proibição da ocupação dos espaços livres dos lotes nas zonas históricas e sugeriu que os espaços verdes existentes no centro histórico fossem desapropriados pelo Poder Público para não se converterem em solo edificável (RUIZ, 1997, p. 128)

Além da preocupação com as novas edificações, Pane direciona o olhar para a preservação do traçado urbano considerando-o um artefato artístico e um documento histórico:

A peculiaridade da tutela do centro antigo, com relação àquela referente a outros valores histórico-artísticos da cidade, está essencialmente na conservação dos traçados viários que a estratificação secular mais ou menos integralmente legou à nossa geração; conservação que, ao contrário, não se coloca como condição absoluta e preliminar para outras zonas da cidade. É notório que, por comum aceitação da moderna cultura urbanística, o traçado viário do núcleo primitivo é entendido em si mesmo como configuração de arte e precioso documento de história. Com relação ao resto do tecido urbano, a diferença consistirá, portanto, na mais rigorosa exigência de conservação e de restauro dos espaços internos e externos, com o objetivo de assegurar a subsistência da primitiva estrutura urbanística, além daquela dos seus

monumentos. Sobre tais premissas se deverá definir o escopo do plano do centro antigo, entendido precisamente como organismo unitário. (PANE, 1971, p. 16 apud ANDRADE, 2016)

Roberto Pane teve grande contribuição na redação da Carta de Veneza de 1964, documento conclusivo do II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos, que resultou também na fundação do International Council of Monuments and sites (ICOMOS). Nesta carta, o conceito de patrimônio baseado no monumento isolado e seu entorno é superado e passa a abranger tanto “a criação arquitetônica isolada bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”.

Outro aspecto importante para este estudo é a relevante contribuição que a Carta de Veneza² deu para a ampliação do conceito de entorno. Primeiro, ao vincular a conservação do monumento à preservação de sua ambiência, entendida como uma relação compositiva harmônica entre o bem e sua área de entorno e, depois, ao admitir a importância do contexto em que o bem cultural está inserido para valorização do mesmo.

² Art. 6°. A conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala. Enquanto subsistir a ambiência, será conservada, e toda a construção nova, toda a destruição e toda a modificação que possam alterar as relações de volumes e cores serão proibidas.

Art. 7° - O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa.

1.1.3. CIDADE CONTEMPORÂNEA

A partir da segunda metade da década de 1960 a questão do patrimônio cultural deixou de ser restrita aos edifícios ou centros históricos, para ser compreendido na sua perspectiva urbana³. Desse modo, a Declaração e Manifesto de Amsterdã de 1975 introduziu o conceito de “Conservação Integrada” propondo integrar ações coordenadas em diversas escalas do planejamento da cidade para a gestão das áreas urbanas patrimoniais.

³ Castriota (2007) destaca dois modelos referentes a gestão do patrimônio urbano nesse período, o da conservação urbana e o da reabilitação urbana. O primeiro diz respeito à delimitação de áreas de conservação, impondo restrições às descaracterizações. O segundo, o da reabilitação urbana, passa à articular planos de desenvolvimento, estabelecendo parcerias com atores públicos e privados.

No Brasil, com o crescimento das cidades e a pressão pela expansão urbana sobre os conjuntos e sítios históricos, observou-se o início da mudança de foco do IPHAN através da elaboração de planos urbanos para os sítios históricos sob sua tutela. Conforme Lia Motta (2004, p.48), os planos desse período se assemelhavam ao proporem a criação de perímetros de proteção, estabelecendo normas urbanísticas, como a criação de áreas verdes não edificáveis, gabaritos e taxas de ocupação para a contenção do crescimento urbano. Assim, as áreas de entorno dos bens tombados por esta instituição passaram a ser “importante instrumento de política urbana” com o objetivo de controlar o seu ambiente frente às pressões que os interesses financeiros e sociais exerciam neste espaço urbano.

Castriota (2003, p.18) observa que, com a consolidação da ideia de patrimônio urbano, não só o objeto patrimonial foi ampliado, mas também a forma de atuação sobre ele, “passando de uma ideia da manutenção de um bem cultural no seu estado original para a da conservação daquelas características que apresentem uma significação cultural”.

Observa-se o movimento de Municipalização da conservação urbana com a criação de instrumentos de proteção, como, por exemplo, o caso das APACs (Área de Proteção Ambiental e Cultural) no Rio de Janeiro, que tem como objetivo proteger áreas urbanas culturalmente importantes e integrá-las à dinâmica urbana da cidade (LIMA CARLOS, 2008).

Assim, as áreas de entorno que passam a fazer parte do planejamento urbano, chegam aos dias

atuais, na cidade contemporânea se relacionando a outros conceitos que são incluídos no debate sobre o patrimônio cultural, como: ambiência, na declaração de Xi'An (2005) e lugar, na declaração de Québec (2008).

A construção desta evolução conceitual proporcionou a compreensão da importância que o espaço urbano foi conquistando para valorização do bem cultural através das relações visuais, sociais, espirituais e culturais estabelecidas entre eles.

Como foi visto, o entendimento da relação entre o bem cultural e a sua área de entorno se aprofundou ao longo do tempo. De uma área que servia apenas para dar destaque ao monumento isolado, passou a incorporar o

conjunto de edificações secundárias proporcionando ao bem, um contexto físico e compositivo. Ambas as ideias ainda se baseavam apenas no atributo da visibilidade proporcionada pelo entorno, em sua perspectiva pitoresca:

A Conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas.

A carta de Veneza (1964), apesar de mencionar que o monumento é inseparável de sua história e do meio em que se situa, abordou apenas o aspecto da harmonia volumétrica entre o bem e seu entorno.

Atualmente, entende-se que, além da visibilidade, as áreas de entorno contribuem para apreensão de outros aspectos materiais e imateriais do bem cultural, que estão relacionados à sua percepção e significação. Não explorar esse potencial pode ocasionar posturas permissivas que descaracterizam a relação entre o monumento e seu meio urbano e social.

No entanto, foi apenas na Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea, elaborado a partir da Conferência Geral da UNESCO em 1976 na Cidade de Nairóbi, que o termo ambiência recebeu uma definição:

Entende-se por ambiência dos conjuntos históricos ou tradicionais, o **quadro natural** ou **construído** que influi na **percepção estática** ou **dinâmica** desses conjuntos, ou a eles se vincula de

maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais. (grifo nosso)

O conceito de ambiência proporcionou a compreensão da importância da relação do meio construído na apreensão do significado do bem cultural. Não se trata mais de dar destaque ao monumento, nem apenas de garantir a sua visibilidade ou definir gabaritos para uma harmonia volumétrica do seu entorno. Conforme Thibaud (2012, pag. 9), a abordagem da ambiência “ênfatiza a atividade de percepção dos sujeitos e o papel das práticas sociais na concepção do sensível do ambiente construído permitindo, dessa forma, que se preste atenção às tonalidades afetivas da vida urbana”. A ambiência se relaciona à percepção, às lembranças, experiências e relações que vinculam o bem cultural ao lugar, permitindo

que o indivíduo compreenda e se aproprie do espaço.

Na Declaração de Xi'An de 2005, documento que aborda especificamente a questão da conservação dos ambientes construídos, sítios e áreas do patrimônio cultural, o entorno é considerado como o lugar onde as ambiências podem ser percebidas e experimentadas, abrangendo assim, não apenas aspectos visuais e espaciais, mas também, aspectos imateriais.

Ao analisar a definição de ambiência contida na Recomendação de Nairóbi⁴ podemos destacar

três sentenças importantes para a compreensão do conceito:

- a) Ambiência é o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica do bem cultural
- b) Ambiência é o quadro natural ou construído que se vincula ao bem cultural de maneira imediata no espaço
- c) Ambiência é o quadro natural ou construído que se vincula ao bem cultural por laços sociais, econômicos ou culturais.

⁴ “O entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural se define como o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar. (...) O significado e o caráter peculiar das edificações, dos sítios ou das áreas de patrimônio cultural com escalas diferentes, inclusive os edifícios, espaços isolados, cidades históricas, paisagens urbanas, rurais ou

marinhas, os itinerários culturais ou os sítios arqueológicos advêm **da percepção de seus valores** sociais, espirituais, históricos, artísticos, estéticos, naturais, científicos ou de outra natureza cultural. Ainda, **das relações características com seu meio** cultural, físico, visual e espiritual.” – ICOMOS, Declaração de Xi'na, 2005.

Conforme essa definição, o conceito de ambiência é uma espacialidade relacionada ao bem através de vínculos, significados e percepções. Percebe-se, porém, que ao tratar a ambiência como um espaço, esta definição faz referência ao próprio conceito de entorno de um bem cultural. O entorno seria o espaço, ambiência a experiência. Diante desse argumento, acredita-se que o termo “ambiência” da qual a Recomendação de Nairóbi trata ao se referir ao “quadro natural ou construído”, faz referência ao espaço onde as ambiências são experimentadas. O que sugere que o texto da Recomendação interpretou termo “ambiência” como esta pesquisa tem interpretado o próprio conceito de “entorno”.

Thibaud (2012, p.09) define ambiência como sendo o “espaço-tempo experimentado pelos sentidos”. Essa experiência, que tem a ver com a “capacidade de aprender a partir da própria vivência” (TUAN, 1983), suscita lembranças e percepções que possibilitam a compreensão e a apropriação do espaço através da afetividade.

A partir do final da década de 1950, o situacionismo destacou uma nova visão sobre o planejamento urbano que criticou o “pensamento moderno funcionalista que se distanciava da forma como as pessoas vivem e percebem a Cidade” (NITO, 2015, p. 151). Baseando-se na experimentação urbana, os situacionistas propunham a construção coletiva das Cidades, onde a vivência dos seus usuários contribuiria para o planejamento urbano.

O método desenvolvido para analisar o espaço urbano a partir das experiências se baseava na prática da “deriva” - o andar voluntário pela rua a fim de vivenciar as diferentes ambiências que compõe a Cidade - e na psicogeografia - o mapeamento dos comportamentos afetivos ao longo desses percursos com a identificação das unidades de ambiência.

Outras análises críticas ao urbanismo funcionalista que se relacionam de certa forma ao conceito de ambiência foi a corrente da percepção visual, destacando Kevin Lynch (2006) e Gordon Cullen (1983).

Kevin Lynch, no seu livro intitulado “A imagem da Cidade” (1960) questionou como a fisionomia da Cidade é percebida por seus habitantes e qual a sua influência na relação destes com o meio urbano. Lynch propõe uma metodologia baseada

na elaboração de mapas através de imagens mentais que expressariam a clareza da organização simbólica da Cidade pelos olhos de seus usuários. A importância dessa abordagem se justifica porque, para Lynch, “uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele e seu mundo à volta” (LYNCH, 2006, p. 05).

Gordon Cullen, através da visão serial, analisa, sequencialmente, a paisagem urbana a fim de identificar as reações emotivas que estas suscitam nos indivíduos através de categorias de estudo morfológico como cor, escala, estilos entre outros.

Ambos autores, em suas análises priorizam a abordagem de aspectos relacionados à forma e à

imagem nas ambiências do espaço urbano. Porém, outros aspectos compõem a unidade que postula a noção de ambiência, como Duarte et al. (2005, p.04) ressalta: “ambiências sensíveis são as atmosferas materiais e morais que englobam as sensações térmicas, lumínicas, sonoras, mas também culturais e subjetivas que envolvem um determinado lugar.”

Face do exposto, pode-se deduzir que a ambiência, sendo a interação vivenciada entre as pessoas e o ambiente, é a responsável pela passagem da dimensão sensível dos estímulos oriundos da percepção ambiental para a dimensão cognitiva (MELO:RODRIGUES, 2016, p.04) através de um processo seletivo da memória que possibilita a compreensão do espaço e das relações que ali se estabelecem e, ainda, a criação dos vínculos com o lugar.

Ao experimentar um espaço urbano, o indivíduo é exposto aos estímulos ambientais. Ele pode associar uma noção pré concebida de prazer à sensação de conforto térmico ou lumínico do ambiente e, ainda, esse conjunto pode suscitar memórias, sentimentos, valores. Esse processo cognitivo entre o indivíduo e o espaço, através da sua percepção e apreensão, definido como as ambiências, qualificam esse espaço como um lugar.

Segundo Tuan, (1983, p.06), “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (1983, p.06), “à medida que adquire definição e significado” (1983, p.151).

Norberg-Schulz (Nesbitt, 2015, p.449), define lugar como o “espaço habitado”, sendo o ato de habitar o suporte existencial do homem, que

confere ao indivíduo a capacidade de orientar-se, de identificar-se com o significado deste meio e de se sentir pertencente a ele.

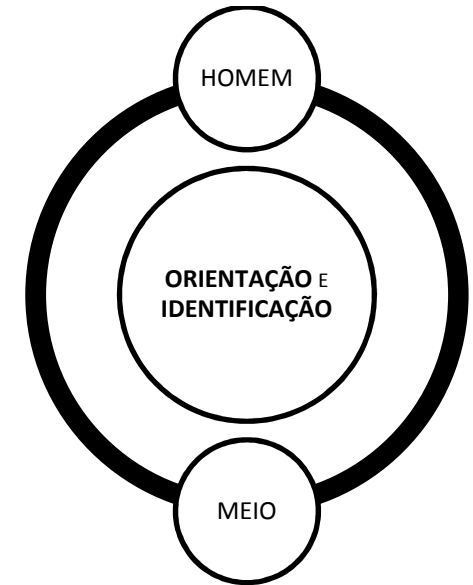
Para Lima Carlos (2008, p.52) “a noção de lugar associada ao sítio urbano constitui vasto universo de referências culturais de povos e nações que inclui a memória coletiva como elemento capaz de perpetuar aspectos tangíveis e intangíveis que nos afastam da ideia de simples espaços urbanos”.

Percebe-se que o monumento e seu entorno são indissociáveis, não apenas pela espacialidade, mas também pelos laços que os unem, através do significado.

Nota-se, que enquanto o entorno pode potencializar a compreensão do monumento, interferindo nas ambiências e contribuindo para que o indivíduo se sinta vinculado ao bem, é o

monumento⁵ quem qualifica⁶ o entorno como um lugar e compartilha a afetividade recebida pelo indivíduo que o vivencia com este espaço urbano. O monumento, dessa forma, é o agente que, junto com o indivíduo com quem mantém essa relação afetiva, moldam o lugar⁷ do entorno.

Assim, a delimitação da área de entorno de um monumento deve ter como objetivo principal o de rebater no espaço urbano as ambiências que se relacionam ao bem e exercem sua influência nele (NITO, 2015, p. 145) e garantir fruição ao



⁵ Neste caso, como o Convento S. Bernardino de Sena se trata de um monumento faz-se referencia a esse termo, porém se compreende que qualquer bem de interesse cultural tem a propriedade de qualificar o meio em que está inserido.

⁶ ... Porque, dentre outras questões, “a consciência do passado é um elemento importante ao amor de um lugar.” (TUAN, 1983, p. 114)

⁷ O termo “moldagem do lugar” foi retirado do debate que se encontra no livro: Nouveaux Regards sur l’Habiter - Outils et méthodes, del’ architecture aux sciences sociales (Paris: Le Manuscrit, 2011), organizado por R. De Villanova e C. R. Duarte.

bem para que estas ambiências possam ser vivenciadas.

No caso do Convento São Bernardino de Sena é necessário analisar, tanto como este bem interfere na apropriação do espaço urbano ao seu redor, seja por meio de práticas sociais e religiosas, seja por questões de acesso e mobilidade, como também identificar usos e elementos que desqualificam o lugar ou impedem a sua compreensão. Para isso, propõe-se que sejam realizadas:

- Análise visual de percursos e de determinados pontos visuais representativos para a percepção do bem a fim de compreender as reações que estas imagens despertam no indivíduo;
- Análise das relações que dão significado e qualificam o entorno como um lugar;

- Análise da integração do Convento à Paisagem Urbana da Cidade.

AMBIÊNCIA

PERCEPÇÃO DO LUGAR

LUGAR

Ao falar do valor das áreas de entorno para o significado de um monumento foi enfatizado a percepção das ambiências oriundas da interação entre o bem e seu espaço urbano imediato.

Porém, quando se trata de um monumento subutilizado, como é o caso do Convento São Bernardino de Sena, identificar essas relações passa pela compreensão das razões que o fizeram permanecer no espaço urbano e as que o levaram a obsolescência. Dessa forma, pretende-se analisar brevemente, o conceito de obsolescência, entender seu processo de caracterização e apontar possíveis estratégias para a reintrodução deste bem na dinâmica da cidade.

1.3.1. PERMANÊNCIA X OBSOLESCÊNCIA

Para Aldo Rossi, “A forma da Cidade é sempre a forma de um tempo da Cidade, e existem muitos tempos na forma da Cidade” (ROSSI, 2001, p. 57). Os indícios da forma de cada tempo da Cidade estão contidos nos fatos urbanos que permaneceram, caracterizados nos monumentos e no traçado das ruas. Desses fatos, uns continuam a serem vitais na dinâmica urbana, são propulsores do desenvolvimento do seu entorno, são parte “insuprível da cidade”. Outros estão “fora de um passado que ainda experimentamos”, não se constituem mais “um foco importante”, são “isolados de sua estrutura” (ROSSI, 2001, p.56).

Pode-se associar esses elementos que permanecem, mas não são vitais, chamados por

Rossi (2001) de “elementos patológicos”, aos espaços urbanos obsoletos.

Souza⁸ (2010), ao abordar a formação dos vazios urbanos, relaciona os processos de formação da Cidade ao conceito de ciclo de vida categorizado por etapas que se sucedem e podem se dar de forma contínua. Para isso, elenca três etapas: a introdução, o crescimento/ maturidade e o declínio/ obsolescência. A “introdução” seria a etapa em que os espaços urbanos ou edificações são concebidos ou reintroduzidos na cidade. Quando estão em pleno uso, se situam na etapa de “crescimento/ maturidade”. Ao perder a capacidade de se adaptar às mudanças de seu meio, entram na etapa de “Declínio/ Obsolescência”. Nessa etapa, os espaços urbanos

ou edificações podem passar por estratégias que os farão dar início a um novo ciclo, chegar ao fim e serem aniquilados ou, ainda, manter-se à espera de revitalização. A autora também classifica os tipos de espaços urbanos obsoletos como sendo: espaços desocupados que seriam espaços sem edificação; espaços desafetados que seriam espaços edificados, porém sem uso; e espaços subutilizados, com uso inadequado.

Carmona et al.(2003, p. 413), por sua vez, identificam diversos tipos de obsolescência relacionando-os aos fatores que originaram este processo, dentre eles destaca-se: a obsolescência funcional, locacional e de imagem. A obsolescência funcional ocorre quando o espaço perde sua função original e não consegue se adequar às necessidades do contexto urbano atual. A obsolescência locacional se refere a

8

espaços localizados onde mudanças na dinâmica da Cidade passaram a interferir em sua fruição. A obsolescência de imagem é um juízo de valor, tem a ver com a percepção da superação ou inadequação da edificação ou espaço urbano na vida contemporânea (LIMA CARLOS, 2017).

Dessa forma, a trajetória que levou o Convento São Bernardino de Sena à ruína pode ser compreendida através do processo de obsolescência funcional de sua edificação⁹, quando esta deixou de servir como um espaço conventual, apesar das diversas tentativas de consolidação de novos usos, passando a não ter uma função definida na dinâmica da Cidade. Também pode-se considerar que o deslocamento da via principal de acesso da

Cidade da rua Coronel Carvalho para a avenida Júlio Maria tenha contribuído para certo esquecimento da região onde o Convento São Bernardino de Sena está situado dentro do centro de Angra dos Reis, caracterizando o início de um processo de obsolescência locacional ainda não concretizada. Outro reflexo da obsolescência que diz respeito ao Convento São Bernardino de Sena é o da imagem. Associado a dificuldade de percepção ambiental deste bem, além das diversas lendas populares que existem sobre o local, inclui-se a sensação de insegurança que a recente onda de violência na proximidade dos morros angrenses tem ocasionado.

Carmona (2003) propõe que a obsolescência seja medida através da forma como uma edificação ou espaço urbano reage às mudanças, caracterizando sua resiliência ou robustez.

⁹ No capítulo 02 dessa dissertação será melhor analisada a trajetória do Convento São Bernardino de Sena.

Resiliência seria a “capacidade dos espaços urbanos/ edificações em resistir às mudanças sem deformação indevida”, assim, seria resistir às obsolescências físicas e estruturais. Já a robustez seria a capacidade de adaptação às mudanças sem alteração da forma física, como, por exemplo, uma edificação que altera seu uso, mas mantém sua forma.

A partir de seu processo de esvaziamento, o Convento São Bernardino de Sena começou a sofrer as consequências da falta de manutenção que levaram, de forma mais drástica, ao desmoronamento da cobertura e do piso no pavimento superior. Mesmo assim, a maior parte de sua alvenaria em pedra persistiu, junto com os bens integrados, fazendo com que sua forma, ainda que degradada sua materialidade, continue identificável. O Convento pode ser

considerado, então, um espaço resiliente dentro da estrutura urbana de Angra dos Reis, com o potencial de vir a se tornar um espaço robusto, já que é possível uma nova apropriação deste lugar sem alterar sua forma.

O processo de obsolescência do Convento São Bernardino de Sena que o tornou um espaço subutilizado, impactou negativamente seu entorno permitindo que sua propriedade fosse ocupada gradativamente por edificações irregulares¹⁰. Essa nova apropriação do território foi feita por uma população que, em grande parte era formada por imigrantes de outras regiões do país em busca de novas oportunidades de trabalho e não tinham

¹⁰ De acordo com o Censo de 2010, a população residente no Morro Santo Antônio é de 1.773 habitantes e a do Centro da Cidade é de 3.051 habitantes.

condições financeiras de se estabelecerem em outro local mais favorável.

A ocupação do Morro Santo Antônio faz parte da realidade atual do entorno do Convento São Bernardino de Sena e pode ser considerado como mais um extrato urbano que compõe a Cidade. Por essa razão, acredita-se que não caberiam ações de remoção por parte do Poder Público, exceto em casos que se imponham questões de segurança para os moradores ou para o próprio Convento, mas a implantação de políticas públicas para a melhoria das condições de vida na região. Especificamente sobre o entorno do Convento São Bernardino de Sena, será considerada a parcela do Morro Santo Antônio que está na sua vizinhança imediata como um dos focos de atuação nesta proposta de intervenção.

A ocupação irregular do Morro Santo Antônio afeta o Convento São Bernardino de Sena tanto interferindo na apreensão da imagem deste bem na paisagem da Cidade, como ameaçando a integridade do potencial sítio arqueológico existente ao seu redor. Por sua vez, a obsolescência do Convento contribui para a degradação dessa região, já que não proporciona um espaço vazio, sem pessoas circulando, sem vitalidade, que contribui a sensação de insegurança e segregação nesta região.

Para Jane Jacobs (2011, p.180), um dos motivos para a degradação de um bairro urbano é a falta de atrativos que possam fazer com que seus moradores queiram permanecer ali por livre escolha. A autora defende que essas áreas são ocupadas inicialmente por serem financeiramente viáveis para quem possua

poucos recursos. Porém, a medida que esses indivíduos melhoram suas condições de vida, procuram outros lugares para residir, ao invés de ali permanecerem e contribuírem para sua melhoria.

Diante dessa observação, Jacobs defende que a recuperação destes espaços aconteça a partir do momento em que passem a ser “suficientemente ativos para desfrutar a vida urbana e a segurança nas vias” e se seus moradores conseguirem “desenvolver apego” pelo lugar. Em outras palavras, Jacobs identifica duas condições para a fixação das pessoas em um espaço urbano: fruição e identidade.

Quanto à fruição, Jacobs (2011, p.181) fala sobre o impacto que um espaço obsoleto ou, como autora se refere, “lugar morto”, exerce em seu entorno servindo como um “obstáculo

geográfico para o uso do espaço público”. Havendo “escassez de uso ao longo de um perímetro amplo ou expandido” esse espaço se torna uma fronteira, dividindo o território e a convivência entre setores da Cidade. A falta de permeabilidade que a subutilização do Convento São Bernardino de Sena proporciona, representa um “muro” que divide o espaço urbano nesta região entre a Cidade “formal” e a Cidade “informal”, referindo-se ao bairro do Centro e o Morro Santo Antônio, fazendo com que certas vielas ao seu redor se tornem quase que imperceptíveis da vida urbana da maioria das pessoas que frequentam a Cidade (figura 01).

Apesar da situação descrita, o Convento São Bernardino de Sena tem o potencial de ser um marco espacial, assim definido por Lynch (1999, p.88) como um elemento físico singular que

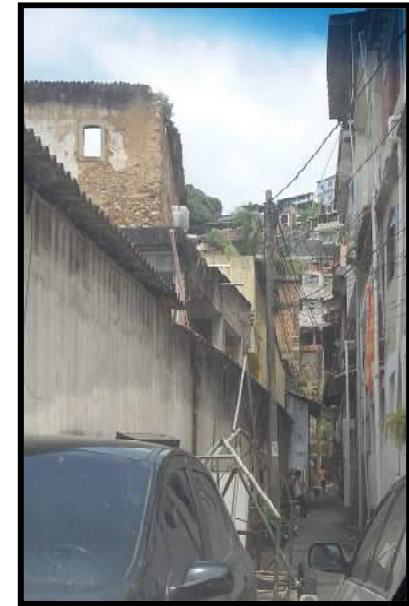


Figura 1. Viala no fim da Rua São Bernardino nos fundos do Convento São Bernardino de Sena, foto da autora, 2017.

serve como ponto de referência locacional externo ao observador, contribuindo para sua orientação e entendimento da cidade. Para Lynch (1999, p. 05) uma boa imagem ambiental proporciona “sentimento de segurança emocional” e “reforça a profundidade e a intensidade potenciais da experiência humana”. Para tanto, é necessário que o Convento possa ser reconhecível visualmente na paisagem, que a sua relação espacial com a cidade seja identificável e que este bem represente algum tipo de significado para o observador (LYNCH, 1999, p.09).

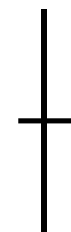
Quanto ao desenvolvimento de apego ao espaço urbano, Jacobs coloca as relações afetivas estabelecidas entre a vizinhança como as responsáveis pela percepção de identidade do lugar. Porém, o patrimônio cultural existente no

bairro também colabora para que esse papel de vínculo afetivo seja cumprido, pois consegue relacionar com a memória dos indivíduos e a apropriação do lugar onde se estabelecem.

O Convento São Bernardino de Sena pode se transformar num lugar de interseção entre as diversas realidades que compõem a Cidade a partir de uma utilização que permita o trânsito livre por seu interior, incentive a convivência e garanta a função social em todo seu espaço.

Para isso, identificam-se quatro estratégias que podem dar início a um novo ciclo de vida para o Convento São Bernardino de Sena a partir da intervenção em seu entorno:

- Reestruturação dos acessos ao bem a fim de orientar, facilitar e tornar segura a mobilidade cotidiana, priorizando trajetos



pedonais e garantindo acessibilidade universal.

- Intervenção nos espaços livres no entorno do Convento com o objetivo de reforçar seu significado e garantir sua utilidade para os moradores, proporcionando maior convivência e permitindo a afirmação dos seus elos com estes espaços.
- Elaboração de medidas que permitam a visibilidade do Convento em pontos importantes para proporcionar sua compreensão no meio urbano e na paisagem da Cidade.
- Abertura do Convento São Bernardino de Sena para onde está o aqueduto, proporcionando uma circulação que

interligue os espaços externos e internos que compõem o bem.

Atualmente, apesar de não contar com estrutura básica como, por exemplo, banheiros satisfatórios e copa, o Convento São Bernardino de Sena é utilizado para eventuais apresentações culturais, exposições e visitas guiadas nas ruínas, além de abrigar departamentos da secretaria de cultura da Prefeitura Municipal.¹¹

Acredita-se que com as estratégias elencadas anteriormente será possível potencializar o uso do bem de forma que estas atividades se tornem permanentes e não eventuais como tem sido, e que, além disso, atraiam um número muito maior de frequentadores.

¹¹ Desde 1972 a Prefeitura municipal de Angra dos Reis aluga da Ordem Franciscana o espaço do Convento São Bernardino de Sena.



Figura 2 Apresentação da Orquestra Sinfônica em 2016 na nave do Convento São Bernardino de Sena. Fonte: site Diário do Vale, acesso outubro de 2017



Figura 3. Público escasso na apresentação da Orquestra Sinfônica. Fonte: site Diário do vale, acesso outubro de 2017.

2. DIAGNÓSTICO

A Declaração de Xi'An (2005) salienta a necessidade de se compreender a história, a evolução e o caráter dos arredores do bem cultural para definir a área de entorno de um bem. Assim, foi realizada a análise da trajetória urbana de Angra dos Reis a fim de compreender o processo de construção do espaço urbano da Cidade, através dos tempos, em seus diversos momentos econômicos e sociais, contribuindo para o entendimento do estado atual do entorno do Convento São Bernardino de Sena.

Panerai (2006, p.60) propõe um método para análise urbana baseado em três categorias: o crescimento, os elementos reguladores e o adensamento.

Na categoria “crescimento”, observa que a expansão das Cidades pode se dar de dois modos:

- Crescimento contínuo que se dá pelo prolongamento de porções já existentes de forma contínua.
- Crescimento descontínuo que apresenta rupturas entre as porções antigas e as novas extensões.

Na categoria “Elementos Reguladores”, Panerai sugere analisar o crescimento através da relação entre dois tipos de elementos reguladores: aqueles que organizam a expansão (linhas e polos) e aqueles que a contêm (Barreiras e limites). Tais elementos são definidos pelo autor como:

- Polo é o centro inicial que atrai o crescimento.

- Linha de crescimento é o vetor que direciona o crescimento e interliga dois polos.
- Limite de crescimento é um obstáculo, natural ou artificial, que impede a expansão durante um certo período, mas que pode ser ultrapassado e, até mesmo, se tornar um polo, se caracterizando como um local de mudança no modo de crescimento. Exemplos: pontes, fazendas, cursos d'água, entre outros.
- Barreira de crescimento: é um obstáculo, geográfico ou construído, que impede a expansão o crescimento, criando uma soma de crescimentos lineares. Exemplos: relevo, curso d'água, muralha, entre outros.

Na categoria “adensamento” analisa o crescimento através da ocupação do território urbano que pode ser:

- Adensamento sem expansão territorial: como as barreiras favorecem o adensamento, estas somente serão transpostas após a saturação do tecido, resultando em um centro altamente adensado e uma forte distinção entre centro/ periferia.
- Adensamento com expansão territorial: a ausência de barreiras favorece uma expansão horizontal com baixo adensamento.

No caso da Cidade de Angra dos Reis, observa-se que o crescimento urbano se deu de forma contínua, como um prolongamento de seu núcleo original bem estruturado. Cada etapa de

expansão da Cidade foi precedida por um grande adensamento que provocou a superação dos limites existentes do seu crescimento.

Panerai (2006) analisa também o tecido urbano através da relação de superposição de três elementos: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações.

Rede de vias

O desenho das vias, entre outros questionamentos, pode esclarecer as relações entre o seu traçado e o sítio geográfico em que situa, assim como a sua relação com a história do território.

Além do traçado atual, Panerai recomenda que sejam analisadas a hierarquia e larguras das vias, os materiais de pavimentação, a vegetação e o mobiliário urbano.

Parcelamento Fundiários

Panerai observa que a análise dos parcelamentos fundiários permite esclarecer a fisionomia e os limites dos setores dentro do território estudado. O autor define as parcelas fundiárias como unidades do solo urbano, organizadas à partir da rua que estruturam a massa edificada.

Edificações

Outro tipo de análise que permite entender a configuração da fisionomia da Cidade são as relações entre as edificações e os elementos morfológicos. Com a análise planimétrica pode-se compreender as relações existentes entre as edificações e o espaço público, identificando os afastamentos e a presença de muros que marcam o limite entre o público e privado. Através da análise altimétrica é possível

compreender o relevo e a dimensão vertical das edificações.

Para a aplicação da análise urbana proposta por Panerai, optou-se por definir dois recortes diferentes em escalas da Cidade de Angra dos Reis. As análises de crescimento, elementos reguladores e adensamento abrangerão todo o centro histórico. As análises relativas ao tecido urbano se restringirão ao recorte mais aproximado do entorno do Convento São Bernardino de Sena.



Figura 4 - Recorte do centro de Angra dos Reis referente ao entorno do Convento São Bernardino de Sena, imagem de satélite a partir do Google Earth (2017) com alterações da autora.

O Convento São Bernardino de Sena foi a segunda edificação franciscana de Angra dos Reis. A primeira, construída em 1653, conhecida como o “Convento da Cachoeira”, ficava em um terreno¹² alagadiço, próximo à cachoeira do Rio do Choro, na Rua atualmente denominada Dr. Moacyr de Paula Lobo.

Devido à insalubridade de sua localização¹³, entre 1758 e 1763, os frades construíram um novo convento sobre o Morro Santo Antônio.

Junto as demais Ordens Religiosas que estavam situadas em Angra dos Reis, o Convento São Bernardino de Sena definia os limites urbanos de Angra dos Reis (MAPA 01), incluindo as barreiras naturais da encosta e do mar.

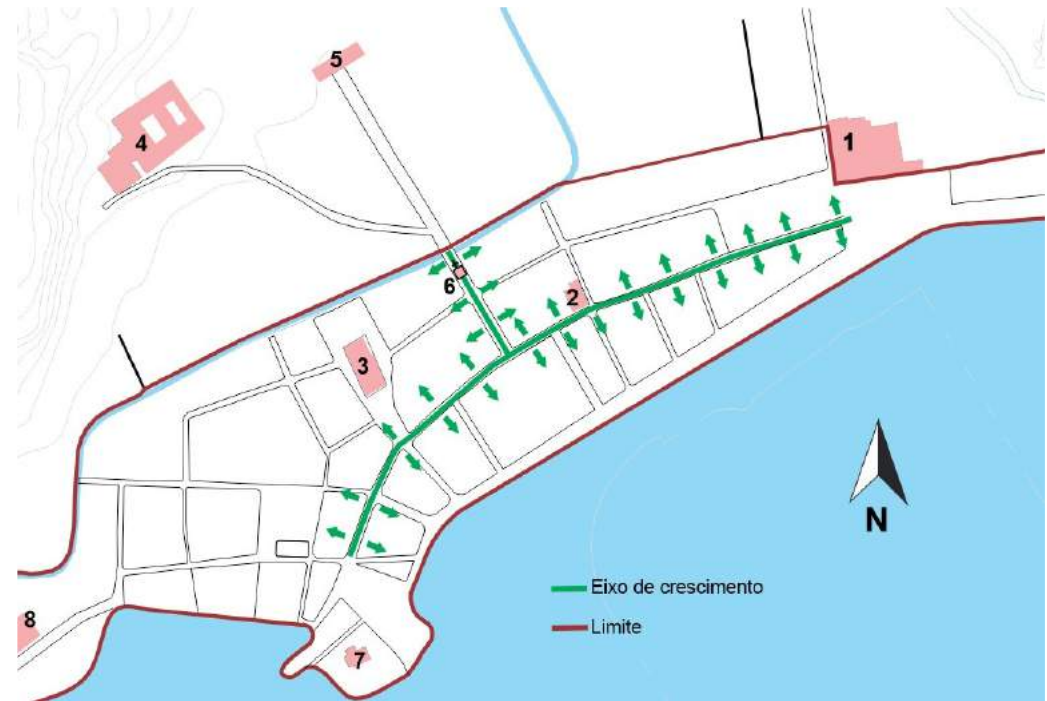


Figura 5. Mapa com esquema de crescimento sobre base do mapa do século XVIII do Museu Nacional de Portugal, autor desconhecido. Legenda: 1) Convento do Carmo, 2) Igreja de Santa Luzia, 3) Igreja Matriz de N.S. da Conceição, 4) Convento São Bernardino de Sena, 5) Antigo Convento Franciscano, 6) Igreja da Lapa e da Boa Morte, 7) Casa Beneditina.

¹² Essas terras, antes pertencentes ao Capitão Manuel de Carvalho, haviam sido doadas aos franciscanos em 1652. Em 1702, a doação destas e de outras mais, foi garantida através de carta de sesmaria, do Capitão-Mor e Governador da Capitania de Itanhaém, Conforme documento encontrado no arquivo da 6ª SR do IPHAN, na pasta: Angra dos Reis - Bens Tombados/Convento São Bernardino de Sena / Histórico.

¹³ Interessante observar que o que motivou a construção do atual convento franciscano foi a obsolescência de localização da primeira edificação.

O primeiro polo de crescimento da Cidade foi o Convento do Carmo e a partir de sua propriedade deu-se início a aglomeração urbana de Angra dos Reis nesse território.¹⁴

A circulação principal da Vila se dava através da Rua Direita do Comércio, hoje conhecida apenas como Rua do Comércio, sendo neste período uma das linhas de crescimento da Cidade. Essa rua liga a maior parte das edificações religiosas. Partindo do Convento do Carmo, passa-se pela Igreja de Santa Luzia, chegando até ao largo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, terminando no Largo da Igreja da Lapa da Boa Morte.

A Rua do Cruzeiro é, neste período, a área urbana relativa ao entorno do Convento São Bernardino de Sena. Atualmente chamada de Avenida Raul Pompéia, esta era a via que dava acesso à propriedade franciscana e se iniciava a partir do cruzamento com a Rua Direita do Comércio e se estendia até o antigo convento.



Figura 6. Mapa destacando a Rua Direita do Comércio e a Rua do Cruzeiro. Alterações sobre base do mapa do século XVIII do Museu Nacional de Portugal, autor desconhecido. Legenda: 1) Convento do Carmo, 2) Igreja de Santa Luzia, 3) Igreja Matriz de N.S. da Conceição, 4) Convento São Bernardino de Sena, 5) Antigo Convento Franciscano, 6) Igreja da Lapa e da Boa Morte, 7) Casa Beneditina, 8) Casa da Moura.

¹⁴ O primeiro território a ser ocupado foi na vila Velha, em frente da Ilha da Gipóia (PIZARRO, 1820, Volume 02, p. 60).

Era assim chamada porque ali se situava o cruzeiro franciscano.

A propriedade franciscana¹⁵ ocupava os fundos da Cidade a partir dos limites do Rio do Choro, subindo a encosta. Conforme Mendes (1991, p.55), em seu apogeu o Convento chegou a abrigar cerca de trinta frades e ainda funcionava como noviciado e uma escola de canto gregoriano.

Mendes (1991, p. 60) relata que o Convento contava com: água encanada trazido do Morro do Bulé por meio de aqueduto, sanitários e bens integrados doados por Dom João I de Portugal, como o Cruzeiro e o lavabo da sacristia em pedra Lioz.

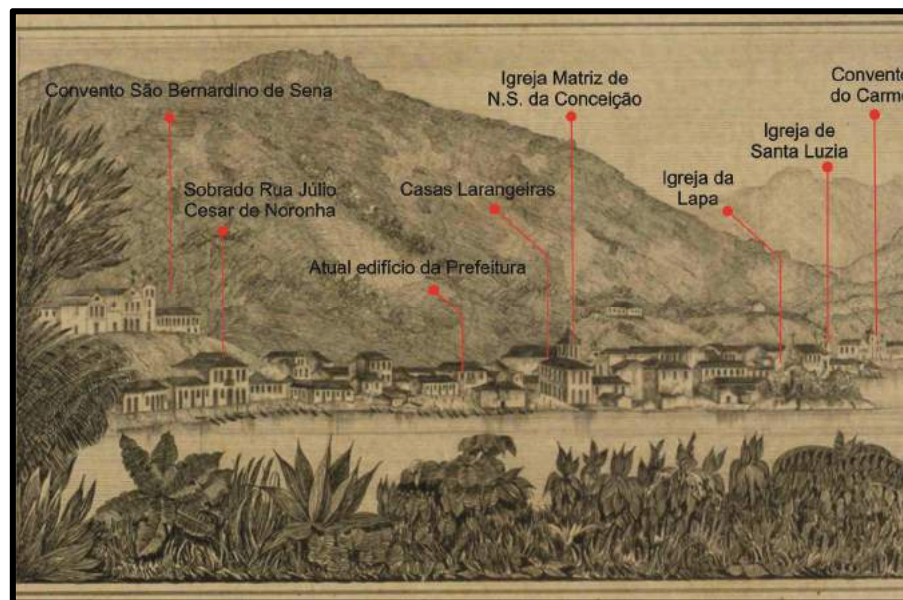


Figura 7 - Litografia de Ludwig & Briggs tomada do Morro da Bica da Olaria, 1845, com alterações da autora. Fonte: Biblioteca Nacional

¹⁵ Conforme IPHAN documento encontrado no arquivo da 9ª SR do IPHAN, "como as divisas dos terrenos nunca ficavam bem definidas". Tanto que, "a Câmara (Municipal de Angra dos Reis) pretendeu chamar a si a propriedade de uma parte das terras doadas durante o período da construção (do Convento). A Câmara perdeu a causa."

De 1764 à 1777, através de um Decreto do Marquês de Pombal, ficou proibida a recepção de novos membros na Ordem dos Frades Menores.

Em 1855, outro Decreto proibiu a admissão de noviços nas ordens religiosas, dessa vez promulgado pelo Ministro de Justiça Joaquim Nabuco e gradativamente o número de frades que ali residiam foi reduzindo, dando início a seu processo de obsolescência.

A partir de 1831, o Convento São Bernardino de Sena passou a abrigar apenas dois moradores: o Guardião e um irmão-Leigo (MENDES, 1991, p. 69).

Contando com uma ampla edificação praticamente desocupada, o Governo Provincial requisitou sua utilização como Liceu. Depois da primeira recusa por parte dos franciscanos. Em 1846 é feito um acordo para sua cessão mediante

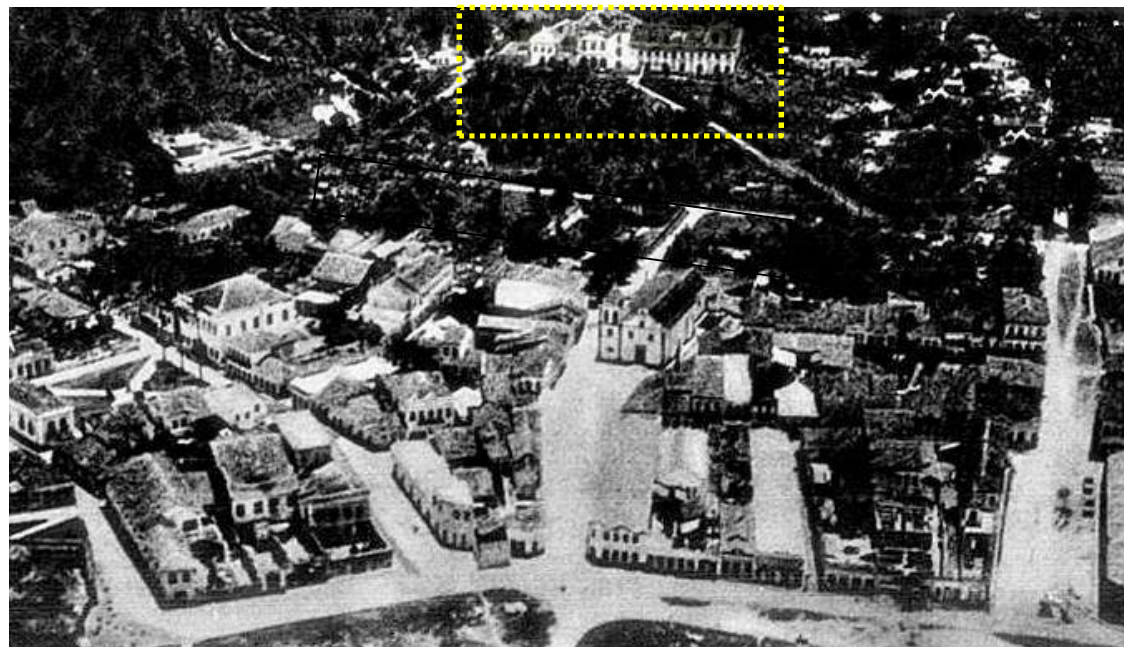


Figura 8 - Vista área do Centro da Cidade de Angra dos Reis, provavelmente anterior à 1920. Fonte: Acervo Marcelo de Barros Souza.

pagamento de aluguel. Porém, por falta de alunos, as aulas do Liceu foram encerradas antes do fim do prazo contratual (MENDES, 1991, p. 69).

O Convento São Bernardino de Sena também foi utilizado como enfermaria. Por ser uma Cidade portuária, Angra dos Reis recebia muitas pessoas vindas de diversos lugares, resultando numa situação propícia para o surgimento de epidemias de doenças.

Em 1855, durante um surto de febre amarela na Cidade, os salões do Convento São Bernardino de Sena foram usados como enfermaria de emergência e, conforme conta Mendes (1991, p. 93), os enfermos que faleceram foram sepultados no Cemitério dos escravos, na cerca do Convento.



Figura 9 – Convento São Bernardino de Sena, início século XX. Fonte: Acervo Marcelo Barros.



Figura 10 Vista aérea realizada por meio de drone sobre o Convento São Bernardino de Sena, 2016. Fonte: VBC imagens aéreas.

Em 1860¹⁶, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia pede aos franciscanos a doação de sua propriedade, mas o pedido foi rejeitado (MENDES, 1991, p. 93).

Novamente em 1865, durante a Guerra do Paraguai, e em 1871 o Convento foi requisitado como enfermaria por causa de casos de varíola que surgiram na Cidade (MENDES, 1991, p. 95).

A partir de 1859, foram retirados seus dois últimos moradores (MENDES, 1991, p. 69) e o Convento passou à responsabilidade de um síndico. Conforme documento encontrado no arquivo da 6ª Superintendência Regional do IPHAN, ao se retirar do Convento, o seu último guardião, Frei Manoel, deixou uma carta onde relatava o estado

de degradação da edificação, com “cimalhas caindo, tetos desabando, murálias fendidas e corredores escorados”.

O processo de decadência do Convento São Bernardino de Sena coincidiu com o momento de maior crescimento que Angra dos Reis tinha experimentado até então, devido a sua importância como um dos principais Portos de escoamento da cafeicultura do Vale do Paraíba.

Dessa forma, constatou-se a necessidade da criação de uma via terrestre que ligasse a Cidade até a Estrada do Caramujo¹⁷ que dava acesso à Região de Rio Claro. Um dos trechos dessa via corresponde à Rua São Bernardino de Sena que adentrava a propriedade franciscana e cruzava o sertão.

¹⁶ Conforme Mendes (1991, p. 93) nesse mesmo ano a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência também requisitou a propriedade do Convento que também foi negada.

¹⁷ A estrada do Caramujo ligava os Portos de Angra dos Reis e Jurumirim à Cidade de Rio Claro.

Com a obsolescência do Convento, as terras dos franciscanos não eram mais um limite (PANERAI, 2003, p.66) para a expansão urbana de Angra dos Reis e o território de sua propriedade também foi sendo alterado. A partir de documento encontrado no arquivo do IPHAN, observam-se as seguintes alterações:

- Em 1804 uma nesga de 22 braças da propriedade é vendida ao Sargento-Mor Francisco Cláudio Alvares de Andrade.
- Em 1815 o Governo Provincial aliena “uma parte do brejo” pertencente aos franciscanos.
- Em 1833, é concedido ao Síndico do Convento, o “uso fruto do terreno compreendido entre a Ladeira e a Rua da Cachoeira” (Atual Rua Moacyr de Paula Lobo).

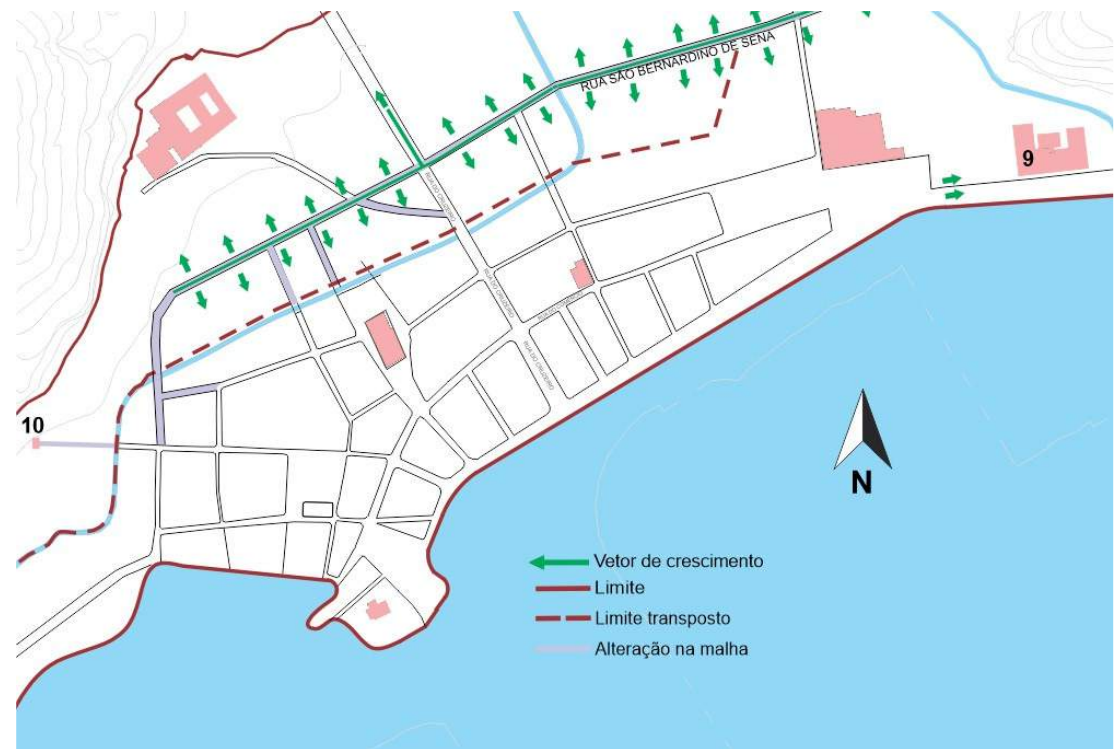


Figura 11. Mapa com esquema de crescimento de Angra dos Reis sobre base de mapa de 1858, da Biblioteca Nacional, autores: Pedro de Alcântara Bellegarde e Conrado Jacob Niemeyer. Legenda: 09) Santa Casa de Misericórdia, 10) Bica da Carioca.

- Em 1836 esse mesmo terreno passa a domínio público.

O que se percebe é que o abandono do Convento e a criação da Rua São Bernardino de Sena significaram a primeira transformação no entorno do Convento São Bernardino de Sena. Servindo como o principal acesso terrestre à Cidade, esta via proporcionou a expansão urbana em seu sentido.

Com a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro que ligava o Porto da Cidade do Rio de Janeiro diretamente às regiões cafeeiras, a atividade portuária de Angra dos Reis perde sua força. Inicia-se, assim, um período de estagnação econômica que vai de 1870 a 1920 e se agrava com o posterior declínio do café no Vale do Paraíba e a abolição da escravidão.



Figura 12. Mapa com esquema do crescimento de Angra dos Reis sobre base do mapa da formação urbana da Cidade em 1917, elaborado por João Carlos da Silva Sarmento para o livro “Ouro, Incenso e Mirra” de Alípio Mendes. Legenda: 11) Mercado do Peixe

Destaca-se a ampliação da Rua São Bernardino que muda de nome e passa a ser chamar “Rua Nova” e a nova denominação do trecho da Rua do Cruzeiro, que estava na antiga propriedade dos franciscanos que passa a se chamar “Rua da Cachoeira”. Além disso, nota - se o fechamento da rua que se prolongava no sentido da Ladeira até a Rua da Cachoeira, regularizando a quadra.

Essa intervenção na “Rua Nova” demonstra que este continuava sendo o principal eixo de crescimento Cidade. No entanto, outro vetor de crescimento surge em direção ao bairro de São Bento, onde tinha sido a localização da propriedade Beneditina, por causa da instalação da Escola de Drumetes da Marinha nesta região, que tempos depois viria a ser a Escola Naval.

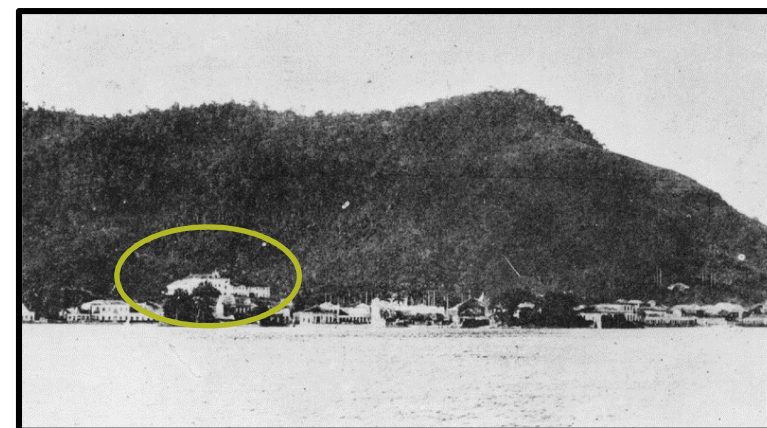
Nesse período a relação de escala entre o Convento e o restante da Cidade permaneceu mesma. Ao longo do tempo, a área entre o Rio

do Choro e a Rua Coronel Carvalho e parte das encostas serão ocupadas e a paisagem de Angra dos Reis será drasticamente modificada.

Figura 14 – Vista do Centro de Angra dos Reis a partir da Baía da Ilha Grande. Em destaque, o Convento São Bernardino de Sena . Década de 1930. Fonte: IHGB



Figura 13. Vista da Cidade a partir do mar. Em destaque o Convento São Bernardino de Sena, 1922. Fonte: Ateneu Angrense de Artes e Letras



Em 1920 o ramal ferroviário chega à Angra dos Reis (Fig. 14) e ,em 1925, o Porto é reativado, dando início a um novo momento de crescimento urbano.

Os sinais dessa nova fase da Cidade podem ser observados na expansão do Porto sobre o mar através de um grande aterro (fig. 15 e 16), extrapolando mais uma barreira natural, e na mudança de nome da Rua Nova que a passa a ser denominado por Rua Coronel Carvalho.

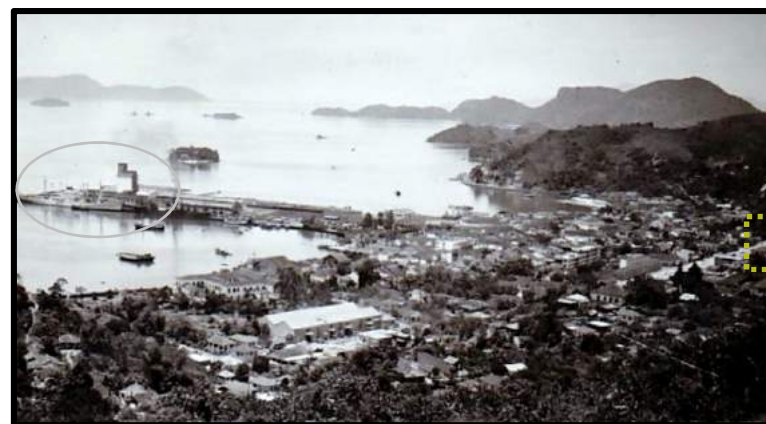
Com a retomada do crescimento, já em 1932 observa-se a ocupação dos morros¹⁸ do Centro da Cidade por operários mediante o pagamento

¹⁸ Tal situação é confirmada no discurso do engenheiro Dermeval Pimenta em 1933 que manifesta sua preocupação com o crescimento desordenado do núcleo urbano (ALVES FILHO, 2004).

Figura 15 – Vista da Cidade de Angra dos Reis a partir do Morro do Bulé. Em destaque o Convento São Bernardino de Sena e a Ilha dos Porcos, que foi unida ao continente com a ampliação do Porto de angra dos Reis. Década de 1920. Fonte: Acervo Marcelos de Barros Souza.



Figura 16 – Vista da Cidade de Angra dos Reis a partir do Morro do Carmo. Observa-se o aterro que ampliou o porto e uniu a Ilha dos Porcos ao continente. Em destaque a posição do Convento São Bernardino de Sena na visada. Provavelmente no final da década de 1920. Fonte: Marcelo de Barros Souza..



de foro mensal aos carmelitas (ALVES FILHO, 2004).

Com a criação, em 1941, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, o Porto de Angra dos Reis passa a ser considerado a principal entrada para o carvão de coque. Também, nesse mesmo período, foi inaugurada a Rodovia Angra-Getulândia que proporcionava o acesso à Rodovia Rio - São Paulo. A Rua Coronel Carvalho continuava sendo o principal acesso terrestre à Cidade.

Durante todo esse período o Convento São Bernardino de Sena permaneceu praticamente vazio, sofrendo com ação do tempo e da falta de manutenção. O último Síndico Apostólico foi nomeado em 1943 e, após sua destituição, o Convento foi entregue à Ordem Terceira da Penitência (MENDES, 1991, p. 98).



Figura 17 – Mapa com esquema de crescimento de Angra dos Reis sobre base de mapa de 1941, Fonte: IBPC, autores: Fred Cummerow.

Diferente de Angra dos Reis, a Cidade vizinha, Paraty, por não ter se beneficiado dos ciclos econômicos, se manteve isolada por décadas, ocasionando a permanência de um conjunto de edificações do Período Colonial que despertou o interesse pelo tombamento federal.

Com medo que o mesmo acontecesse em Angra dos Reis, o que para os angrenses simbolizava um entrave ao “progresso” e à “modernização, tão almejados para a Cidade, deu-se início a fase da destruição do Casario do Centro, através de incêndios criminosos com o objetivo de apagar os sinais que pudessem estar associados a uma imagem “antiga” e, no entendimento da época, “atrasada”. Contudo, alguns exemplares de edificações modestas se mantiveram, como os casarões da Casa da Cultura, na Rua do Comércio, e a Casa Larangeiras, na Praça Zumbi dos Palmares, ambos tombados a nível estadual,



e os monumentos religiosos, como o Convento São Bernardino de Sena que, em 1947 foi tombado em nível federal.

Neste processo¹⁹ o Convento São Bernardino de Sena é descrito como um conjunto formado pela Igreja e Convento em ruínas, a capela e claustro dos Irmãos Terceiros da Penitência. O processo também faz menção aos bens integrados, ressaltando seu valor, além da coleção dos ex-votos antigos que pertenciam ao Convento.

O requerimento do ato partiu da Ordem Franciscana, que já trata o bem como uma ruína, evidenciando seu grau de degradação e a necessidade de “delimitação da área de proteção do monumento” por conta de “inconvenientes e dificuldades da parte de posseiros e inquilinos

dos terrenos chamados de São Bernardino”. Em resposta, Lúcio Costa encaminha o pedido ao Conselho Consultivo. Em seu parecer esclarece que:

“o tombamento visaria, pois, tão somente, a preservação das ruínas no seu estado, em vistas do **seu destaque no conjunto paisagístico tradicional de Angra dos Reis**, sem implicar de modo algum na obrigação da reconstrução e restauração do monumento, obra dispendiosíssima e sem maior proveito do ponto de vista do interesse público.”

Percebe-se que ao convento, ao ser tombado, teve destacado seu papel de elemento de valor na paisagem “tradicional” da Cidade.

Apesar da reivindicação dos franciscanos, nenhuma medida foi tomada em relação ao

¹⁹ O Convento S. Bernardino de Sena foi inscrito no Livro de Tombo Histórico, Vol I, Inscrição 246 – folha 41 – processo nº 371-T-47

entorno do Convento São Bernardino de Sena no ato de tombamento e a Cidade continuou a se adensar desordenadamente ao redor deste bem sem o estabelecimento de nenhum tipo de parâmetro.

O crescimento da Cidade não se evidenciou apenas no adensamento da ocupação do solo urbano, mas também na alteração da escala da Cidade, através de legislações urbanas que, ao longo do tempo, permitiram o aumento progressivo do gabarito das edificações.

A sequência de fotos tiradas do Largo da Igreja da Matriz, em épocas diferentes, demonstra como o aumento dos gabaritos impactou a paisagem da Cidade e, principalmente, as condições de visibilidade do Convento São Bernardino de Sena.



Figura 21 – Igreja Matriz de Angra dos Reis. Acredita-se ser anterior à chegada de energia elétrica na Cidade. Fonte: acervo Marcelo de Barros Souza



Figura 20 – Igreja Matriz de Angra dos Reis. Acredita-se ser posterior à chegada de energia elétrica na Cidade. Fonte: acervo Marcelo de Barros Souza.



Figura 23 – Postal da Igreja Matriz de Angra dos Reis, provavelmente década de 1950. Fonte: acervo Marcelo de Barros Souza



Figura 22 – Igreja Matriz de Angra dos Reis, 2017, foto da autora.

A partir da década de 1960, são instalados em Angra dos Reis três grandes empreendimentos industriais (EstaLeiro Verolme, Terminal Petrolífero e as Usinas Nucleares) que, juntamente com a abertura da Rodovia Rio – Santos e o incremento da indústria do turismo, modificaram o território do Município.

Neste período, grande contingente de pessoas é atraído para o Município na busca de oportunidades de emprego. Como esse crescimento populacional não foi acompanhado por um planejamento urbano, essa mão-de-obra não encontrou infraestrutura habitacional suficiente e, assim, intensificou-se o processo de ocupação dos morros da Cidade, além de outras áreas que não eram vistas como interessantes para o turismo, tais como os mangues. O adensamento da Cidade fez com que os limites



Figura 24 – Obras para o aterro onde será a Avenida Júlio Maria. Década de 1980. Fonte: acervo Marcelo de Barros Souza.

naturais para o crescimento urbano fossem novamente extrapolados.

Os vetores de expansão da ocupação urbana avançam para os morros, para os bairros vizinhos ao Centro e até mesmo para o mar, com novos aterros na Praia de São Bento em 1972 e, em frente ao Convento do Carmo, o aterro onde atualmente encontra-se a Avenida Júlio Maria, em 1988.

Quanto ao Convento São Bernardino de Sena, segundo o relato de Mendes (1991, p. 105), teve seu altar-mor restaurado em 1964 pela a Ordem Terceira da Penitência que na época estava responsável por cuidar do Convento²⁰.

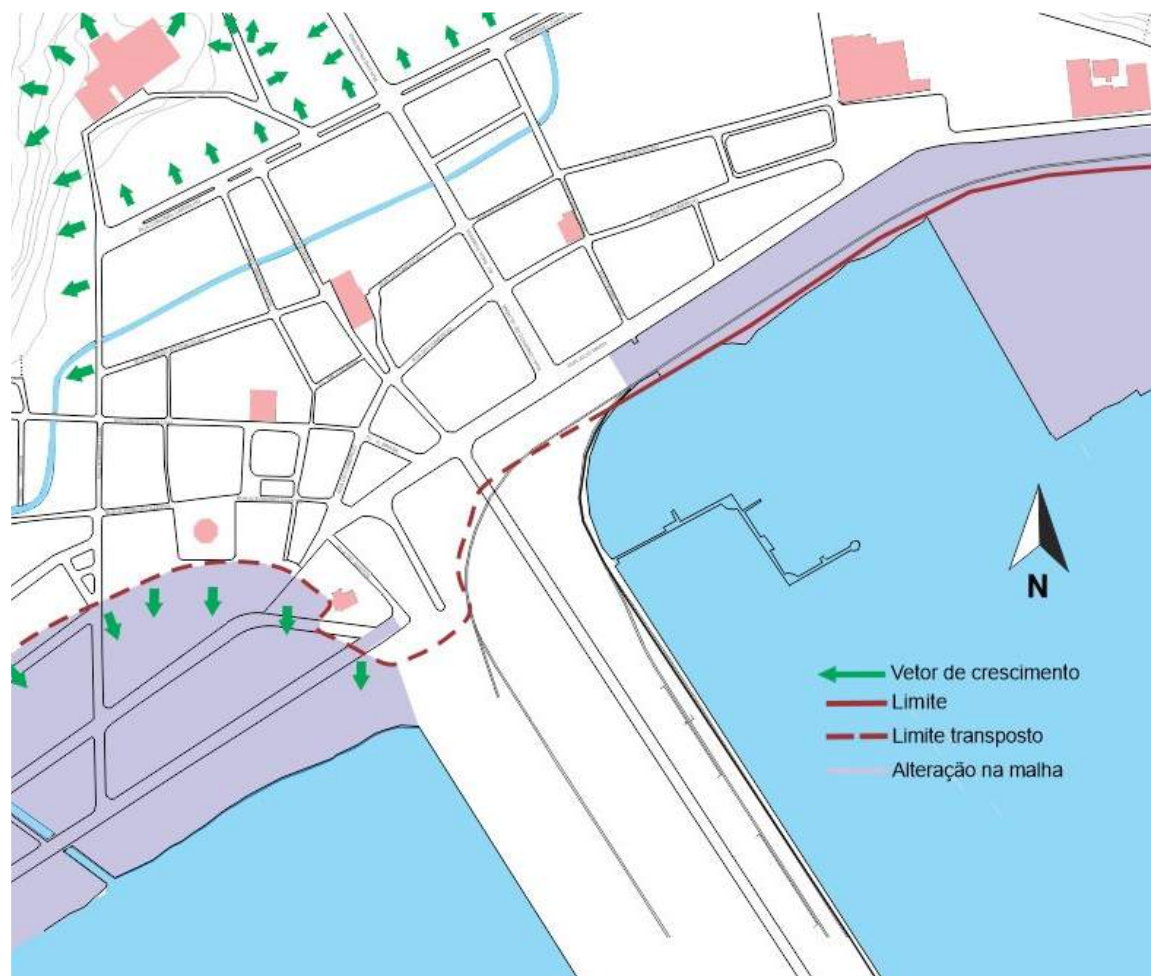


Figura 25 - Mapa com esquema de crescimento de Angra dos Reis sobre base de mapa de 1967, Fonte: Ateneu de Letras Angrense, autores: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.

²⁰ Em 1927, este altar havia sido desmontado pela Ordem Franciscana e guardado na sacristia.

Em 1972, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis aluga o Convento São Bernardino de Sena “por tempo indeterminado” mediante pagamento mensal. Segundo o contrato de locação ²¹, é acordado que o seu uso se restringiria a atividades culturais e educacionais e a Prefeitura passaria a ser responsável pela conservação do bem.

Em 1982, é elaborado projeto de “revitalização das ruínas do Convento São Bernardino de Sena” por técnicos do IPHAN, a fim de transformá-lo em um centro cultural, mas o projeto não foi executado. Em 1988, a Prefeitura Municipal, com ajuda de empresas privadas, reconstruiu a cobertura da nave principal do Convento São Bernardino de Sena (MENDES, 1991, p. 106). A partir disso, o Convento de São Bernardino de

Sena passou a ser usado esporadicamente para eventos culturais e sociais do Município.

A ocupação irregular no entorno do Convento continuou a se expandir ao ponto de algumas edificações serem construídas junto a alvenaria de pedra do aqueduto, nos fundos do Convento.

Tal situação levou a Prefeitura Municipal a demolir, em 2002, parte das edificações irregulares vizinhas a este bem e realizar limpeza do matagal nesta região (fig. 25). Para que não acontecesse nova ocupação desse trecho do entorno, a Prefeitura solicitou ao IPHAN um projeto de paisagismo. Após visita de técnicos da Instituição Federal, foram propostas diretrizes para o projeto de intervenção deste espaço a ser elaborado pela própria Prefeitura. A equipe que realizou esse parecer técnico era formada por um arquiteto, um arqueólogo e um restaurador. Entre outras recomendações, os técnicos

²¹ Contrato de locação celebrado em 02 de junho de 1972, Protocolo 1216/ Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.

destacam a necessidade de solução para a acessibilidade ao Convento, da elaboração pesquisas arqueológicas tanto no espaço externo junto ao aqueduto, quanto no espaço interno das ruínas e da realização medidas para a conservação do bem. O projeto, porém, não chegou a ser elaborado.

Durante as pesquisas realizadas, foram encontrados dois projetos de intervenção para o Convento São Bernardinho de Sena. Um de 1982, elaborado por técnicos do IPHAN e outro, mais recente, em 2009, elaborado por arquitetos de Angra dos Reis. Em ambas as propostas foi recomendado o uso cultural ao Convento, sendo que o projeto de 2009 também contemplou às áreas externas imediatas ao Convento. Nenhum dos projetos elaborou mapeamento de danos ou especificação dos serviços necessários para restauração e não foram precedidos por

pesquisas arqueológicas imprescindíveis por se tratar de uma ruína, notoriamente com potencial arqueológico a ser estudado. Não foi dado seguimento a nenhum dos projetos. O último nem chegou a ser aprovado pelo IPHAN.



Figura 26 – Mapa indicando as edificações demolidas em 2002 hachuradas na cor laranja. Recorte da planta cadastral com alterações da autora.

Em 2015 o Ministério Público apresentou uma ação civil contra a Prefeitura de Angra dos Reis e o IPHAN em virtude do inquérito aberto em 1997 que diz respeito à má conservação do Convento São Bernardino de Sena. Diante da multa estabelecida, foram executadas obras para recuperação da cobertura do corredor de acesso ao coro que se encontrava sob risco de desabamento.

Apesar dessa obra emergencial, nenhuma outra medida foi tomada, tanto no espaço do aqueduto, quanto as demais intervenções necessárias para sua fruição, muito menos alguma iniciativa quanto a delimitação e intervenção do entorno do Convento São Bernardino de Sena.

A necessidade de se analisar o tema referente ao entorno do Convento não é recente. Pelo menos, desde o seu pedido de tombamento, têm-se

registro dessa necessidade. Apesar de ter havido um estudo na década de 1980 para o entorno de todos os bens tombados da Cidade de Angra dos Reis pelo IPHAN, nenhuma melhoria foi alcançada no que diz respeito à conservação de suas áreas envoltórias. Todavia, a ocupação urbana continuou a se adensar ao redor do Convento pressionando sua propriedade, impedindo que o bem seja experimentado em todas as suas possibilidades. Aliado a esse quadro, se juntou o aumento da violência registrada nos Morros da Cidade, principalmente o Santo Antônio e outros mais próximos e o risco de desabamentos das encostas da região. A trajetória exposta, além de comprovar a pertinência desta pesquisa, possibilita o entendimento dos extratos de ocupação do recorte urbano relativo ao Convento São Bernardino de Sena que servirão de base

para elaboração de propostas de delimitação e medidas de conservação do entorno deste bem.

O crescimento do tecido urbano do centro de Angra dos Reis é caracterizado por uma expansão contínua, onde o núcleo original permanece como um centro irradiador do crescimento. Além disso, observa-se que na sua expansão, cada limite extrapolado precedeu um grande adensamento do espaço urbano já ocupado.

No mapa atual de parcelamento do solo (fig. 27) e de cheios e vazios (fig.28), dentro do recorte proposto para aproximação da área de entorno do Convento São Bernardino de Sena, é possível perceber 03 tipos diferentes de ocupação.

- 1) Área 01 – Lotes estreitos e profundos, característicos do período colonial;
- 2) Área 02 – Provavelmente ocupada maciçamente a partir da década de 1930,

nesta área encontram-se lotes maiores, com a relação largura e profundidade mais proporcional que os da área 01. As edificações ocupam o centro do lote ou, pelo menos, mantêm afastamento lateral de umas das divisas, mas sempre respeitando o afastamento frontal em relação à rua. Observam-se, também, edificações mais recentes sem nenhum afastamento da rua, nem das divisas;

- 3) Área 03 – Ocupação Irregular sobre a encosta onde não se identifica parcelamento.

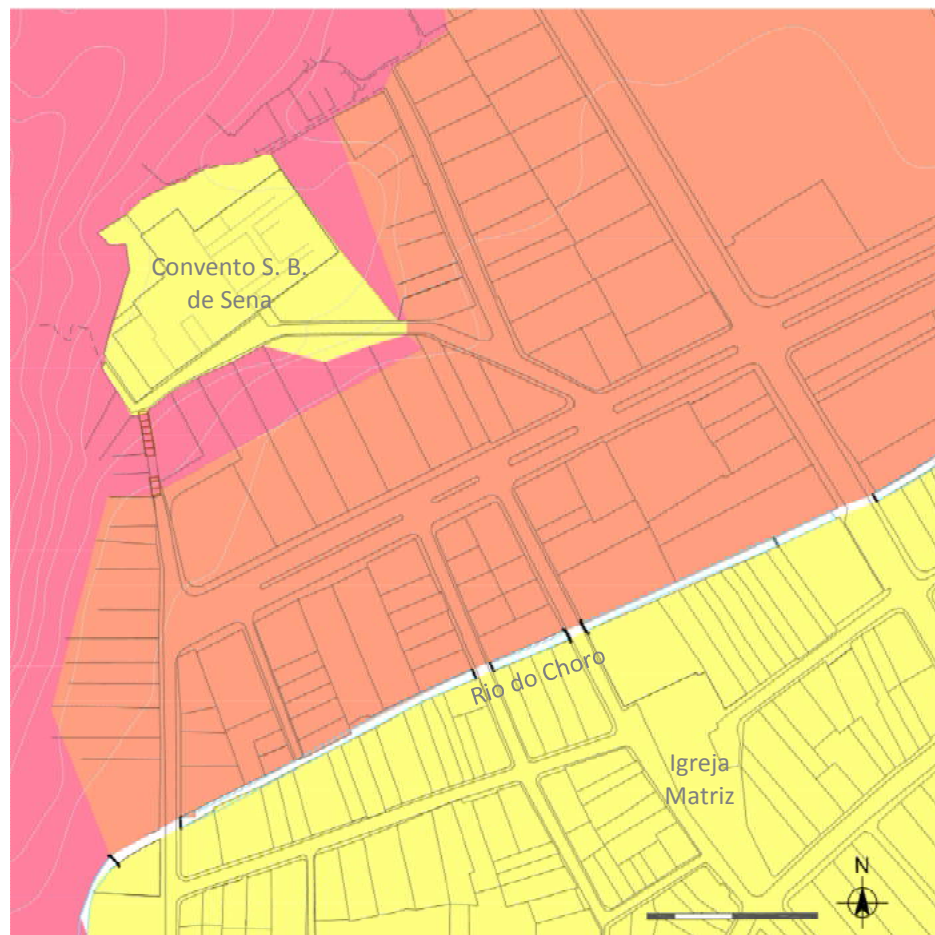


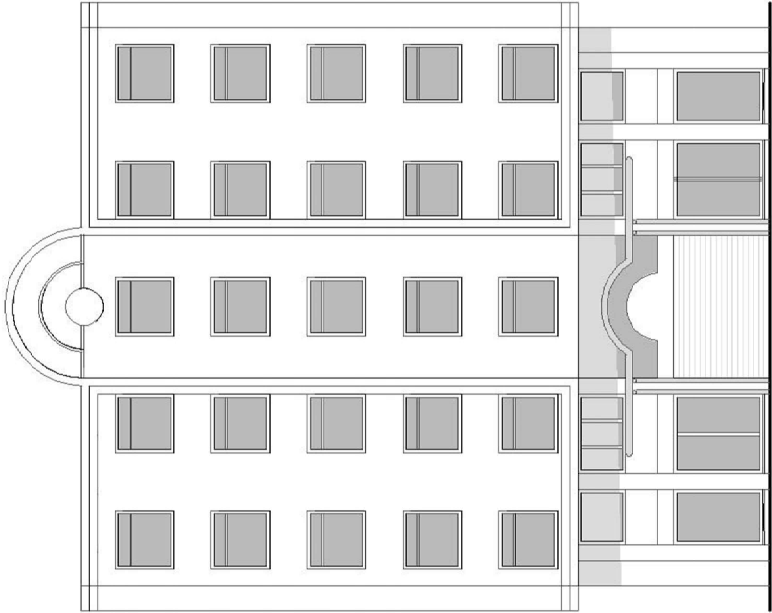
Figura 27 Mapa de parcelamento e da ocupação dos lotes no recorte urbano do entorno do Convento São Bernardino de Sena com a marcação das diferentes épocas de ocupação

- ÁREA 01
- ÁREA 02
- ÁREA 03

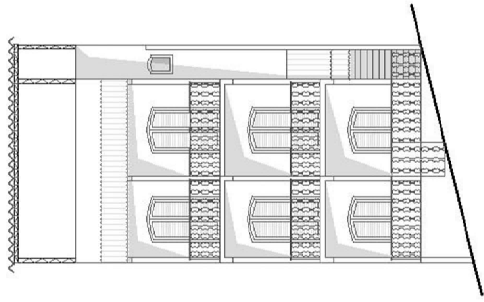
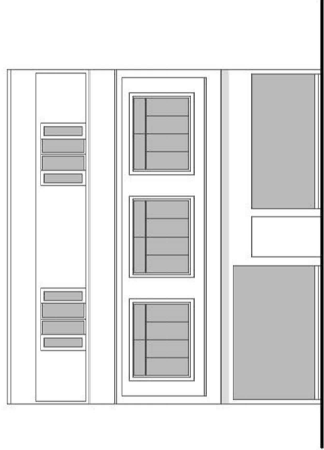
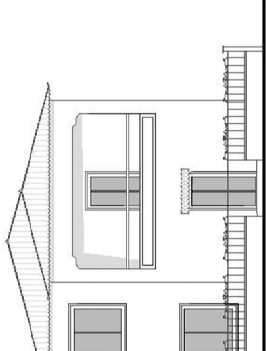
As edificações nessa área aconteceram de forma irregular, sem projeto, sem acompanhamento técnico, sem infraestrutura básica e parâmetros de conforto ambiental e, em certos casos, salubridade. Estão localizadas em terrenos de encosta, por isso existe o perigo de deslizamento em alguns pontos mais íngremes. Não existem muros, já que as edificações em si definem os limites da propriedade.

Com a inexistência de lote livre, a ocupação se dá na vertical, ganhando-se mais espaço através do aumento de pavimentos, resultando em edificações com dois, três ou mais pavimentos, sendo o último um terraço ou contendo uma varanda. A cobertura normalmente é feita em telha em fibrocimento ou laje, mas existem exemplares com telha cerâmica.

Prédios comerciais com gabarito mais alto que o restante das edificações com feições pós-modernistas ou com fachadas quadradas e sóbrias.



As residências populares, ocupando o lote, com to frontal e lateral, íxos, cobertura em mica com beiral.



Área 02

Área 03

Diante das informações coletadas sobre o recorte urbano proposto, pode-se destacar, especificamente em relação à área de entorno do Convento São Bernardino de Sena, quatros momentos distintos em sua trajetória de formação:

- 1) A propriedade franciscana, tendo como um dos limites o Rio do Choro;
- 2) Decadência do Convento e a abertura da Rua São Bernardino de Sena (atual Rua Coronel Carvalho) sobre a propriedade franciscana;
- 3) Consolidação desta via com seu alargamento e mudança de nome (de Rua São Bernardino de Sena para Rua Nova e, depois, Rua Coronel Carvalho);
- 4) Ocupação gradativa e contínua do Morro Santo Antônio.



Figura 28 – Vista área do entorno do Convento São Bernardino de Sena em dois momentos: na década de 1920, fonte Acervo Manoel de Barros Souza e em 2017, fonte VBC imagens aéreas. Observa-se a trajetória da ocupação das quadras vizinhas ao Morro Santo Antônio a partir do Rio do Choro (atrás da Igreja Matriz)

2. 2. ANÁLISE NORMATIVA

2.2.1. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Na década de 1980 foi elaborada a primeira Legislação Municipal que abordou a questão de Planejamento Urbano do Município, a Lei Municipal nº 146, de 30 de dezembro de 1981, que definia o zoneamento e os parâmetros para a ocupação do solo.

Conforme essa Lei, o centro da Cidade de Angra dos Reis que se enquadrava na “Zona Central” Em seu artigo 16º, esta zona é considerada de “alta densidade” e é destinada ao uso misto, com predominância das atividades de comércio e serviços,

As diretrizes desta Lei consistem na regulação da ocupação dos lotes e do gabarito.

Gabarito Máximo	05 pavimentos.
Afastamento Frontal Mínimo	1/3 da altura da fachada, sendo no mínimo igual a 3 (três) metros
Afastamento de Fundo Mínimo	1/6 (um sexto) da altura da fachada posterior da edificação, sendo no mínimo igual a 2 (dois) metros
Afastamento Lateral Mínimo de ambas as divisas	1/5 (um quinto) da altura das fachadas laterais da edificação, sendo no mínimo igual a 1,50 (um metro e meio)
Afastamento Lateral quando a edificação for encostada em uma só das divisas, válido para as edificações de uso misto (residencial e comercial)	¼ (um quarto) da altura da fachada lateral da edificação, sendo no mínimo igual a 2,50 (dois metros e meio);
	As edificações destinadas ao uso exclusivamente comercial poderão encostar em ambas as divisas laterais do lote, respeitados os afastamentos frontal e de fundos.

Tabela 1 - Quadro com o resumo das taxas urbanas que incidem sobre o zoneamento onde se situa o Convento São Bernardino de Sena, conforme a Lei 146/1981.

Mesmo não estabelecendo nenhum parâmetro específico, a Lei faz referência ao “cuidado” com o entorno em relação aos imóveis tombados, mesmo que de forma muito genérica, conforme pode ser visto em seu artigo 5º:

A Prefeitura Municipal, ouvida a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e outros órgãos federais ou estaduais competentes em cada caso, não permitirá quaisquer construções, reformas ou restaurações que prejudiquem a **segurança, o valor artístico e a ambiência** dos imóveis tombados, de acordo com os Artigos 17 e 18 do Decreto- Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

Para as áreas dos morros não foi tomado nenhum tipo de medidas especiais.

Nesse mesmo ano, conforme Azevedo (2016, p. 53), a pedido da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, o IPHAN realizou um estudo sobre a área de entorno dos bens tombados pela esfera federal que teve como produto uma orientação de limites máximos de gabaritos na região do Centro da Cidade (figura 30). Além de outras propostas, esse estudo recomendou a criação de mapas de entorno dos bens tombados. Apesar da sua existência, essa recomendação nunca foi incorporada na Legislação Municipal de zoneamento.

A arquiteta Lia Motta (MOTTA, 1981), que participou desse estudo, observa que foram levados em consideração não só a visibilidade das edificações, como também, os planos de fundo e sua relação com o espaço envolvente. Apesar disso, para a área envoltória do Convento São Bernardino de Sena, observa-se que, no

quarteirão entre a Rua São Bernardino e a Rua Moacyr de Paula Lobo nenhum tratamento foi proposto, o que demonstra que a visibilidade do Cruzeiro e até mesmo do Convento, apesar de estar edificado em uma altura maior, estaria prejudicada para quem vem da Avenida Raul Pompéia (antiga Rua do Cruzeiro).

Outra proposta a ser ressaltada, foi o estabelecimento de área delimitada não edificável que compreende a quadra do lado esquerdo da Rua São Bernardino. Atualmente, essa quadra encontra-se totalmente ocupada e as edificações continuam a se expandir em direção ao talude do Convento São Bernardino de Sena (fig. 30).

Figura 29 - Mapa do estudo de gabaritos para a Cidade de Angra dos Reis elaborado por Lia Motta., 1981, desenho Rafael Nascimento



Passada uma década sob o mesmo contexto político democrático²², o primeiro Plano Diretor de Angra dos Reis foi elaborado em 1989. Além do zoneamento, o Plano Diretor demarcou áreas especiais que “exigem tratamento específico e índices urbanísticos próprios devido as suas características especiais, a serem definidas por Lei” (Art. 97º, PD). Uma dessas áreas é a de Interesse Cultural, Ambiental, Turístico e de Utilização Pública - as AEICATUPs. Sua definição está no artigo 110:

(...) são aquelas que contêm características de relevante valor histórico, cultural, dignos de serem preservados e recuperados para a

proteção da memória, da paisagem, para o desenvolvimento da cultura local, articulados ao desenvolvimento turístico”. Interessante notar como objetivo dessa delimitação submeta a preservação da cultura local ao desenvolvimento turístico. Outra questão a ser observada é a classificação da paisagem como um bem a ser preservado.

O Plano Diretor aborda, na sua seção III, questões relativas ao Patrimônio Cultural, caracterizando o bem ou conjunto de bens culturais como “elementos representativos da produção e modos de vida presentes no processo histórico e cotidiano do Município”. Trata das alterações diretas no bem, mas nada diz sobre medidas a serem adotadas na sua área de vizinhança.

²² Durante a Ditadura Militar, o Município de Angra dos Reis foi considerado área de segurança nacional e assim sendo, o prefeito municipal era indicado pelo Governo. Em um ambiente autoritário não poderia se achar que as necessidades da população seriam ouvidas nas decisões tomadas.

A região do Centro da Cidade, onde estão as ruínas do Convento São Bernardino de Sena, foi caracterizada como Zona de Desenvolvimento Urbano, onde “será intensificado o uso e ocupação do solo, observada a capacidade do solo e as possibilidades de instalação de infraestrutura básica e as condições de salubridade do ambiente urbano e construído”(Art. 72°). Porém, não podemos esquecer que nesta zona se encontra o núcleo histórico da Cidade, contendo vários bens tombados pelas esferas federal e estadual. A ideia de adensamento não condiz com o que se espera para a preservação dos significados culturais delineados na seção sobre patrimônio cultural.

Quanto aos índices urbanísticos especificados nesta zona, não foram observadas medidas em relação ao entorno dos bens que compõe o patrimônio cultural da Cidade (Tabela 2).

Gabarito Máximo	• Caixa de rua de até 6 metros – gabarito: 2 pavimentos ou 8 metros • Caixa de rua maior do que 6 metros até 9 metros – gabarito: 3 pavimentos ou 11 metros • Caixa de rua maior do que 9 metros até 12 metros – gabarito: 4 pavimentos ou 14 metros • Caixa de rua acima de 12 metros – gabarito: 6 pavimentos ou 20 metros • Caixa de rua acima de 12 metros – gabarito: 6 pavimentos ou 20 metros
Afastamento Frontal Mínimo	1,5 metros
Taxa de Ocupação	70% do lote

Tabela 2 - Quadro com o resumo das taxas urbanas do zoneamento onde se situa o Convento São Bernardino de Sena conforme o Plano Diretor de 1989.

Mesmo fazendo referência a um tratamento urbanístico específico nas áreas especiais, a ausência desse tipo de classificação para o centro da Cidade, fez com fosse adotado para esta região, os índices da ZDU (Zona de Desenvolvimento Urbano) que proporcionaram a modificação da percepção visual do núcleo original de Angra dos Reis. Em relação aos morros, apesar de definir uma zona específica (AEIS – Área de Interesse Social) não estabelece nenhuma diretriz específica.

Como o Estatuto da Cidade, promulgado em 2001, tinha determinado que os Planos Diretores e as Leis que o instituem fossem revistos pelo menos a cada 10 anos, em 2007 o Plano Diretor de Angra dos Reis foi revisado, originando a Lei nº 1754 em 2006. Esta Lei se restringiu a abordar as diretrizes do planejamento Municipal, deixando as Leis específicas, como a de

zoneamento, uso e ocupação do solo e o código de obras para regulamentação posterior. Um dos objetivos da Lei descrito no artigo 5º é o de “proteger o acervo cultural e o patrimônio ambiental outorgando-lhes o correto nível de importância junto ao processo de desenvolvimento.”

As diretrizes para a política ambiental e cultural são estabelecidas no artigo 9º:

III - estabelecer uma Legislação específica que permita instituir o tombamento de bens naturais ou artificiais, componentes do patrimônio cultural e ambiental do Município, conforme sua relevância para os aspectos culturais, artísticos, históricos e paisagísticos da comunidade angrense e criar condições para a reprodução e manutenção dos traços culturais da

população expressos fisicamente no território do Município;

V - promover a efetiva proteção com o estabelecimento de critérios de utilização de porções do território que abriguem recursos naturais, recursos culturais e ou paisagísticos, necessários à garantia do meio ambiente equilibrado, à sadia qualidade de vida e ao desenvolvimento socioeconômico;

Somente em 2009 foram promulgadas as Leis de zoneamento e uso do solo. Um avanço da Lei de Zoneamento diz respeito à denominação dada à zona referente ao centro da Cidade, designada de Zona Especial do Centro Histórico de Angra dos Reis – ZECHAR. O artigo 15 explica como esta área é entendida pela Legislação:

Art. 15. A Zona Especial do Centro Histórico de Angra dos Reis (ZECHAR) abrange o núcleo urbano central do Município e que, por suas características históricas aliadas à concentração de comércio e serviços de maior especialização, deve ser objeto de ações urbanísticas que valorizem suas potencialidades turísticas, culturais, ambientais e econômicas.

Observa-se que a associação do patrimônio cultural ao turismo continua presente. Os índices urbanísticos para a Zona são definidos no artigo 38°:

As construções na Zona Especial do Centro Histórico (ZECHAR) são regidas pelos seguintes parâmetros urbanísticos, salvo onde houver influência do IPHAN, devendo neste caso, seguir o

estabelecido quanto à volumetria em instrução normativa específica, observado o disposto no Decreto Lei nº 25 de 1937.

A instrução normativa específica que o artigo faz referência diz respeito ao Estudo produzido pelo IPHAN, em 1981. Existe aí uma incoerência de proposições. As recomendações do IPHAN em nada correspondem ao que foi proposto na Lei, que permite um gabarito elevado em relação à realidade urbana da Cidade, proporcionando que projetos incompatíveis com a ambiência das áreas envoltórias dos bens culturais sejam executados.

Outra questão a ser levada em consideração, é a permissão para ocupação total dos lotes em todo centro da Cidade. Essa diretriz, além de induzir um adensamento indesejado, contribui para

descaracterização do modo de implantação de outras tipologias existentes nessa região, que se caracterizam por manter afastamentos em relação as suas divisas.

No caso do Convento São Bernardino de Sena, é desejável que as edificações da Rua Coronel Carvalho que se situam no sopé do Morro Santo Antônio, permaneça afastado nas divisas laterais. Assim, seria garantida a visibilidade sob certos ângulos de visada obtidos dessa rua.

Altura máxima da edificação	15 metros
Coeficiente de aproveitamento	4
Número de pavimentos	4
Taxa de Ocupação	100% do lote
Afastamento mínimo frontal	Não haverá afastamento mínimo frontal

Tabela 3 - Quadro com o resumo das taxas urbanas que incidem sobre o zoneamento onde se situa o Convento São Bernardino de Sena conforme a Lei de Zoneamento de 2009.

Seria necessário um micro-zoneamento do Centro de Angra dos Reis para definir as taxas urbanas, já que, como visto anteriormente ao se analisar a trajetória urbana da Cidade, o espaço urbano do Centro é formado por várias regiões distintas.

Outra questão importante em relação ao planejamento urbano de Angra dos Reis diz respeito da ausência de planos de ação efetivos para as Zona de Interesse Social e diretrizes específicas para o espaço urbano no entorno das edificações de interesse cultural da Cidade.

Como consequência da trajetória de legislações urbanas permissivas, temos o mapa (fig. 31) onde pode-se conferir o gabarito atual do recorte urbano analisado.

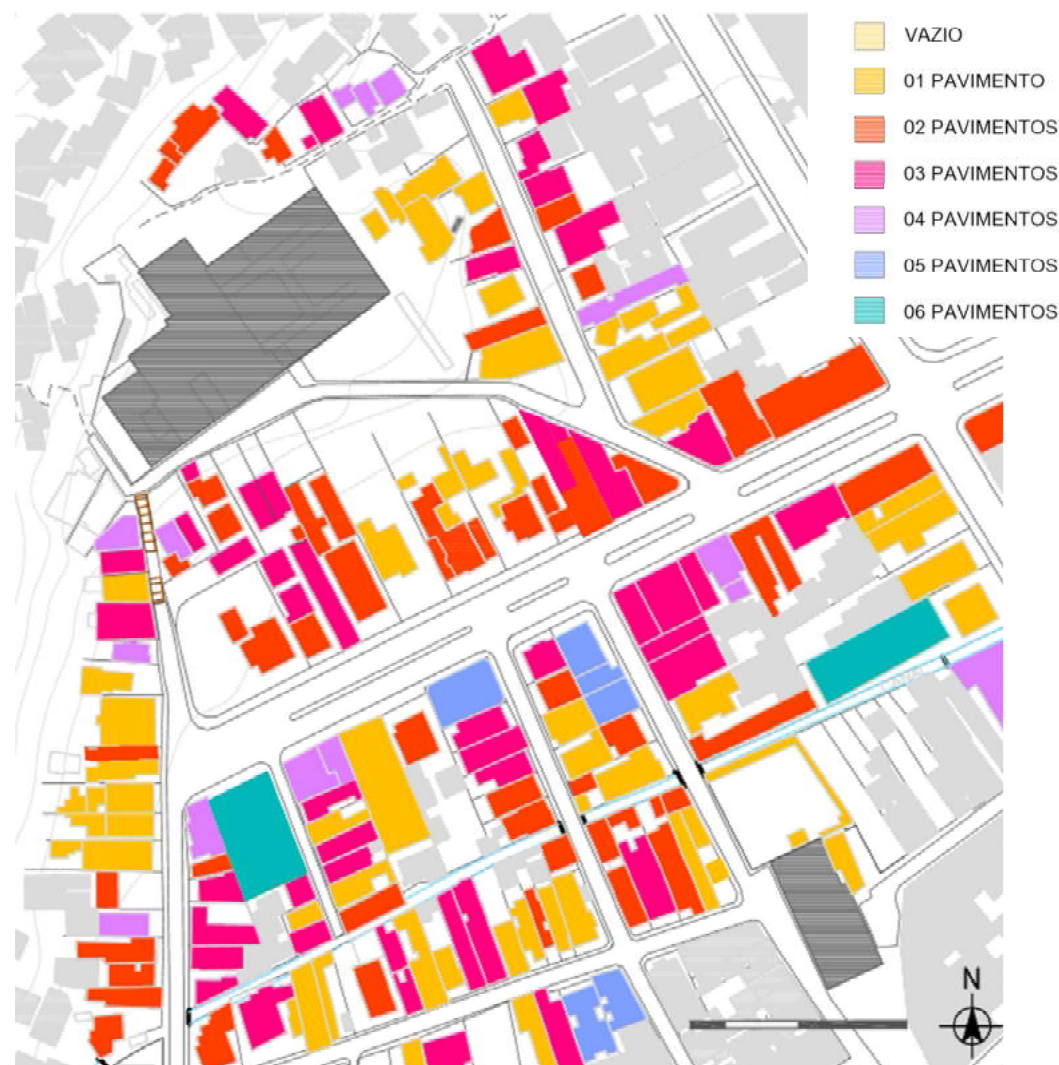


Figura 30 - Mapa gabarito atual do recorte urbano da área de entorno do Convento S. Bernardino de Sena

2.2.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL

Através do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi formalizado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e se regulamentou as ações da União sobre o patrimônio cultural do país.

Apesar do artigo 18 deste Decreto abordar a relação entre o bem tombado e sua vizinhança a partir da proibição de interferências que impeçam ou reduzam a visibilidade da coisa tombada, havia a necessidade prática de serem estabelecidos procedimentos internos específicos para orientar a atuação do instituto.

Dessa forma, em 1986, foram publicadas duas portarias, a de nº 10 e a de nº 11. A Portaria de nº 10 aborda os critérios para a aprovação de projetos nos bens tombados e em sua área de entorno. A Portaria de nº 11 regulamenta

processos de tombamento de bens estabelecendo como uma das exigências estudos minuciosos sobre o bem e seu entorno.

Nesse mesmo ano, deu-se início os processos específicos para os entornos, os Processos E, cujo objetivo era de delimitar as áreas de entorno e definir parâmetros para intervenções e ocupação do solo (MOTTA, 2010, p. 85) de bens já tombados e de tombamentos contemporâneos. O último “processo E” foi elaborado em 1997 e, a partir disso, a delimitação da área de entorno passou a ser incorporada nos processos de tombamento, conforme o artigo 4º da Portaria nº 11/86 (MOTTA, 2010, p.84)

Em 2004, o IPHAN elaborou o “Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano”, pela a Portaria nº 299, que por uma abordagem urbanística do patrimônio cultural, tem como

objetivo, além de outras questões, “propiciar o estabelecimento de diretrizes e regulamentos para a orientação, planejamento e fomento das ações de preservação de sítios históricos urbanos” num processo participativo, envolvendo todos os setores da região abordada.

Entretanto, em seu artigo 8º, deixa claro que para a elaboração do Plano é necessário que anteriormente tenha sido realizada a delimitação da Área Urbana de Interesse Patrimonial, que é classificada nesta Portaria como: cidade histórica, centro histórico e conjunto histórico.

O Convento São Bernardino de Sena faz parte de um conjunto histórico formado por monumentos tombados isoladamente no Centro de Angra dos Reis. Todavia, mesmo o enfoque dessa pesquisa ser a área urbana correspondente ao entorno imediato desse monumento específico, não o seu sítio urbano mais abrangente, acredita-se ser

pertinente analisar o zoneamento proposto neste documento, composto por três áreas básicas (Art. 8º, inciso 3º):

- área protegida que diz respeito a área tombada.
- área de entorno que se caracteriza como uma área contígua à área protegida, onde o modo de urbanização e a escala das construções possam interferir na ambiência, visibilidade e integração na paisagem;
- área de influência onde o uso do solo está diretamente articulado ao uso do solo da área protegida.

Como o processo de tombamento do Convento São Bernardino de Sena é anterior à Portaria nº 11/1986, seu texto não faz nenhuma alusão à área de entorno desse bem o que justifica a realização deste estudo.

2.3. ANÁLISE DA SIGNIFICAÇÃO E PERCEPÇÃO

2.3.1. O ENTORNO DO CONVENTO SÃO BERNARDINO DE SENA COMO UM LUGAR

Monumentos são símbolos que evocam lembranças, memórias, experiências e funcionam como referências que favorecem a identidade coletiva (RUIZ, 1997, p.649). Como visto, o entorno vai além de um mero espaço urbano que rodeia o bem. O entorno é o lugar que contribui para o significado do monumento ao estabelecer com este uma relação que favorece a sua fruição e sua experimentação.

Uma das relações existentes identificadas entre o Convento e seu entorno encontra-se na religiosidade. Mesmo não sendo mais ocupado

por frades, nem sendo usado mais como um espaço estritamente religioso, o Convento São Bernardino de Sena ainda mantém uma relação de cunho espiritual com a comunidade. Esta relação é refletida nos ritos e festejos que continuam a acontecer neste local, como a festa de São Bernardino de Sena, de Santo Antônio, de São Benedito, de São Francisco de Assis e a Procissão da Penitência, na quarta-feira de cinzas. A permanência desses festejos se deu pela atuação da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, que ainda utiliza sua capela vizinha às ruínas do Convento, e da Irmandade de São Benedito²³, ambas ainda muito atuantes na Cidade.

²³ Foi realizado o Inventário Nacional de Referências Culturais para o processo de reconhecimento dos bens imateriais pela Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro da Identificação da Venerável Irmandade de São Benedito de Angra dos Reis



Figura 31 – Velas acesas no Cruzeiro no Dia de Finados. 2017. Acervo da autora.

A devoção de São Benedito foi introduzida pelos frades franciscanos que fundaram o Convento de São Bernardino de Sena onde foi criada a Irmandade de São Benedito composta por escravos. Particularmente em Angra dos Reis, a festa é realizada na segunda-feira após o Domingo de Páscoa, para que, aproveitando a estadia dos senhores acompanhados dos seus escravos na Cidade para a comemoração da Páscoa, fosse sorteado a alforria de um escravo. Uma das etapas da procissão durante esse festejo é o trajeto em que a imagem de São Benedito sai do Convento São Bernardino de Sena e vai até a Igreja Matriz.

Outro exemplo da representatividade religiosa do lugar são os ritos do Dia de Finados. Tanto por conta de seu Cemitério, como por causa do Cruzeiro, nessa data pode-se observar um

grande fluxo de pessoas fazendo suas preces e acendendo suas velas.

O cruzeiro é utilizado constantemente, tanto por cristãos católicos, como praticantes de religiões de matriz africana. No velário construído em volta do cruzeiro, sempre se encontram oferendas, velas e imagens de santos, demonstrando que esse espaço é identificado por diversos indivíduos como um lugar sagrado.

O Convento São Bernardino de Sena também representa, atualmente, um limite entre dois setores da Cidade (LYNCH, 1999, p. 69), uma interrupção de continuidade da imagem urbana (DELRIO, 1990, p. 94), uma fronteira²⁴ (JACOBS, 2011, p. 178) física e social no território urbano. À frente do Convento têm-se a Cidade e o mar. A

²⁴ Jane Jacobs defende que grandes áreas urbanas com apenas um tipo de uso acabam se tornando uma barreira na Cidade e são propensas ao desenvolvimento de bairros decadentes.

partir dele, o Morro Santo Antônio, a favela. Para Jacobs (2011, p.178), essas barreiras auxiliam a deterioração do espaço urbano. São caracterizadas como espaços impermeáveis, em que as pessoas não podem circular através deles, ocupam uma grande proporção do espaço urbano, normalmente são subutilizados, proporcionam pouca atratividade de pessoas e acabam por significar um “ponto final” da vitalidade urbana, um obstáculo geográfico no espaço público. Uma divisão que impede as trocas positivas que o relacionamento entre regiões do território urbano podem oferecer à Cidade.

A área que se encontra nos fundos do monumento, onde se localiza o resquício do aqueduto, tem em si o potencial de reverter a condição de barreira do Convento São Bernardino de Sena e contribuir para sua

caracterização como ponte que pode intermediar essas duas regiões que o margeiam (“Cidade” e favela). De grande valor arqueológico, este espaço é importante para a compreensão da implantação do bem na paisagem, das tecnologias construtivas que o serviam, além de permitir a interligação entre o interior e exterior do Convento, proporcionando a apreensão deste monumento em sua totalidade. O mais importante é que, ao permitir ser vivenciado e acessado pelo espaço onde a vizinhança com o Morro Santo Antônio é mais latente e considerado como “espaço desprezado”, o Convento São Bernardino de Sena reforça a sua condição de lugar, estabelecendo vínculos de fraternidade e igualdade, tão comum aos franciscanos que o construíram.

Desta forma, observa - se que apesar de terem sido identificadas relações estabelecidas entre o entorno e o bem, como as que se originam de aspectos religiosos, e a possibilidade de interligação dos espaços que completam o significado do bem, também existem fatores no entorno do Convento São Bernardino de Sena que dificultam a sua fruição, como a baixa circulação de pessoas e a obsolescência do monumento.

2.3.2. INTEGRAÇÃO DO CONVENTO SÃO BERNARDINO DE SENA NA PAISAGEM URBANA DE ANGRA DOS REIS.

Na análise da trajetória urbana de Angra dos Reis, principalmente do espaço do entorno do Convento São Bernardino de Sena, foi possível

perceber que, progressivamente, a relação deste bem com a paisagem da Cidade foi modificada.

O Convento São Bernardino de Sena foi, durante muito tempo, um ponto de destaque na paisagem por causa da sua localização em um dos pontos mais altos da Cidade. Era possível visualiza-lo em diversos pontos, sempre compondo o fundo da Cidade.

Atualmente, devido à ocupação irregular do Morro Santo Antônio e o adensamento da Cidade, muitas dessas perspectivas foram perdidas, seja pela impossibilidade de visualização por causa do gabarito de novas edificações, seja pelo excesso de elementos em sua composição que impedem que o Convento seja percebido.

A partir da utilização do método de visão serial proposta por Cullen (1983, p. 19), foi realizada a análise da paisagem urbana dos principais

percursos que levam ao Convento São Bernardino de Sena, no recorte proposto para o estudo do entorno deste bem.

O objetivo desta análise foi identificar, através da composição das cenas escolhidas, como se dá a percepção do Convento São Bernardino de Sena, os empecilhos que interrompem sua visibilidade, a existência de perspectivas que ainda valorizam a presença do Convento na paisagem, as sensações que são despertadas durante os percurso que direcionam ao Monumento e estabelecer um quadro com os problemas e as potencialidades encontrados nessa análise.

Gordon Cullen, em sua obra “Paisagem Urbana” (1983), analisa como a percepção visual da relação entre os diversos elementos que compõem a Cidade é capaz de suscitar reações emocionais nos indivíduos para subsidiar

intervenções urbanas que “criem situações de fruição extremamente intensas” (1983, p. 10).

Para Cullen, um dos aspectos que influenciam na apreensão da paisagem é a relação entre a visão e o movimento, dada pela sucessão de imagens contrastantes, denominada por ele como visão serial. Essas imagens contrastantes tanto podem ser vistas (imagens existentes, reais) como imaginadas (que emergem de um estímulo e ativam nossas experiências e emoções).

Outro aspecto importante citado por Cullen foi a análise da reação emocional que o sentido de localização em um espaço desperta no indivíduo. Estar aqui, estar ali, estar além, dentro, fora, em cima, em baixo - identificar a posição no meio ambiente influencia na percepção dos elementos da paisagem.

Por último, Cullen fala sobre o Conteúdo da Cidade, aqueles atributos que conferem identidade à paisagem urbana, suas texturas, escala, cores e etc.

Para esta análise foram escolhidos três percursos:

- 1) A partir da Rua Raul Pompéia, seguindo pela Rua Coronel Carvalho, passando pelo Cruzeiro e subindo a ladeira até o Convento;
- 2) A partir do cruzamento entre as ruas Coronel Carvalho e São Bernardino de Sena, subindo ao Convento pela escadaria que está no fim da Rua Coronel Carvalho.
- 3) Do Cruzeiro, seguindo pela Rua São Bernardino, até os fundos do Convento São Bernardino de Sena.

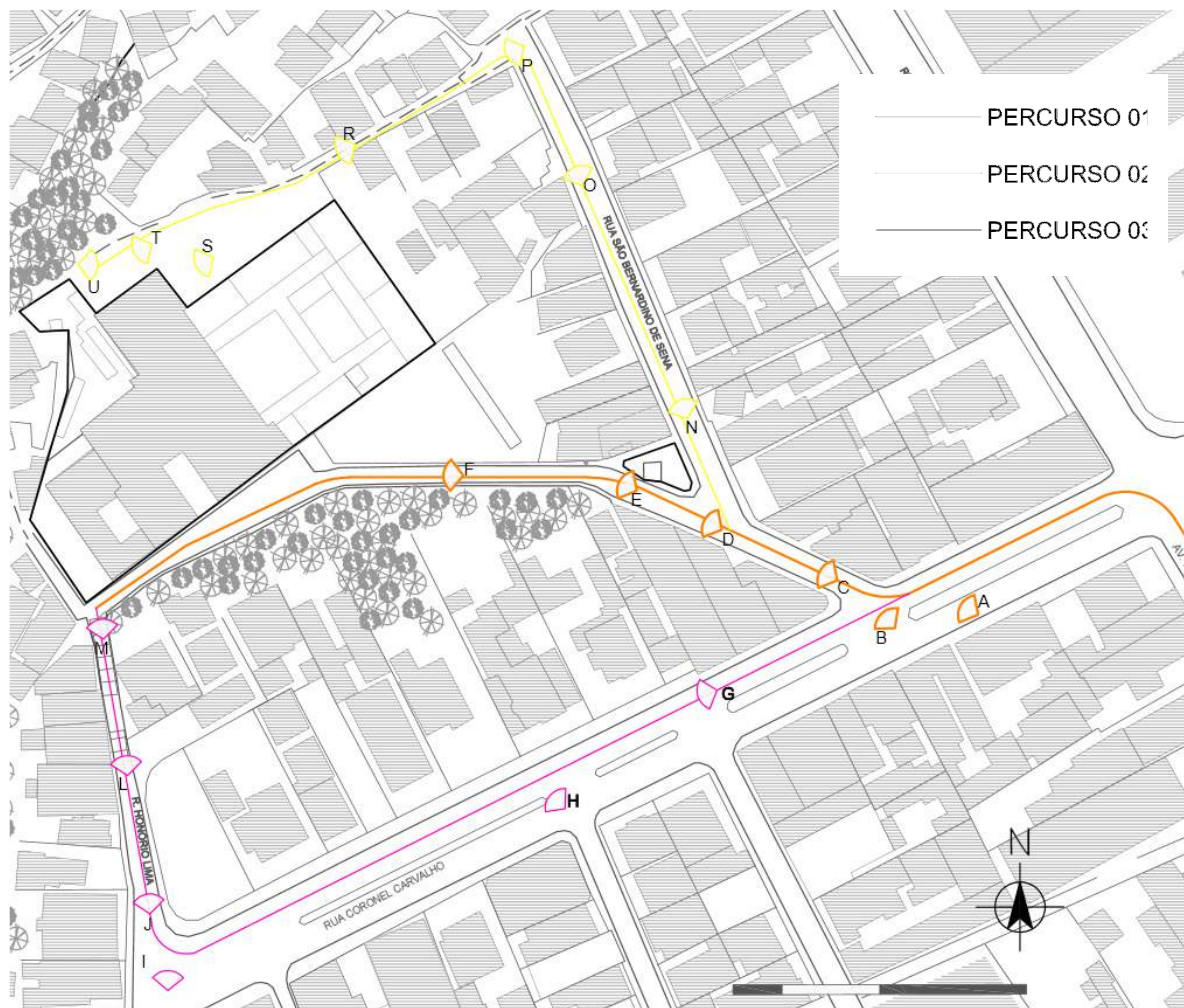


Figura 32 – Mapa com a marcação das visadas das fotos dos percursos realizados na análise visual.

Percurso 01

A escolha de se iniciar esse percurso pela Avenida Raul Pompéia se deu pelo fato de estar sido a via original que dava acesso ao Convento São Bernardino de Sena. Após o cruzamento com a Rua Coronel Carvalho, seguindo o sentido da Avenida Raul Pompéia, tem-se a Rua Moacyr de Paula Lobo, onde se localizava a primeira edificação franciscana.

Outra razão que justifica essa escolha, é que atualmente essa via é muito importante na dinâmica de mobilidade no Centro de Angra dos Reis. Por ela, o transporte público feito por ônibus circula pelo meio do Centro e se caracteriza como a via de ligação entre os dois acessos da Cidade à Rodovia. Excluindo a Avenida Júlio Maria, a Avenida Raul Pompéia e a Rua Coronel Carvalho são as vias mais largas do Centro de Angra dos Reis, que se caracteriza por

uma implantação urbana formada por ruas estreitas, típico do período colonial.

A segunda cena desse percurso é no encontro entre a Rua São Bernardino de Sena, via que dá acesso ao Cruzeiro, e a Rua Coronel Carvalho.

Até chegar nessa cena, poucos são os indícios de existir um monumento nas proximidades. Há apenas uma placa indicando o caminho no cruzamentos das ruas e a expectativa (CULLEN, 1983, p. 51) que é gerada ao se perceber a quebra de ritmo dos prédios mais a frente.

A partir dessa cena (fig. 34) é possível visualizar o cruzeiro e parte do Convento. Porém, a proximidade das edificações que ladeiam a rua gera um efeito de estreitamento que ressalta a sensação de delimitação do espaço urbano. Deixa-se uma região de fluxo intenso e de perfil

comercial para outro com fluxo mais calmo e de perfil residencial.

Por ser uma rua não ortogonal, as edificações que se encontram nesse trecho entre a Coronel Carvalho e a Rua São Bernardino de Sena, vistas em determinados ângulos, detem, de certa forma, a percepção do monumento, como se fossem barreiras que, conforme Cullen (1983, p. 32), não impede o tráfego de veículos ou pessoas, mas não atraem a fluidez da progressão do caminho em sua direção, por mais que possam deter nosso olhar (CULLEN, 1983, p. 49). A posição da árvore e do canteiro central da Rua Coronel Carvalho, até mesmo as linhas horizontais dos cabos elétricos, reforçam essa sensação (fig. 35).

Figura 33 – A, Rua Coronel Carvalho em direção à Rua São Bernardino de Sena, Google Street View, 2012.



Figura 34 – B, Rua Coronel Carvalho na altura da Rua São Bernardino de Sena à direita, Google Street View, 2012.



Ao se direcionar para Rua São Bernardino de Sena, surgem duas cenas interessantes que podem potencializar a atração visual para esta região (fig. 36). No primeiro plano têm-se o Cruzeiro, que ainda marca o espaço, servindo como um ponto focal, por mais que sua posição atual confinada a um canto do lado direito no largo, seja muito diferente da sensação que este elemento representava antes do largo ter sido seccionado para permitir o acesso de veículos à ladeira. O Cruzeiro representa uma transição de níveis e de significados, servindo como um prelúdio ao próprio Convento.

Ao fundo, em segundo plano, vê-se parte do Convento São Bernardino de Sena. A diferença de nível demarca o distanciamento e importância do monumento, porém a ladeira e o entrelaçamento da percepção das duas cenas

Figura 35 – C, Início da Rua São Bernardino de Sena, Google Street View, 2012.



Figura 36 – D, Largo do Cruzeiro, Google Street View, 2012.



(CULLEN, 1983 p. 41) unem e aproximam esses dois espaços.

Por sua vez, a incompletude do monumento na cena do segundo plano, auxiliado pela deflexão de sua implantação no eixo da perspectiva, pode provocar a curiosidade de se conhecer o que existe além do quadro que se vê.

Observam-se, porém empecilhos à apreensão do monumento. A edificação que se encontra entre o cruzeiro e o Convento cria uma interferência negativa na percepção do conjunto, (fig. 37 e 38), assim como é previsto que a árvore recém-plantada na frente do cruzeiro também impedirá a visualização do bem futuramente (fig. 37).

Ao prosseguir pela Ladeira de Pedras, têm-se a perspectiva que nos induz a galilé do Convento que quebra a continuidade do percurso, dominando a cena (fig. 39).

Figura 37 –E, Largo do Cruzeiro em direção Ladeira do Convento São Bernardino de Sena, Google Street View, 2016.



Figura 38 - F, Ladeira do Convento S. Bernardino de Sena, Google Street View, 2016



Percurso 02

Ao seguir o trajeto pela Rua Coronel Carvalho em seu cruzamento com a Rua São Bernardino de Sena a fim de chegar ao Convento pela escadaria do Morro Santo Antônio, observa-se que, onde permanece a implantação das edificações com afastamentos laterais, é mantida a relação visual entre essa via e o monumento. Em destaque, têm-se a única edificação térrea da rua, de onde o Convento pode ser visualizado em sua totalidade (fig. 41). Esse jogo de visualizar partes da imagem do Convento nas frestas entre uma edificação e outra e, de repente, poder compreender sua totalidade, enriquece a experiência sensorial deste percurso e, além disso, garante a possibilidade de entender a relação que o monumento estabelecia com a Cidade na paisagem urbana.

Figura 39 – G, Rua Coronel Carvalho, Google Street View, 2012.



Figura 40 – H, Rua Coronel Carvalho, perspectiva a partir da única edificação de um pavimento da Rua. Google Street View, 2012.



Na esquina entre a Rua Coronel Carvalho e a Rua Honório Lima onde, no seu final, tem-se a escadaria do Morro Santo Antônio, encontra-se um lote ocupado por um estacionamento privado. Na face que dá para a Rua Honório Lima, o muro eleva-se, provocando uma sensação de segregação desse trecho no espaço urbano. A sensação dessa segregação é aumentada ao se dar conta que esse também é um dos principais acessos ao Morro Santo Antônio. Tanto que, a única placa informativa nesse trecho, ao invés de indicar que a localização do Convento após a subida da escadaria, indica a direção do Colégio Naval.

É possível visualizar o Convento deste ponto, mas, devido aos diversos elementos que se sobrepõem ao monumento, não é permitido percebê-lo na paisagem (fig. 42).

Figura 42. I, Esquina entre a Rua Coronel Carvalho e a Rua Honório Lima, no trecho que leva à escadaria. Google Street View, 2012.



Figura 41 – J, Rua Honório Lima, no trecho que leva à escadaria. Google Street View, 2017.



Ao fundo da quadra da Rua Coronel Carvalho, a edificação de quatro pavimentos, junto com os postes e seu cabeamento, impedem que o frontão da Capela dos Irmãos Terceiros seja visualizado (figura 42, 43 e 44).

Ao entrar na Rua Honório Lima não se tem mais referências claras do Convento (fig. 42). A escadaria ao fundo dessa rua encontra-se num estreitamento gerado pela fileira de edificações que a ladeiam (fig. 43). Por se tratar de um beco sem saída e ter um perfil majoritariamente residencial, a movimentação de veículos é pequena, usando-a mais como estacionamento, proporcionando um espaço mais calmo do que a Rua Coronel Carvalho e um pouco mais privado (fig. 43).

Aos pés da escadaria, não é possível compreender a orientação em relação ao Convento (Fig. 44), somente após atravessá-la

Figura 43 – L, Rua Honório Lima, no início da escadaria. Google Street View, 2017.



Figura 44 –M, Final da Escadaria que dá acesso ao Convento. Google Street View, 2017.



têm-se indício da sua existência através do portão do Cemitério do Convento (Fig. 45).

Percurso 03

Esse percurso compreende do Largo do Cruzeiro até a Viela que se localiza no fim da Rua São Bernardino de Sena e de onde é possível acessar o Aqueduto do Convento e algumas casas do Morro Santo Antônio. Ao percorrer essa rua não é possível visualizar o Convento²⁵ (Fig. 46). No seu fim, têm-se a entrada, quase imperceptível, da viela (Fig. 47). Não é possível a circulação de veículos por causa de sua pequena dimensão. Esse estreitamento torna a viela escura, úmida e pouco atrativa (Fig. 48).

Figura 45. N, Rua São Bernardino de Sena, Google Street View, 2012.



Figura 46 – O, Rua São Bernardino de Sena, entrada da viela à esquerda, Google Street View, 2012.



²⁵ O seu único indício é um uma escadaria incrustada em uma rocha que deve ser levada em consideração em uma futura pesquisa arqueológica para verificar se existe alguma relação com o Convento ou não. Por estar em propriedade privada, não foi possível nenhum tipo de levantamento que esclarecesse essa dúvida.

Alguns metros à diante, abre-se a perspectiva e avistam-se os fundos do Convento São Bernardino de Sena (Fig. 49), seu aqueduto e as diversas casas que cobrem o Morro Santo Antônio em um nível mais alto do platô, onde se situa o Monumento. Essa diferença de nível faz com que essa viela não se comunique com outras que interligam o Morro, tendo seu fim em uma rocha.

O espaço livre atrás do Convento São Bernardino de Sena é formado por dois níveis diferentes, separados por um talude em pedra e se caracteriza como um recinto no interior dessa quadra de casas. Esse espaço tem o potencial de poder prolongar o interior do Convento São Bernardino de Sena ao exterior através dos vãos existentes no monumento que se mantem fechados pela sensação de insegurança gerada pelo abandono do lugar (fig. 50, 51 e 52).





Figura 49 – S, Espaço atrás da capela mor da nave principal do Convento, acervo da autora, 2011.



Figura 50 – T, Vista a partir do nível mais baixo para os vãos da escada que dá acesso ao pavimento superior do Convento, acervo da autora, 2011.



Figura 51 – U, Vista a partir do nível mais alto do espaço onde se vê os resquícios do aqueduto e as edificações do Morro Santo Antônio sobre a Viela, acervo da autora, 2011.

2.4. PROTEÇÃO FÍSICA

A localização do Convento São Bernardino de Sena, sobre um morro e cercado de encostas, requer atenção quanto à sua integridade física, já que a condição geomorfológica do Município é propícia a desabamentos.

O último grande acidente desse tipo aconteceu em 2009. Nessa ocasião, 22 pessoas faleceram no desabamento do Morro da Carioca que fica perto do Morro Santo Antônio (fig. 53).

De acordo com o Mapa de Zoneamento de Suscetibilidade de Angra dos Reis desenvolvido por Coelho Neto et al 2013 (APUD Gullo, 2015), o Convento São Bernardino de Sena esta situado em uma área de baixo risco de desabamento, porém, em sua proximidade, encontram-se áreas de risco moderado. A Prefeitura Municipal tem desenvolvido projetos e executado obras de

Figura 52 -
Deslizamento no Morro da Carioca, em Angra dos Reis, 2009. Em destaque, o Convento São Bernardino de Sena. Fonte: site uol notícias, acesso out. 2017



Figura 53 -
Embasamento do aqueduto tomado pelo Capim Colonião. Fonte: site IPHAN, sem data.



contenção das encostas em todo Município, mas a região do Morro Santo Antônio ainda não foi contemplada.

Em relação à movimentação de terra, é importante lembrar que o Convento foi construído sobre taludes, sendo necessária a verificação da estabilidade de seu solo, principalmente no espaço do aqueduto, onde se verifica a maior diferença de nível.

Nesse espaço, outro fator põe em risco a integridade do bem, a vegetação agressiva que prolifera sobre a alvenaria de pedra, provocando sua desagregação, como o “capim colônia”(FIG. 52).

A dificuldade de acesso e o desprezo por esse espaço esclarecem os motivos da falta de rotinas de manutenção que poderiam evitar esse mal.

2.5. PROBLEMAS E POTENCIALIDADES

As análises realizadas possibilitaram a compreensão da situação atual do entorno do Convento São Bernardino de Sena e dos processos que contribuíram para a transformação desse espaço urbano.

Através deste panorama, foi possível identificar os problemas que deverão ser solucionados e os potenciais a serem explorados nas propostas de intervenção e de delimitação do entorno.

O processo de obsolescência do Convento São Bernardino de Sena foi a principal causa de seu arruinamento e da ocupação irregular de seu entorno. No entanto, as legislações urbanas municipais, que deram um tratamento uniforme para todo o Centro de Angra dos Reis, não levando em consideração critérios particulares de percepção dos bens imóveis de interesse cultural

existentes nessa região, permitem taxas urbanas incompatíveis com o patrimônio urbano e arquitetônico da Cidade²⁶. Considerando o caso extremo permitido, nota-se que seria extremamente danoso para o bem se as edificações no seu entorno atingissem todo o seu potencial construtivo.

O Convento São Bernardino de Sena, que antes ocupava um lugar de destaque na paisagem e podia ser visualizado em diversos pontos de Angra dos Reis, passa atualmente “despercebido”, escondido pelos prédios que compõe o espaço urbano do Centro. Além disso, o Convento se localiza nas proximidades de encostas densamente ocupadas por edificações que se situam em zonas de moderada ameaça de desabamento. O avanço dessas edificações sobre

o território do Convento São Bernardino de Sena, documentado desde o pedido de tombamento desse monumento pelos frades franciscanos, põe em risco o potencial sítio arqueológico existente ao seu redor e a integridade do monumento.

As condições de acesso ao Convento também são um entrave para a sua fruição. Além do acesso por meio de automóvel, o entorno do Convento não oferece condições de acessibilidade para quem possui algum tipo de dificuldade de mobilidade.

A sensação de distanciamento provocada por seu posicionamento em um nível mais elevado em relação à Cidade é agravado pela dificuldade do trajeto imposto, tanto pela pavimentação em pedra da ladeira, quanto pelos degraus da escadaria que fica no fim da Rua Honório Lima.

O aumento da criminalidade nos Morros da Cidade também afeta a fruição do Convento. Por

²⁶ A Legislação municipal em vigor permite gabarito de até quatro pavimentos na zona onde o Convento se localiza e 100% de taxa de ocupação.

ser o acesso principal ao Morro de Santo Antônio, a notícia de tiroteios na região desencoraja a visitação ao Convento e segrega ainda mais a relação entre os moradores do “morro” e da “Cidade”.

Mesmo diante de todos os problemas apresentados, o Convento São Bernardino de Sena ainda exerce um papel simbólico, tanto como marco da fundação da Cidade, como por sua essência religiosa que pode ser observada na importância dada ao cruzeiro em ritos e oferendas, pelo significado que esse lugar representa na origem da Irmandade de São Benedito em Angra dos Reis e, até mesmo, pela continuidade das atividades da Ordem Terceira na sua capela, vizinha a do Convento, e pelos ofícios fúnebres que acontecem em seu Cemitério.

Aliado ao seu significado pode-se transformar a condição de barreira que o Convento exerce, em

um espaço de interseção entre as duas regiões que ele divide através da utilização deste lugar para atividades que atraiam pessoas de forma constante e que possibilite a livre circulação por seus espaços internos e externos, interligando o Convento ao seu entorno.

Além das ruínas do claustro, o Convento possui uma área coberta sobre nave principal e um interessante espaço livre externo, desprezado, onde se localiza o aqueduto que pode ser explorado como um lugar que convide os moradores do Morro Santo Antônio a usufruírem do monumento.

Finalmente, o Convento possui um potencial arqueológico a ser pesquisado e preservado que pode contribuir ainda mais para a compreensão do lugar e para despertar interesse sobre o seu significado na Cidade.



Figura 55 - Interferência de percepção do imóvel vizinho ao Cruzeiro, foto da autora, 2015



Figura 56. Expansão de edificações "cinturão verde" na frente do Convento S. Bernardino de Sena interferem na percepção das ambiências do patrimônio. Foto da autora. 2017.



Figura 54 - Foto aérea feita por drone. Observar a expansão das edificações sobre os limites do Convento. Autor: VBC imagens aéreas, 2016.



Figura 57 - Foto aérea feita por drone. Observar o adensamento desse recorte urbano. Autor: VBC imagens aéreas, 2016.

3. PROPOSTA

Diante dos problemas e potencialidades identificados no diagnóstico pretende-se atuar no entorno do Convento São Bernardino de Sena através de três tipos de ação:

- 1) Propor a delimitação da área de entorno e definir um zoneamento de diretrizes que regulem o uso e ocupação desse espaço urbano;
- 2) Indicar estratégias que viabilizem a gestão desse espaço;
- 3) Propor intervenções urbanas nos espaços livres que dão acesso ao Convento São Bernardino de Sena.

3.3. DELIMITAÇÃO DO ENTORNO

A partir das análises realizadas foi possível compreender a trajetória e a condição atual do espaço urbano próximo ao Convento São Bernardino de Sena, a relação desse monumento com seu meio natural e construído e a sua caracterização como um lugar através dos vínculos afetivos que ainda existem.

Identificou-se uma potencial relação de auxílio mútuo entre o entorno e o bem. Enquanto o espaço urbano onde o monumento está situado pode promover a sua fruição e reforçar seu significado, por sua vez, o monumento ao ser experimentado de uma forma constante, pode tornar-se um espaço útil para a região, proporcionando vitalidade para uma área caracterizada pela segregação física e social.

Dessa forma, foi possível identificar o espaço urbano que compreende o entorno do Convento São Bernardino de Sena e outras áreas caracterizadas como zonas de amortecimento que se relacionam ao bem e são importantes para a sua percepção e significado.

Propõe-se, então, as seguintes a delimitação e diretrizes da área de entorno do Convento São Bernardino de Sena:

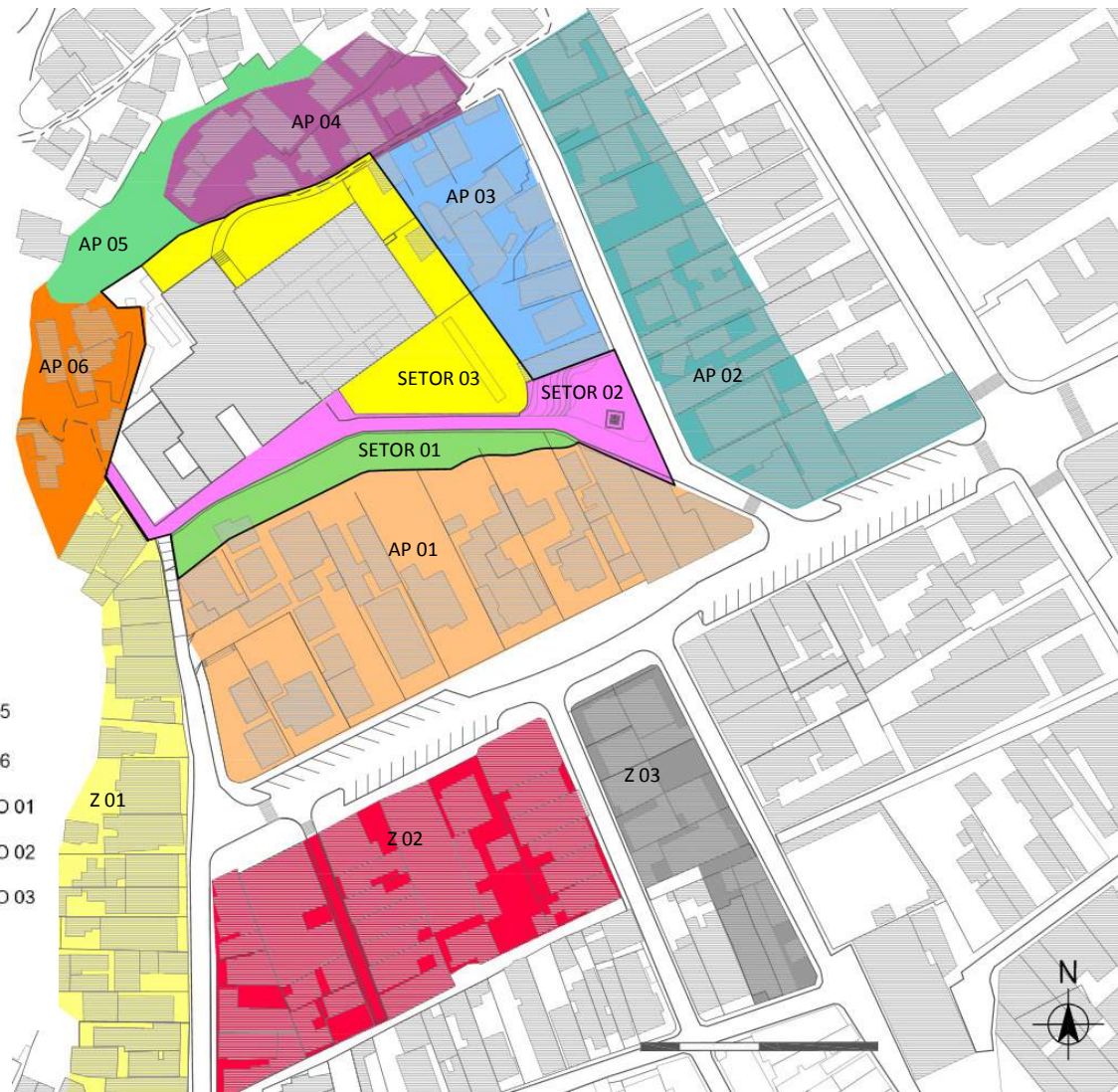


Figura 58 - Mapa de delimitação de entorno e setores

3.3.1. ÁREA DE ENTORNO

Área urbana imediata ao monumento, considerada non aedificandi, devendo receber tratamento paisagístico adequado e pesquisas a fim de definir seu potencial arqueológico.

Todas as intervenções nessa área devem ter como objetivo garantir a visibilidade, a integridade e percepção da ambiência do Convento São Bernardino de Sena.

Não será permitida a colocação de outdoor nesta área e todos os engenhos publicitários e sinalização informativa deverão seguir a proposta encontrada nos subcapítulos 3.2.3. e 3.2.4. respectivamente.

Toda obra realizada nesta área deverá ser autorizada pelo IPHAN conforme a Portaria 420/2010.

Esta área compreende: à esquerda do bem o limite da viela de acesso ao Morro Santo Antônio que corresponde 1,5m; à frente do bem, em seu adro, 10 metros a partir do muro; à direita afastamento de 10 metros em relação ao bem até o limite da viela que dá acesso as edificações ao fundo do monumento; na parte posterior do bem, seguindo o limite da viela mantendo afastamento de dez metros do bem até o muro do Cemitério da Ordem Terceira da Penitência.

Fazem parte dessa área os seguintes setores:

- Setor 01 – preservação de cinturão verde à frente do Convento São Bernardino de Sena para que seja garantida sua visibilidade e compreensão de sua implantação da paisagem urbana de Angra dos Reis.

A recomposição vegetal deverá ser feita com espécies compatíveis com a caracterização ambiental da região.

- Setor 02 – zona caracterizada por potencial sítio arqueológico que deverá ser alvo de pesquisas.
- Setor 03 – Zona que interliga o Convento São Bernardino de Sena e o Largo do Cruzeiro, devendo ser preservado a pavimentação original da ladeira. Não será permitido qualquer elemento, seja de infraestrutura, de paisagismo, sinalização ou de outra natureza que interfira na visibilidade e ambiência do Convento a partir de qualquer ponto do Largo do Cruzeiro.

3.3.2. ÁREA DE PROTEÇÃO

A Área de Proteção compreende as quadras vizinhas a Área de Entorno.

Área de Proteção 01

Compreende a quadra delimitada pela esquina da Rua São Bernardino de Sena com a Rua Coronel Carvalho até a esquina da Rua Coronel Carvalho com a Rua Honório Lima até atingir, no fundo da quadra, a área do setor 01.

Os parâmetros para intervenções nessa área são:

- Gabarito de até dois pavimentos a partir da cota mais alta da testada do lote, com altura máxima de oito metros.
- Afastamento lateral mínimo de, pelo menos uma das divisas, de um metro e meio, a fim de garantir a permeabilidade visual do Convento São Bernardino de Sena à partir da Rua Coronel Carvalho.

Área de Proteção 02

Lotes lindeiros aos trechos de ruas que abrangem: da esquina da Rua Moacyr de Paula Lobo com a Rua Coronel Carvalho até a esquina da Rua Coronel Carvalho com a São Bernardino até seu alinhamento com vértice do cruzeiro.

Os parâmetros para intervenções nessa área são:

- Gabarito de até dois pavimentos a partir da cota mais alta da testada do lote, com altura máxima de oito metros;

Área de Proteção 03

Compreende os lotes lindeiros do trecho da Rua São Bernardino de Sena que se encontram no mesmo lado que o Cruzeiro.

Os parâmetros para intervenções nessa área são:

- Gabarito de até dois pavimentos a partir da cota mais alta da testada do lote, com altura máxima de oito metros;

- Afastamento mínimo de fundos de lote de dois metros e meio, a fim de evitar edificações junto à divisa da área de entorno do Convento.
- Não serão permitidos outdoors e todo o engenho publicitário e sinalização informativa deverão seguir a proposta dos subcapítulos 3.2.3. e 3.2.4. respectivamente.

Área de Proteção 04

Compreende os lotes lindeiros à viela no final da Rua São Bernardino de Sena que são vizinhas ao Convento em seu lado posterior.

Os parâmetros para intervenções nessa área são:

- Gabarito de até dois pavimentos a partir da cota mais alta da testada do lote, com altura máxima de oito metros;

- Afastamento mínimo frontal de um metros e meio, a fim de minimizar a sensação de enclausuramento que a dimensão estreita da viela proporciona.
- Não serão permitidos outdoors e todo o engenho publicitário e sinalização informativa deverão seguir a proposta dos subcapítulos 3.2.3. e 3.2.4. respectivamente.

Área de Proteção 05

Compreende a área verde ainda existente atrás do Convento São Bernardino de Sena que será considerada não edificável.

Área de Proteção 06

Compreende as edificações do Morro Santo Antônio localizadas ao lado do Cemitério da Ordem Terceira da Penitência.

- Fica proibida a colocação de elementos estranhos que possam interferir na percepção do Convento São Bernardino de Sena como placas, cartazes, faixas ou qualquer outro tipo de elemento.
- Gabarito de um pavimento a partir da cota mais alta da testada do lote, com altura máxima de quatro metros;
- Afastamento mínimo de 5 metros a contar do limite do muro do Cemitério;

3.3.3. ZONA DE AMORTECIMENTO

A Zona de Amortecimento compreende quadras que, por mais que não sejam contíguas ao Convento São Bernardino de Sena, possibilitam a compreensão de sua importância na paisagem da cidade, como a perspectiva que relaciona a Igreja Matriz.

Zona de Amortecimento 01

Compreende os lotes lindeiros do lado esquerdo do trecho da Rua Honório Lima a partir do Rio do Choro até o final da escadaria que dá acesso ao adro do Convento.

Os parâmetros para intervenções nessa área são:

- Gabarito de até três pavimentos a partir da cota mais alta da testada do lote, com altura máxima de onze metros;
- Não serão permitidos outdoors e todo o engenho publicitário e sinalização informativa deverão seguir a proposta dos subcapítulos 3.2.3. e 3.2.4. respectivamente.

Zona de amortecimento 02

Compreende, a partir do Rio do Choro, a quadra que se localiza entre a esquina da Rua Coronel

Carvalho com a Rua Quaresma Júnior, esquina da Rua Coronel Carvalho com a Rua Honório Lima até o encontro com o Rio do Choro.

Os parâmetros para intervenções nessa área são:

- Gabarito de até três pavimentos a partir da cota mais alta da testada do lote, com altura máxima de onze metros;
- Não serão permitidos outdoors e todo o engenho publicitário e sinalização informativa deverão seguir a proposta dos subcapítulos 3.2.3. e 3.2.4. respectivamente.

Zona de amortecimento 03

Compreende, a quadra à esquerda da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição trecho da Rua Pereira Peixoto a partir de sua esquina com a Rua Cônego Bitencourt até a Rua Coronel

Carvalho no trecho da Rua Pereira Peixoto a partir de sua esquina com a Rua Cônego Bitencourt até a Rua Coronel Carvalho.

Os parâmetros para intervenções nessa área são:

- Gabarito de até dois pavimentos a partir da cota mais alta da testada do lote, com altura máxima de oito metros, com o objetivo de desobstruir a perspectiva que interliga a Igreja Matriz e o Convento;
- Não serão permitidos outdoors e todo o engenho publicitário e sinalização informativa deverão seguir a proposta dos subcapítulos 3.2.3. e 3.2.4. respectivamente.

3.4. GESTÃO DO ENTORNO

3.4.1. DISPOSITIVOS DO ESTATUTO DA CIDADE

Além da delimitação da poligonal de entorno e da elaboração de diretrizes de ocupação do solo, é importante identificar outras ações que poderão auxiliar na gestão deste espaço urbano com o propósito de contribuir para a fruição ao Convento São Bernardino de Sena.

Diante do diagnóstico realizado nesse recorte urbano, detectou-se a necessidade de se estabelecerem algumas diretrizes de uso e ocupação, além da poligonal de entorno que são:

- a) Garantir que a edificação que se situa na quadra à frente do Convento na Rua Coronel Carvalho permaneça apenas com

Figura 59 –
Convento S.
Bernardino de Sena
visto a noite por
entre as edificações
da Rua Coronel
Carvalho. Foto da
autora. 2017



Figura 60 -
Estacionamento na
esquina entre a Rua
Honório Lima e a Rua
Coronel Carvalho. Foto da
autora. 2017.



um pavimento, já que essa situação proporciona a única perspectiva em que se pode contemplar o Convento por completo (Fig. 60);

- b) Ampliar visualmente o trecho da Rua Honório Lima anterior à escadaria, alargando a calçada de pedestres, integrando paisagisticamente esse espaço público ao Imóvel que se situa nesta esquina e é utilizado como estacionamento particular (Fig. 61);
- c) Desobstruir a visibilidade do Convento São Bernardino de Sena a partir do Largo Cruzeiro, cuja percepção é prejudicada pela interferência da edificação vizinha ao Cruzeiro e é usada como uma garagem (Fig. 62);
- d) Demolição das edificações provenientes de ocupação irregular que estão

Figura 62 - Largo do Cruzeiro e garagem vizinha que interfere na percepção do Convento. Foto da autora. 2015



Figura 61 - Edificações de ocupação irregular no entorno do Convento S. Bernardino de Sena. Recorte da foto de autoria de VBC imagens aéreas. 2016.



localizadas dentro da poligonal de entorno anteriormente estipulada (Fig. 63).

Uma alternativa identificada para se alcançar à solução para as situações expostas seria a aplicação do Estatuto da Cidade através de uma política pública Municipal.

A Constituição de 1988 reservou um capítulo específico para tratar da política urbana. Em seus artigos 182 e 183 encontram-se a defesa da função social da Cidade e a democratização da gestão urbana. A regulamentação destes artigos aconteceu com a promulgação da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade, dispondo de instrumentos urbanísticos para a garantia do direito social da propriedade e o Plano Diretor Municipal como o “instrumento básico de política de desenvolvimento e expansão urbana”,

estabelecendo que Municípios com mais de 20.000 habitantes sejam obrigados a elaborá-lo.

A partir dessa nova ferramenta, abriram-se novas alternativas para a gestão das Cidades e do patrimônio cultural. Como exemplo, Castriota (2009, p.88) sugere que o Plano Diretor pode ser usado para definir áreas especiais de interesse cultural onde seriam definidos parâmetros para o desenvolvimento urbano de regiões que concentrem o maior número de edificações com significação cultural:

Se o instrumento do tombamento foi importante num primeiro momento, quando lidávamos com uma concepção mais restrita do patrimônio, hoje em dia necessitamos de mecanismos mais flexíveis e adequados para a necessária gestão das áreas a serem conservadas. Neste sentido, surge o mecanismo das áreas especiais ou zonas especiais de interesse cultural, a serem propostas para aquelas áreas

urbanas carregadas de significado para a população, não só pela existência de numerosos edifícios de valor patrimonial, mas pelas próprias características de seu agenciamento urbano e do seu significado para as Cidades (Castriota, 2009, p. 90).

No Plano Diretor podem ser regulamentados os instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade. Esses instrumentos podem ser empregados de forma que estimulem à preservação do patrimônio cultural.

No artigo 6º do Plano Diretor de Angra dos Reis em vigor são previstas as diretrizes para a política urbana que outorgam a criação de Leis específicas para a utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade.

Visto que, para aplicação desses instrumentos no recorte urbano analisado, seria necessário um estudo específico contido em um planejamento urbano abrangente do Município, que não cabe

nos objetivos dessa pesquisa, pretende-se apenas indicar possíveis opções a serem utilizadas para a concretização desta proposta de intervenção no entorno do Convento São Bernardino de Sena.

No caso “A”, onde seria importante para a percepção do Convento São Bernardino de Sena que a edificação permanecesse com um pavimento, poderia ser utilizada a transferência do direito de construir do seu potencial construtivo.

Em seu artigo 35 o Estatuto da Cidade define esse instrumento como uma permissão ao proprietário do imóvel de:

Exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em Legislação urbanística dele recorrente para fins de:

I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

III – servir a programa de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.”

Assim, o proprietário seria compensado por não poder usufruir das taxas urbanas permitidas na região em função da preservação do patrimônio cultural que poderia acarretar na desvalorização do seu imóvel .

Para tanto, conforme recomenda Lima Carlos (2008, p. 151), é necessário a realização de estudos de impacto urbanístico nas áreas indicadas para o exercício do direito de construir para que estas não sofram um adensamento excessivo .

O imóvel do caso “B”(estacionamento particular) interfere significativamente na visualização do Convento, em função da sua volumetria, além de possuir um uso indesejável para o entorno do bem cultural protegido. Propõe-se a sua desapropriação, posterior demolição e integração paisagística.

O caso do imóvel “C” que é utilizado como uma garagem difere da situação do imóvel “B” porque este interfere diretamente na percepção do Convento São Bernardino de Sena e, conforme o art. 18º do Decreto Lei 25/37, não é permitido que seja construída edificação que “impeça ou reduza” a visibilidade do bem tombado. Assim, neste caso, propõe-se a desapropriação do imóvel.

As edificações que se encontram no caso “D” fazem parte da Zona Especial de Interesse Social conforme a Lei de Zoneamento nº 2092/2009.

Observa-se que dentro da área de entorno rígido estão apenas extensões de edificações que estão em sua maior parte fora dessa delimitação. Propõe-se que, ao invés de drásticas demolições, sejam elaborados projetos de arquitetura para adaptação de cada caso e incentivo de mutirões para a execução das obras, fazendo uso da Lei Municipal já elaborada, mas não regulamentada, para assistência técnica gratuita. É importante que, paralelo a essas ações, seja implantado um programa de regularização fundiária que, além de formalizar os limites de cada propriedade, proporcionará benefícios, como acesso a financiamentos para reformas.

3.4.2. MOBILIDADE

O Plano “Projeto Novo Centro antigo” que está sendo elaborado pela Prefeitura de Angra dos Reis propõe alteração de fluxo motorizado no

Centro da Cidade. Seu objetivo é de criar uma circulação perimetral ao centro, os deslocamentos a pé sejam priorizados no seu interior, caracterizado pelo traçado urbano “histórico”. Além disso, propõe reduzir a pista carroçável do trecho da Rua Coronel Carvalho que se encontra no recorte urbano analisado.

Pretende-se integrar à proposta desta pesquisa o projeto desenvolvido no Plano da Prefeitura Municipal para a Rua Coronel Carvalho que, com a área da pista retirada, possibilitou a ampliação da calçada de pedestre e criação de vagas de estacionamento nesta rua. Diverge-se da solução apresentada para os acessos ao Convento São Bernardino de Sena, por acreditar que o novo acesso criado por rampas e passarelas ao redor do bem, além de descaracterizar a volumetria do monumento, não incentivam que os espaços externos e internos do Convento sejam

interligados pelos vãos originais que podem cumprir essa função de forma que favoreça mais a percepção e fruição deste bem.

Assim, propõe-se que o Convento tenha três tipos de acesso diferentes: pela ladeira de pedra e pela escadaria da Rua Honório Lima, acessos existentes e consolidados, e pela viela no fim da Rua São Bernardino de Sena. Esse último acesso visa incentivar a utilização do espaço externo do Convento onde se localiza o aqueduto, favorecer a relação entre o Convento e o Morro Santo Antônio tornando este monumento permeável a circulação, proporcionar um espaço livre de recreação para os moradores próximos a essa viela e consolidar um uso para que esta área não sofra com novas ocupações irregulares.

Quanto à acessibilidade para pessoas que possuam dificuldade de mobilidade, propõem-se

a adoção de plataforma inclinada a ser instalada no guarda corpo da escadaria.



Figura 63 - Mapa com as vagas de estacionamento

As vagas para estacionamento de veículos serão organizadas da seguinte forma:

- a) Rua Coronel Carvalho, conforme a proposta do Plano da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis;
- b) Rua Coronel Carvalho, conforme a proposta do Plano da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis;
- c) Na Rua São Bernardino de Sena – será permitido o estacionamento apenas na faixa à direita da rua;
- d) Ladeira de pedras e a continuação de sua via até a Rua Coronel Carvalho – será permitido parar nesta faixa, mas não será permitido estacionar.
- e) Rua Honório Lima no trecho da escadaria – será permitido parar nesta faixa, mas não será permitido estacionar.

3.4.3. ENGENHOS PUBLICITÁRIOS

Propõe-se que não sejam utilizados na área de entorno do Convento São Bernardino de Sena outdoors ou outros engenhos fixados perpendicularmente às fachadas das edificações ou nas calçadas.

Ao invés disso, indica-se o uso de placas paralelas à fachada, no pavimento térreo que poderão estar projetadas sob a calçada por, no máximo, trinta centímetros. Quando forem usadas placas sobre marquises, estas poderão avançar sobre a calçada por, no máximo, dez centímetros.

Poderão ser usados toldos, com tanto que sejam fixados na fachada sem nenhum tipo de apoio na calçada.

3.4.4. SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA E DIRECIONAL

Lynch (1999, p. 12) comenta que o desenvolvimento da imaginabilidade da forma urbana pode ser reforçado através de artifícios simbólicos capazes de indicar a relação entre as coisas, como mapas. Por isso, propõe-se um estudo para implantação de sinalização interpretativa no recorte urbano do entorno do Convento por acreditar que as informações oferecidas com esses elementos, se bem posicionadas e engendradas, podem auxiliar na identificação e valorização do patrimônio cultural.

Além de informações sobre a localização dos bens culturais de interesse, neste caso o Convento São Bernardino de Sena, estes elementos podem servir também para fornecer

outros dados sobre o bem e uma maior interação entre o indivíduo e o monumento.

Entende-se que é necessária a elaboração de um plano de Sinalização Interpretativa que compreenda todo o Centro de Angra dos Reis. Contudo, acredita-se que essa proposta poderá ser integrada a um plano mais abrangente no futuro.

A sinalização interpretativa tem como uma de suas vantagens a de contribuir para ações de educação patrimonial, muito importantes para a reafirmação dos vínculos entre o bem e a comunidade a quem pertence.

Uma forma muito interessante de alcançar esse propósito é aliar a sinalização a recursos digitais, como uso de QR codes e realidade virtual e a percursos culturais pela Cidade.

Além disso, esse tipo de sinalização pode servir como instrumento para tornar acessível a experimentação das ambiências do monumento aos portadores de deficiências auditivas ou sonoras, incluindo em seus dispositivos áudios e escrita em braile.

Um exemplo da utilização desses recursos é o Museu da Liturgia, na Cidade de Tiradentes, Minas Gerais. Através de assentos dotados de discretas caixas de som, é possível escutar áudios com informações e cantorias que proporcionam a compreensão do significado do lugar.

Assim, partindo-se do projeto urbano elaborado pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis para esse trecho da Cidade e da recomendação do Manual de Sinalização Turística e Funcional do IPHAN, serão elaborados dois tipos de sinalização: um para o monumento e outro para região.

O primeiro tipo de placa será posicionado próximo ao monumento, no Largo do Cruzeiro e no Adro do Convento São Bernardino de Sena.

A placa interpretativa direcional da região será implantada na Rua Coronel Carvalho, próximo à entrada da Rua São Bernardino de Sena e da escadaria.

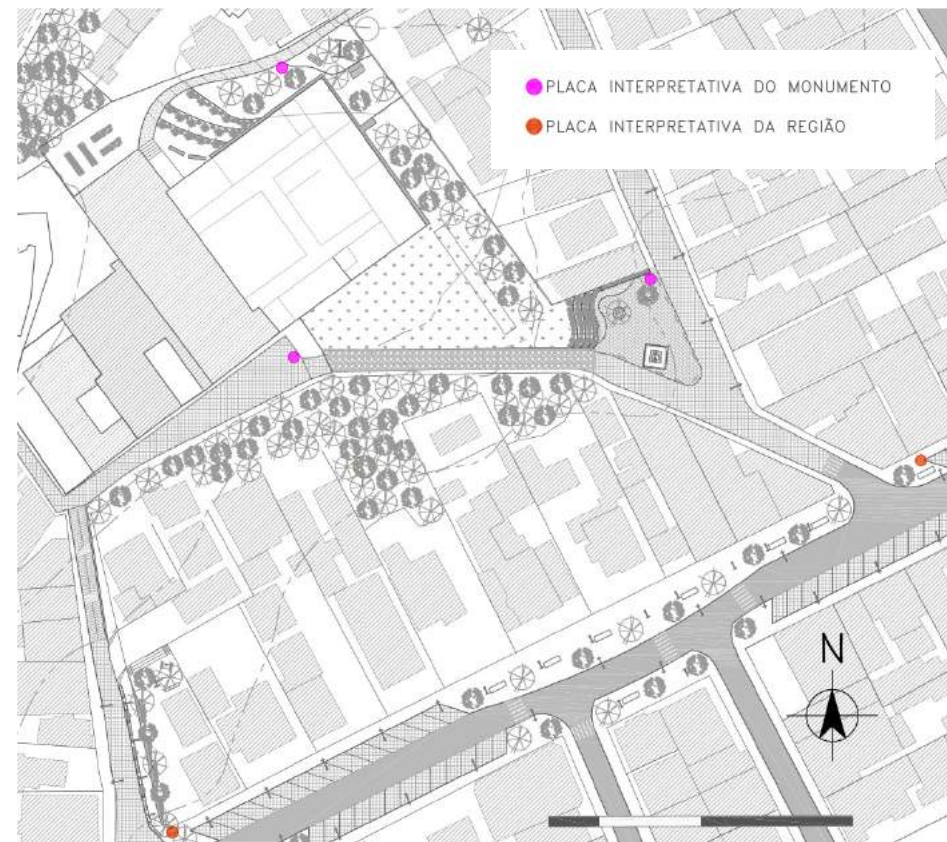


Figura 64 -
Mapa com a
localização das
placas
interpretativas

Propõe-se que as placas sejam confeccionadas em chapas de alumínio 3mm e impressão eletroestática.

Nelas estarão contidas as seguintes informações:

A) Placa interpretativa do monumento:

- Informações em português, espanhol, inglês e braile sobre a história do Convento São Bernardino de Sena e os principais elementos a serem visitados;
- Foto antiga de perspectiva semelhante a do lugar onde se encontra a placa;
- Sugere-se que seja elaborado QR code que encaminhará o indivíduo para um endereço virtual onde será possível ter informações mais profundas sobre o monumento e

sobre a região e, ainda realizar um passeio virtual.

- Caixa de som que darão as informações por áudios.



Figura 65 - Modelo Placa interpretativa para o monumento

B) Placa interpretativa da região:

- Mapa do Centro da Cidade com a localização da placa e dos bens culturais da região, dando ênfase nos que estão mais próximo e indicado roteiros a serem feitos;
- Informações em português, espanhol, inglês e braile;
- Caixa de som onde serão dadas informações por meio de áudios.
- QR code que encaminhará para o endereço eletrônico já mencionado.

Segundo Tuan (1980, p.114), “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar.” Dessa forma, acredita-se que a pertinência desse estudo de sinalização está na possibilidade de contribuir, junto com as demais propostas, para aproximar o Convento aos indivíduos que convivem na Cidade, através da

promoção do conhecimento sobre a sua trajetória, despertando a afetividade e apropriação por este lugar.

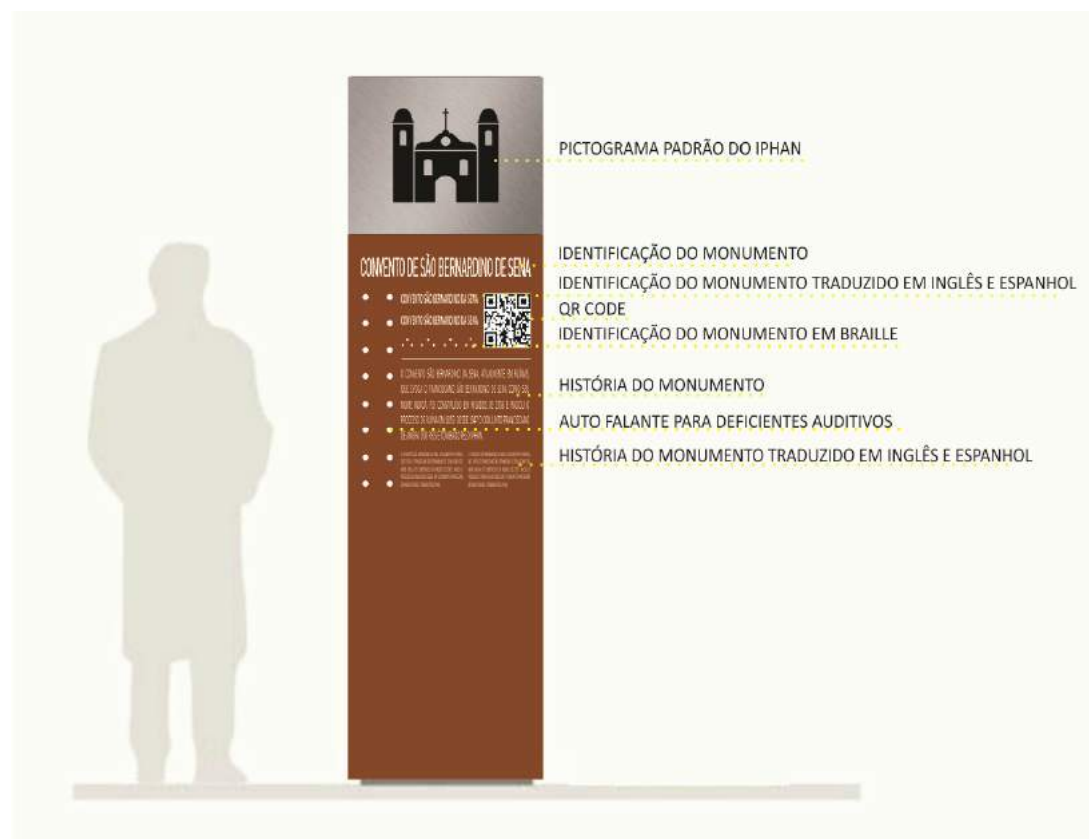


Figura 66 - Modelo da placa interpretativa da região

3.5. INTERVENÇÕES

Foram identificados três espaços livres que influenciam a fruição no entorno do Convento São Bernardino de Sena:

- A) O Largo do Cruzeiro;
- B) Na escadaria e no lote de esquina, próximo à escadaria, entre Rua Honório Lima e Rua Coronel Carvalho;
- C) O aqueduto na parte de trás do Convento.

Esses espaços são utilizados como acessos ao Convento São Bernardino de Sena e tem o potencial de contribuir na integração desse bem à dinâmica da Cidade à medida que sejam mais atrativos, úteis e visíveis por quem frequenta ou vive no Centro de Angra dos Reis.



Figura 67 - Mapa com a localização das intervenções.

3.3.1. LARGO DO CRUZEIRO

O Largo do Cruzeiro é o espaço que mais se associa com o Convento através do seu significado. Essa relação é expressa na paisagem através da unidade visual observada entre o Cruzeiro e o Convento, sendo importante a preservação desta perspectiva.

Entretanto, observa-se nesse espaço elementos que interferem na percepção destes bens, como a árvore plantada na frente do cruzeiro e a edificação vizinha ao largo que funciona como garagem de veículos que, além de ser uma propriedade que não cumpre uma função social, sua volumetria afeta a percepção do Convento.

Outro ponto negativo neste espaço foi a alteração que este largo sofreu ao longo do tempo para que fosse adaptada uma via de acesso à automóveis até o Convento.

O desnível da calçada em relação à rua segmenta o espaço, reduz o Largo e impede a percepção de centralidade do cruzeiro. A recente troca da pavimentação, de paralelepípedo por asfalto, acentuou essa segregação.

Assim, propõe-se as seguintes intervenções:

- Desapropriação do imóvel à direita do Largo do Cruzeiro e incorporação de sua área ao largo a fim de garantir a visibilidade do monumento, criando um espaço livre que promova a atração e envolvimento de pessoas com esse bem.
- Estabilização do talude através de canteiros que servem como muro de arrimo e proporcionam continuidade visual à vegetação existente

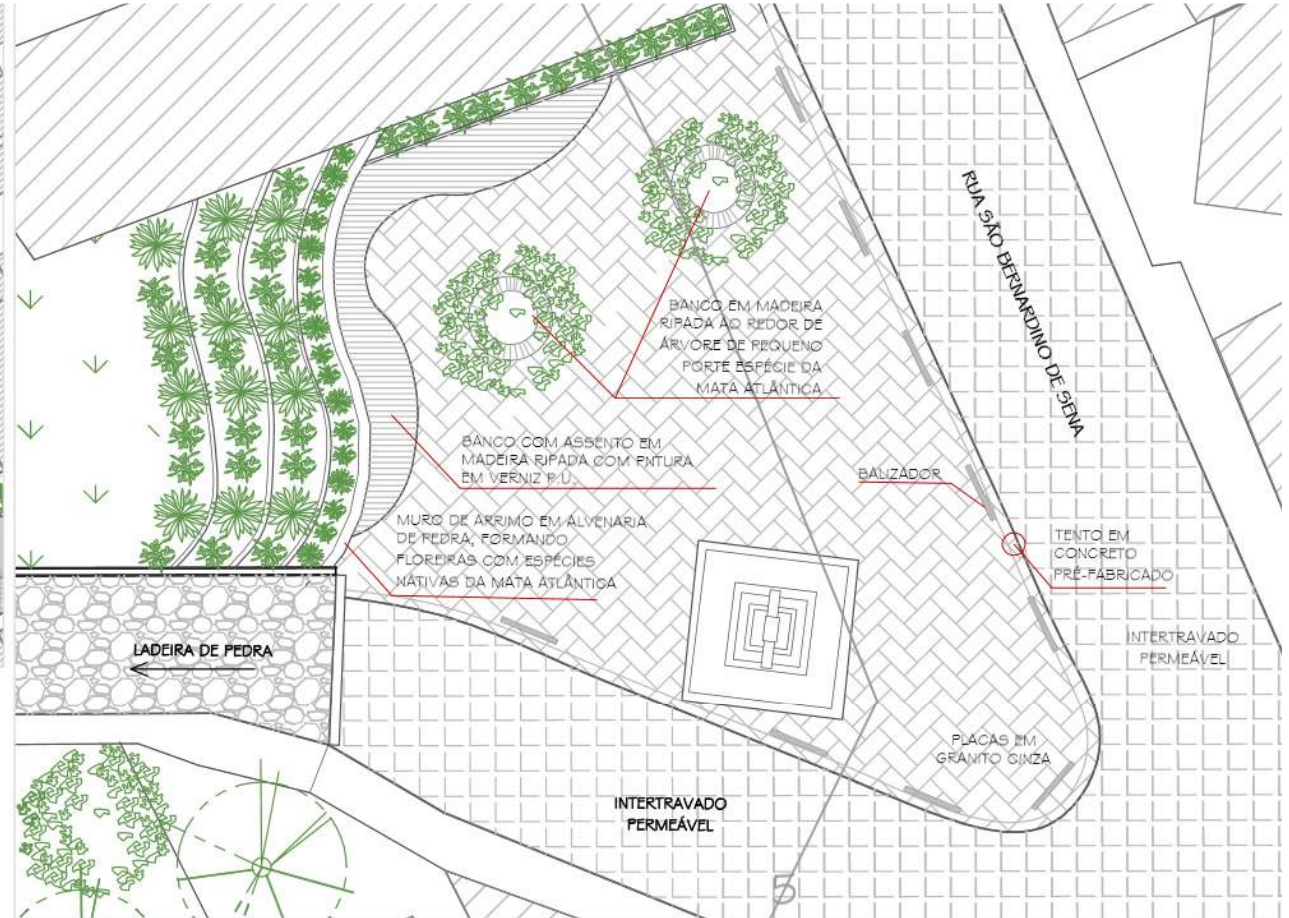
- Rebaixamento da calçada onde está o cruzeiro para o nível da rua a fim de proporcionar a expansão visual do largo. Será usada pavimentação diferente e balizadores para proteger a circulação de pedestres e organizar a circulação de veículos motorizados. A paginação dessa área será feita com placas de granito flameado.
- Retornar à pavimentação em asfalto da Rua São Bernardino de Sena e do trecho para paralelepípedo.
- Intervir no velário, diminuindo sua altura de forma a tornar visível seu embasamento, proporcionando maior conforto ergonómico para os fiéis em seus ritos. Também se propõe a colocação de areia nos vãos do velário para facilitar a o posicionamento das velas e, principalmente, para manutenção do bem, com a retirada da cera acumulada.

Figura 68 - Proposta de intervenção para o imóvel

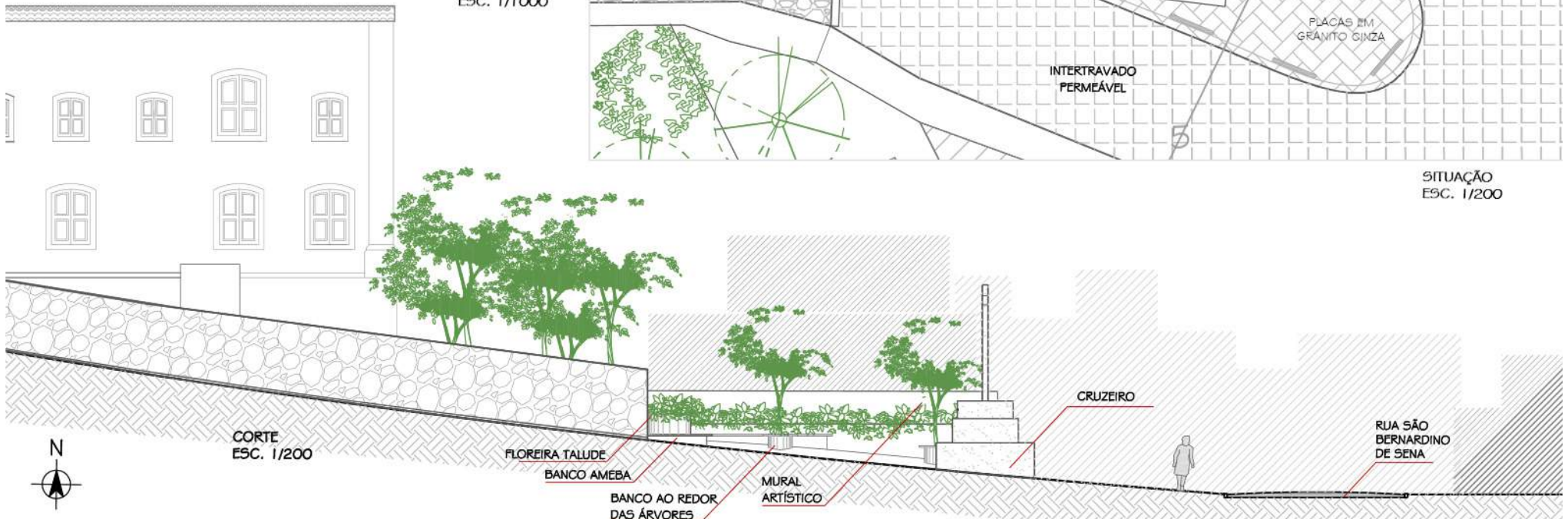
Figura 69 - Proposta de intervenção para o Largo do Cruzeiro.



SITUAÇÃO
ESC. 1/1000



SITUAÇÃO
ESC. 1/200



3.3.2. ESCADARIA

A escadaria é um dos principais acessos ao Morro Santo Antônio. Uma via estreita e ladeada por edificações de três e quatro pavimentos que abrem as suas portas e janelas sobre os seus degraus e patamares.

Um dos seus pontos negativos é não poder ser utilizada por indivíduos com mobilidade reduzida. Além disso, a calçada para pedestres é estreita e disputa espaço com os carros estacionados e os postes.

Figura 70 -
Proposta de
intervenção
para a calçada
que dá acesso a
escadaria

Figura 71 –
Proposta de praça
infantil próxima à
escadaria.

Por estar no fundo da rua, escondida pelo muro alto do estacionamento que fica na esquina entre a Rua Coronel Carvalho e a Rua Honório Lima, a escadaria e o trecho da rua que a antecede são dificilmente percebidos. A sensação de segregação e a pouca movimentação de pessoas neste espaço geram receio em transitar por ela.

Propõe-se a abertura do muro deste imóvel situado na esquina da ladeira, absorvendo a proposta da Prefeitura de utilizá-lo para a construção de uma creche que, além de dar uma função mais apropriada ao lugar, irá servir como ponto de atração e circulação de pessoas na região.

A calçada será alargada e serão implantados bancos, canteiros e demais mobiliários urbanos para que este espaço seja mais bem aproveitado pelos moradores das proximidades e para servir

como um espaço de espera para os pais que utilizam a creche.

Com a retirada da barreira visual que o muro representa, espera-se que este espaço se torne mais convidativo ao convívio e incentive o acesso ao Convento pela escadaria.

No fundo do lote da creche, reservou-se um a área para que fosse criada uma praça infantil que atenderá tanto a creche, quanto os frequentadores dessa região. Optou-se por essa localização por acreditar estar mais abrigada da circulação de veículos motorizados, proporcionando maior segurança e liberdade para as crianças.

Pela escadaria pretende-se resolver a questão de acessibilidade através da utilização de plataforma inclinada que será instalada no guarda-corpo existente, como já visto.

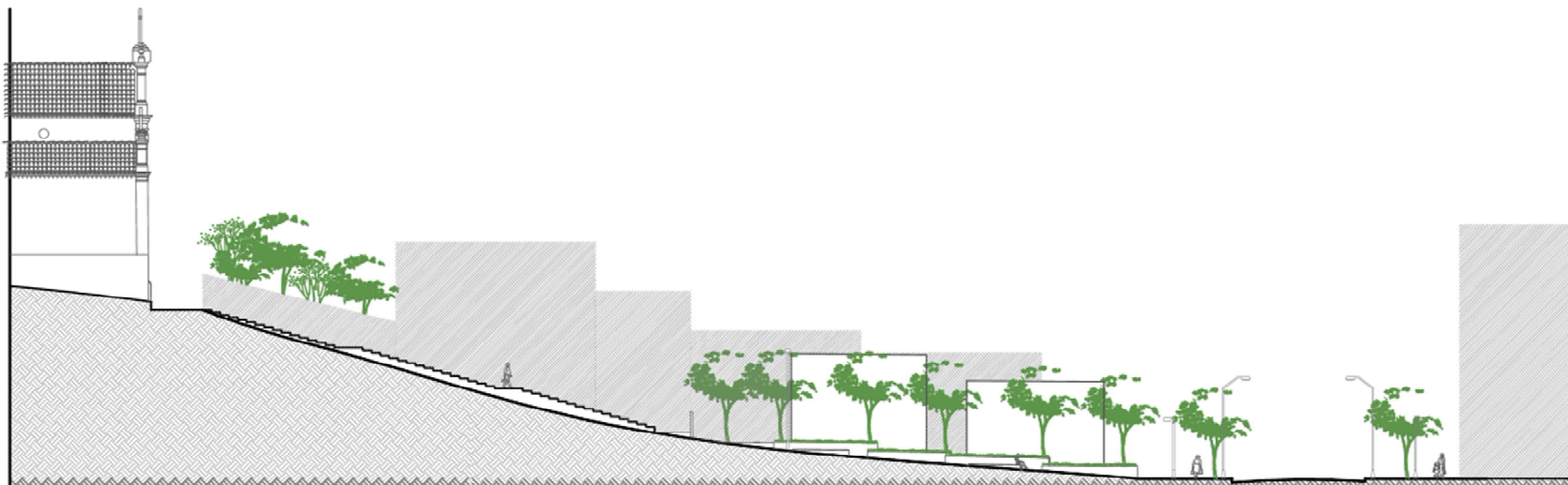


Figura 72 - Plataforma elevatória para escada Surimex. Foto divulgação.



Figura 73 - Estado atual do acesso à escadaria. Fonte: Google Street View. 2017.

Figura 74 - Proposta para o espaço urbano que dá acesso à escadaria



3.3.3. AQUEDUTO

Espaço praticamente inacessível atualmente, sofre com a pressão das edificações ao redor e corre o risco de ter sua área invadida. Possui os resquícios do aqueduto que servia o Convento com água e tem um potencial arqueológico a ser pesquisado.

Propõe-se que a área que compreende o Convento seja delimitada com cerca do tipo que não causará uma barreira visual, mas marcará os limites da área de entorno imediata.

Novamente serão utilizados canteiros para auxiliar a estabilização do talude que servirão como muros de arrimo.

No espaço mais próximo das casas e mais plano, será criada uma praça infantil para proporcionar

Figura 76 -
Proposta de
praça
infantil para
aqueduto

Figura 77 -
Contenção do
terreno com
taludes.
Ao fundo, a
horta
comunitária.

um espaço de lazer para as crianças que moram por perto.

Será feito um acesso para o interior das ruínas Convento através de um dos vãos existentes. Um deck em madeira formará um pequeno hall, vencendo a altura e desnível para se alcançar esse acesso. A intenção é que o Convento possa ser acessado tanto pela galilé, quanto por este espaço nos fundos.

Na área atrás da nave do Convento, propõe-se uma horta comunitária organizada por canteiros afastados do solo, para criar o envolvimento cotidiano e aproximação dos moradores desta área com este espaço.

Figura 78 -
Talude para
conter o terreno
e acesso ao
Convento

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas de entorno são espaços urbanos onde as ambiências que dizem respeito ao monumento são experimentadas.

Essas ambiências se referem às sensações, lembranças e relações que o bem cultural proporciona na sua interação com o lugar.

Portanto, as condições de fruição a um monumento são vitais para que, sendo vivenciado, os valores que o fizeram ser considerado um patrimônio cultural se mantenham ou se renovem.

Percebe-se, então, a dependência mútua que existe entre o monumento e seu entorno. O monumento qualifica o espaço urbano do seu entorno em um lugar, da mesma forma que o

entorno contribui para a percepção do significado do monumento.

Por esta razão que a obsolescência do Convento São Bernardino de Sena não degradou somente a sua edificação. Seu abandono se refletiu no espaço urbano em seu entorno. Uma Cidade que cresceu ao seu redor sem perceber a sua existência, sem dar conta de sua importância.

Porém, esse não precisa ser o último capítulo da história desse monumento marco da origem da Cidade, tão significativo na paisagem e na religiosidade de Angra dos Reis.

Acredita-se que um novo ciclo de vida pode ser iniciado ao se tomar medidas que permitam que o Convento seja usufruído pela comunidade a que pertence, integrando-o na dinâmica da Cidade através de delimitação e do estabelecimento de diretrizes para uso e

ocupação do entorno e de intervenções nos espaços que dão acesso ao monumento.

Além disso, espera-se que esse trabalho contribua para que o Convento São Bernardino de Sena abandone sua condição de muro, de barreira e se transforme em uma ponte que integre territórios segregados e passe a ser um lugar onde as diversas realidades e percepções escrevam de forma igualitária uma nova página na história deste monumento.

Contudo, tem-se a expectativa que ocorram desdobramentos dessa pesquisa. Em relação à esta mesma abordagem, percebe-se que o entorno das edificações que formam o conjunto monumental de Angra dos Reis também deveriam ser analisados, caso a caso, a fim de que fossem elaboradas propostas de delimitação e diretrizes, assim como intervenções urbanas.

Em relação ao Convento São Bernardino de Sena, identifica-se a necessidade de pesquisas arqueológicas em seu entorno e no seu interior e também, da elaboração de projeto de agenciamento do seu espaço com o objetivo de adaptá-lo de forma mais consciente ao uso. Além disso, um minucioso projeto de restauração e de instalações prediais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Eneida de. **O "construir no construído" na produção contemporânea: relações entre teoria e prática**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALVES FILHO, Deusdedith de Souza. **Angra dos Reis: monumentos históricos entre a indústria e o paraíso**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ANGRA DOS REIS (RJ). Prefeitura. **Lei Municipal nº 146, de 30 de dezembro de 1981**. Poder Executivo. Angra dos Reis, 1981.

_____. **Lei nº 174, de 21 de dezembro de 2006: Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de Angra dos Reis**. Poder Executivo. Angra dos Reis, 2006.

_____. **Lei nº 2092, de 23 de janeiro de 2009: Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no Município de Angra dos Reis**. Poder Executivo. Angra dos Reis, 2009.

_____. **Lei Nº 162, de 12 de dezembro de 1991: Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Angra dos Reis**. Poder Executivo. Angra dos Reis, 1991.

_____. **Lei nº 1754, de 21 de dezembro de 2006:** Dispõe sobre o plano diretor Municipal de Angra dos Reis. Poder executivo, Angra dos Reis, 2006.

_____. **Decreto nº 6213 de 15 de setembro de 2008:** Estabelece normas e procedimentos para obtenção da isenção do IPTU, estabelecida na Lei Municipal n.º 2.021 de 18 de julho de 2008, e dá outras providências. Poder executivo, Angra dos Reis, 2008.

_____. **Lei nº 2021 de 18 de julho de 2008:** Dispõe sobre a preservação de bens imóveis e a respectiva isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano, e dá outras providências. Poder executivo, Angra dos Reis, 2008.

_____. **Angra dos Reis: população estimada 2015.** IBGE, 2015. Disponível em:

<http://www.Cidades.ibge.gov.br/>

_____. **Dados censitários IBGE 2010.** Angra dos Reis, 2010.

_____. **Decreto nº 431, de 28 de setembro de 1993:** Declara a preservação provisória de bens imóveis no Centro de Angra dos Reis. Poder executivo, Angra dos Reis, 1993.

_____. **Decreto nº 442, de 19 de outubro de 1993:** Retifica a redação do Anexo I do

Decreto nº 431/L.O., de 28 de setembro de 1993.. Poder executivo, Angra dos Reis, 1993.

_____. **Lei nº 2091, de 23 de janeiro de 2009:** Dispõe sobre o zoneamento Municipal de Angra dos Reis. Poder executivo, Angra dos Reis, 2009.

_____. **Lei nº 2092, de 23 de janeiro de 2009:** Dispõe sobre o uso e ocupação do solo de Angra dos Reis. Poder executivo, Angra dos Reis, 2009.

_____. **Lei nº 2093, de 23 de janeiro de 2009:** Dispõe sobre

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de Andrade. **Projeto Contemporâneo e patrimônio edificado: reflexões sobre a sessão temática.** IV ENANPARQ, 2016.

ANDRADE, Inês El-Jaick. O debate sobre as áreas envoltórias de bens patrimoniais, **Cadernos PROARQ**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 7-18, dez. 2010.

AZEVEDO, Rafael Nascimento de. **Plano de Preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis/ RJ.** Dissertação (Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

BORGES, Célia. **Patrimônio e Memória Social:** a Formação da Política de Preservação de Bens Históricos no Brasil e a Construção do Imaginário Coletivo. In: Locus: revista de história. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/ Editora UFJF, 199, v.5, n.2.

BRASIL. **Processo IPHAN nº371-T.** IPHAN. Rio de Janeiro, 1947.

_____. **Estudos preservação do entorno de bens tombados Angra dos Reis.** IPHAN. Rio de Janeiro, 1981.

CABRAL, Renata Campello. **A Noção de “Ambiente” em Gustavo Giovannoni e as Leis de Tutela do Patrimônio Cultural na Itália.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

CARMONA, Matthew; TIESDELL, Steven; HEATH, Tim; OC, Taner - Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design. Oxford: Architectural Press, 2003

CASTRIOTA, L. B. (2009). **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos.** São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS.

LIMA CARLOS, Claudio Antonio Santos. **Áreas de Proteção do Ambiente Culural (Apac):** da Idealização à Banalização do Patrimônio Cultural Carioca. 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. E se Camillo Sitte visitasse o Rio De Janeiro. **Revista CPC**, São Paulo, n. 22, p. 92-117, dec. 2016. ISSN 1980-4466. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/119482>>. Acesso em: 20 fev. 2017

_____. Renegados pelo Legado: A Arquitetura Modesta da Área Portuária, Antes e Pós Olimpíadas. In: Encontro Internacional ArchiMemória, 5, 2017, Salvador, Bahia.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

_____.In: RIEGL, A. **O Culto dos Monumentos**: sua Essência e sua Gênese. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1996.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini. 1990.

Duarte, Cristiane Rose et al. Na Cidade com o Outro: o Papel de Jane Jacobs para a Consolidação dos Padrões Sensíveis das Ambiências Urbanas. In: III Seminário Internacional Urbicentros, 2012, Salvador

GUIMARÃES, Gonçalo. **Uma Cidade para todos: o plano diretor da Cidade de Angra dos Reis**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GULLO, Fernanda Telles. **Percepção de Risco associado a Deslizamentos nas Comunidades do Morro da Carioca, Morro do Abel e Morro Santo Antônio em Angra dos Reis/ RJ**. Monografia (Graduação em Engenharia Civil), Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. **Sinopse Estatística do Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1948.

ICOMOS. XI'AN **Declaration on the Conservation of the Setting of Heritage Structures, Sites and Areas**. China, out. 2005.

IPHAN. **Cartas patrimoniais**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia (SP): Ateliê/Fapesp, 2009.

_____. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, 18, n.2, p., 287-320, 2010. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142010000200008>.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2014.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1963. P.454

LYNCH, Kevin. **A imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006

MACHADO, Lia Osorio. **Angra dos Reis: porque olhar para o passado?**, In Diagnóstico Sócio-Ambiental do Município de Angra dos Reis, Convênio FURNAS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

MASSUCATE, Yvone Archanjo. O Papel do IPHAN na Construção da Brasilidade, 2007. Disponível em: <http://www.virtu.ufjf.br/artigo%207a9.pdf>. Acesso em: abril 2017.

MELO, Natália Rodrigues de; RODRIGUEZ, Beatriz Beltrão. **Ambiência e (Re) Qualificação dos Lugares de Memória**. In: Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 4, 2016, Belo Horizonte.

MENDES, Alípio. **O velho convento: a história dos frades franciscanos em Angra dos Reis**. Angra dos Reis: Gazeta de Angra, 1967.

_____. **O convento de Nossa Senhora do Carmo da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Ed., 1980. 208 p.

MENESES, Ulpiano. A Cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor;

NITO, Mariana Kimie da Silva. **Ueurística para Entornos de Bens de Interesse Cultural Baseada na Ambiência**: Uma Experiência na Casa de Portinari em Brodowski-SP. 2015. Dissertação (Mestrado em Patrimônio) IPHAN, Distrito Federal, 2015.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **O Fenômeno do Lugar**. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova Agenda para a Arquitetura*. Antologia Teórica 1965 – 1995, São Paulo: Cosac Naify, 2006.

PIZARRO, Monsenhor. Memórias Históricas do Rio de Janeiro, Série Biblioteca Popular Brasileira, Imprensa Nacional, 1948.

SOUZA, Marise; BASTOS, Rossano; GALLO, Haroldo (orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006. Disponível em: <http://www.arqueologiasp.org/arqueologia/v1/biblioteca-virtual/default.asp> Acesso em 22 set. 2010.

MOTTA, Lia; Thompson, Ana Lucia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2010.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Tradução de Francisco Leitão; revisão técnica Sylvia Ficher. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006. 198p

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio Cultural e Cidade: práticas de preservação em São Paulo**. Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/>. Acesso em 20, de fevereiro de 2017.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da Cidade**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2001. 309p.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. R. **Preservação e restauro urbano**. Teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural. 2009. Tese de doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano. In: KÜHL, Beatriz Mugayar (Org.). **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

RUIZ, Jose Castillo. **El entorno de lo bienes inmuebles de interés cultural. Concepto, legislación y metodologías para su delimitación**. Evolución histórica y situación actual. Granada: Universidade de Granada, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1997.

SANT'ANNA, Márcia. Patrimônio material e imaterial: dimensões de uma mesma idéia. In **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio/** Marco Aurélio A de Filgueiras Gomes, Elyane Lins Corrêa, organizadores. Salvador: EDUFBA, 2011, 254p.(Coleção Arquimemória; v. 1)

SITTE, Camillo. **A construção das Cidades segundo seus princípios artísticos.** São Paulo: Editora Ática, 1992. Tradução Ricardo Ferreira.

THIBAUD, Jean-Paul. The City thorough the senses. **Cadernos Proarq**, n. 18, 2012. Disponível em http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/Proarq18_TheCity_JeanThibaud.pdf. Acesso em 05 de dez. 2016.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência. Tradução Livia de Oliveira, Editora DiFEL, São Paulo, 1983. 250p.

VILAÇA, Lis Barros. **Comportamento Sócio-espacial de Pessoas em Movimento: um Estudo Exploratório no Calçadão da Avenida Engenheiro Roberto Freire, Natal/ RN.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

ANEXO A

Processo nº 371- T IPHAN

Tombamento do Convento São Bernardino de Sena

